



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

**Democracia Participativa
Na Construção de Políticas Públicas Regionais: O Caso da
Abordagem LEADER**

José Miguel Lourenço Mariano

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Luís Filipe da Silva Madeira

Covilhã, Outubro de 2012



Dedicatória

Aos meus pais.

E também, aos meus colegas de trabalho, nomeadamente, Doutora Odete Pinheiro, Engenheiro Armando Trindade, Doutor Nuno Lourenço, Engenheira Anabela Matos, Doutor Arménio Coelho e o Pedro Nunes. Não querendo esquecer, o meu ex-colega Marco Matos, da qual durante muitos anos trabalhamos juntos nesta causa. Como quero destacar a direção da ADERES pelo apoio prestado, na elaboração da presente dissertação.



Agradecimentos

Em primeiro lugar, não quero deixar de agradecer, ao Professor Madeira pelo todo o apoio prestado, pelos conselhos, ensinamentos e orientação desta dissertação.

Agradeço também, à ADERES por facultar todos os elementos necessários para a realização da presente investigação.

Aos meus colegas de mestrado em Ciência Política pelo apoio dado.





Resumo

A presente dissertação têm como objeto analisar e avaliar o papel das políticas públicas na gestão do domínio regional, sob a perspectiva da democracia participativa. Partindo do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, como base de trabalho. A abordagem LEADER conjuga a democracia participativa com as políticas públicas regionais, no incentivo e na mobilização da construção da cidadania no Mundo Rural e na constituição de novos espaços públicos participativos. Nos dias de hoje, verificamos profundas transformações na gestão do domínio público, através do surgimento de uma nova ordem política e social, sob novas formas de organização da Sociedade Civil, assentes numa cultura democrática, baseada na conversação, favorecendo a criação de trabalho em rede entre vários atores económicos e sociais, que irão decidir o seu futuro modelo de desenvolvimento económico e social. Esta nova configuração de democratização, do espaço público, permite à Sociedade Civil, participar na conceção, na decisão e na implementação de políticas locais. Passando assim as políticas, a serem construídas participadamente pelos cidadãos que constituem a sociedade em geral.

O que será apresentado neste trabalho é um modelo de gestão pública, direcionada para os territórios rurais, na construção de respostas viáveis na resolução dos problemas económicos e sociais destes espaços. Uma metodologia que permite catalisar, o obrar em parceria, na dinamização dos espaços rurais. Este novo enfoque de construção de políticas públicas e na gestão do espaço público entretanto originado, nasceu na década de 90, como resposta na resolução dos problemas do Mundo Rural, evoluindo a partir dos enfoques teóricos da democracia participativa e das experiências piloto, implementadas na América Latina e na África, com base na capacitação dos territórios, durante as décadas de 70-80. Este novo modelo experimental europeu, baseia-se em sete princípios primordiais que são: territorialidade, abordagem ascendente, grupo de ação local, inovação, ações integradas e multissetoriais, ligação em rede e cooperação.

Palavras-chave

Democracia participativa, Gestão do Domínio Público, Políticas Públicas, Abordagem LEADER.





Abstract

This thesis has as object analyzing and evaluating the role of public policies in the management of regional space, under the perspective of participatory democracy. From the LEADER Community Initiative Programme, as a working basis. The LEADER approach combines participatory democracy with the regional public policy, encouraging and mobilizing the construction of citizenship in the rural world and the creation of new public spaces participatory. Nowadays, we see profound changes in the management of the public domain, through the emergence of a new political and social order, new forms of organization of civil society based on a democratic culture, based on the conversation, encouraging the creation of networking between various economic and social actors, which will decide their future model of economic and social development. This new configuration of democratization of public space, allows for civil society to participate in the design, decision and implementation of local policies. Passing thus policies to be built by citizens who are participations society in general.

What is presented in this paper is a model of public management, targeted for rural areas, the construction of viable answers in solving economic and social problems of these spaces. A methodology to catalyze the means act in partnership in revitalizing the rural areas. This new approach to construction of public policy and management of public space however originated was born in the 90's, as a response to solve the problems of the rural world, evolving from the theoretical approaches of participatory democracy and experiences pilot, implemented in America and Africa, based on the empowerment of territories during the decades of 70-80. This new experimental model European, based on seven principles that are paramount: territoriality, bottom-up approach, the local action group, innovation, integrated and multisectoral networking and cooperation.

Keywords

LEADER Approach, Participatory Democracy, Public Domain Management, Public Policy.





Índice

Introdução	
Apresentação do tema do trabalho	03
Justificação do trabalho	08
Objeto do trabalho	13
Questões metodológicas do trabalho	14
Questões teóricas fraturantes do trabalho	16
Plano de trabalho	17
Capítulo I - Democracia Participativa: Contributo teórico à análise para uma Democracia Local	
I.1 Necessidade de novos rumos	21
I.2 Democracia Local e a sua génese	24
I.3 Democracia Local e a Centralidade do Poder	28
I.4 Democracia Local e a Participação	29
I.5 Democracia Local e a Autonomia	31
I.6 Democracia Local em Portugal	32
Capítulo II - Democracia Local e o Desenvolvimento Local	
II.1 Democracia Local e Políticas Públicas Regionais	39
II.2 Conceito de Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais	
II.2.1 Evolução do conceito de Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais	41
II.2.2 Os Territórios Rurais como Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais	45
II.3 Modelos de conceção de Planeamento de Políticas Públicas Regionais	
II.3.1 Modelos de Planeamento de Políticas Públicas Regionais	48
II.3.2 Planeamento de Políticas Públicas Regionais da União Europeia para os Territórios Rurais	50
Capítulo III - Democracia Local na Cova da Beira	
III.1 A génese da abordagem LEADER	57
III.2 Abordagem LEADER e a Democracia Local na Cova da Beira	60
III.3 Caraterização do Território Estrela-Sul	
III.3.1 Localização geográfica e organização administrativa	62
III.3.2 Origens da região	64
III.3.3 Análise socioeconómica do Território Estrela-Sul	
III.3.3.1 Demografia	65

III.3.4 Análise biofísica do território Estrela-Sul	
III.3.4.1 Geomorfologia e solos	70
III.3.4.2 Sistema hídrico	72
III.3.4.3 Acessibilidades e infraestruturas	73
Capítulo IV - Democracia Local na Estrela-Sul	
IV.1 Enquadramento	77
IV.2 Origem da Democracia Local no Território de Estudo	78
IV.3 Análise do Estudo de Caso	
IV.3.1 Participação da Sociedade Civil no Grupo de Ação Local	80
IV.3.2 Participação da Sociedade Civil na construção dos Planos de Ação Local	85
IV.3.3 Participação da Sociedade Civil na implementação dos Planos de Ação Local	90
Conclusão	95
Bibliografia	
Anexos	

Lista de Figuras

- Figura 1 – Mapa GAL LEADER I
- Figura 2 – Mapa GAL LEADER II
- Figura 3 – Mapa do Território Estrela-Sul
- Figura 4 – Evolução da População no Território Estrela-Sul
- Figura 5 – Taxa de variação da população residente (2001-2011) no território Estrela-Sul
- Figura 6 – Densidade Populacional das dezoito freguesias do Território Estrela-Sul
- Figura 7 – Taxa de variação da população residente (1991-2011) no Território Estrela-Sul
- Figura 8 – Taxa de atividade do Território Estrela-Sul
- Figura 9 – Carta de Solos do Território Estrela-Sul
- Figura 10 – Carta de Ocupação de Solos do Território Estrela-Sul
- Figura 11 – Carta de Rede Hidrográfica do Território Estrela-Sul
- Figura 12 – Carta de Acessibilidades do Território Estrela-Sul
- Figura 13 – Evolução da relação Estado/Sociedade Civil no GAL ADERES
- Figura 14 – Evolução das Entidades Públicas e Sociedade Civil no GAL ADERES
- Figura 15 – Peso das Intenções de candidaturas apresentadas pelas Entidades Públicas e Sociedade Civil – LEADER II
- Figura 16 – Intenções de candidaturas por ação de atuação – LEADER II
- Figura 17 – Peso das Intenções de candidaturas apresentadas pelas Entidades Públicas e Sociedade Civil – LEADER +
- Figura 18 – Intenções de candidaturas por ação de atuação – LEADER +
- Figura 19 – Proporção de candidaturas aprovadas para Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER II
- Figura 20 – Percentagem e montante de investimento pela Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER II
- Figura 21 – Proporção de candidaturas aprovadas para Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER +
- Figura 22 – Percentagem e montante de investimento pela Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER +



Lista de Tabelas

Tabela 1 – Área Total do Território Estrela-Sul

Tabela 2 – Evolução da População

Tabela 3 – Índice de envelhecimento e de dependência total

Tabela 4 – Indicadores de Emprego

Tabela 5 – Indicadores de Escolaridade

Tabela 6 – Composição do GAL ADERES

Tabela 7 – Composição da componente Sociedade Civil no GAL ADERES

Tabela 8 – Linhas de desenvolvimento definidas no Plano de Ação Local (1998-1999)

Tabela 9 – Linhas de desenvolvimento definidas no Plano de Desenvolvimento Local (2000-2006)



Lista de Acrónimos

LEADER	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural
EQUAL	Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL
EUROFORM	Programa de Iniciativa Comunitária EUROFORM
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	Fundo Europeu Orientação e Garantia
FSE	Fundo Social Europeu
HORIZON	Programa de Iniciativa Comunitária HORIZON
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERREG	Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG
Km ²	Quilómetro quadrado
NOW	Programa de Iniciativa Comunitária NOW
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
URBAN	Programa de Iniciativa Comunitária URBAN



Introdução



A presente dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Ciência Política, da Universidade da Beira Interior.

A investigação que iremos aqui apresentar baseia-se num estudo de caso, sobre o envolvimento das populações locais na implementação e execução de políticas públicas, nomeadamente, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER. Abordando particularmente a sua dimensão, em termos de incentivo e mobilização da comunidade local, na participação da gestão da *“coisa pública”*. Como também, as suas implicações políticas e sociais nos territórios rurais.

A escolha desta temática deve-se, ao fato de estar ligado diretamente há mais de dez anos à problemática do desenvolvimento local, pertencendo a uma Estrutura Técnica Local de um Grupo de Ação Local, que desde 1998, está credenciada para gerir localmente o programa no território denominado Estrela-Sul. Daí que sentimos a problemática na sua visão de ator, que tem participado na transformação social dos territórios rurais e não apenas numa perspetiva de espetador.

A realização do presente trabalho nesta temática tem a haver, com a necessidade pessoal em aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo destes anos.

Apresentação do tema do trabalho

O tema da presente dissertação, gira em torno da reflexão qual é o melhor modelo de desenvolvimento económico, se os protótipos centralistas de decisões de políticas ou pelo contrário, as abordagens descentralizadas. Mas o autor irá procurar defender a tese de que, as primeiras formas enumeradas neste momento encontram-se obsoletos, apresentando uma nova era assente na participação da Sociedade Civil, como paradigma na conceção e implementação de políticas, na resolução das necessidades das comunidades locais. O cerne da existência destes modelos económicos centralistas é o *“lucro”*, ou seja, acumulação de capital. No caso do modelo Socialista, os recursos são controlados pelo próprio Estado e estes são distribuídos de acordo com as suas decisões políticas. Enquanto no sistema Capitalista, os meios produtivos ficam concentrados numa elite de plutocratas. Para maximizar a acumulação de capital, as sociedades autoritárias não respeitam as pessoas nem o ambiente, causando assim fortes problemas sociais e ambientais nas comunidades locais, lapidando mesmo os recursos naturais existentes, até à sua exaustão, sempre com o intuito de obter o maior lucro. Enquanto, as sociedades assentes em modelos alternativos tentam resolver os problemas causados pelos modelos autoritários, através de uma lógica de políticas locais, sustentadas e integradas, respeitando sobretudo as pessoas e o ambiente.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, a Europa Ocidental registou uma profunda reestruturação da sua economia, em que o setor primário e o espaço rural foram os que mais

sofreram com esta alteração. A Europa passou por um processo sistemático e progressivo de alteração dos seus setores económicos, além do aparecimento de novas atividades dentro do setor terciário. Fenómenos que provocaram o esquecimento e até mesmo o abandono do Mundo Rural, desencadeando um processo de degradação ambiental, de desertificação e principalmente do despovoamento das comunidades rurais. A Europa apresentava elevados níveis de crescimento económico, mas a agricultura estava em crise. A produção excessiva e a falta de políticas públicas para o setor, elevaram o risco de despovoamento e de enfraquecimento das suas estruturas sociais, económicas e políticas. Ora, esta realidade iria marcar profundamente as futuras políticas públicas europeias.

Independentemente das regiões rurais europeias serem bastantes diferentes entre si, em termos de características geomorfológicas, económicas, políticas, culturais e sociais, padeciam na sua generalidade dos mesmos problemas, que era imperioso corrigir. Estes territórios apresentavam fenómenos de diminuição da população ativa agrícola, devido essencialmente às sucessivas revoluções industriais, muito por culpa de políticas públicas regionais assentes, na teoria do Pólo de Crescimento, como referem Joseph Schumpeter (1961), John Friedmann e Clyde Weaver (1981) e Harry Richardson (1986). Curioso é verificar que atualmente, o forte crescimento económico que ocorre em alguns países denominados emergentes, nomeadamente, a República Popular da China, adotaram este modelo de desenvolvimento regional, construindo em média dez novas cidades por ano, caindo no ridículo, da existência de cidades fantasmas, como é exemplo, a cidade de Ordo, situada a norte do país, com uma capacidade para um milhão de habitantes, mas depois de cinco anos passados da sua construção, habitam de acordo com os dados do governo chinês vinte e oito mil habitantes, sendo uma região rica em recursos naturais, destacando-se enormes reservas de carvão e de gás natural.

Assim, segundo este modelo, o Centro de Crescimento oferece um conjunto de serviços de altíssima qualidade, integrados numa região mais ampla, numa hierarquia urbana regional e estruturada num modelo de lugar central, ou seja, um enclave metropolitano dentro de um deserto rural, em que a população ativa do setor agrícola é, transferida para as atividades industriais e serviços, provocando assim, o êxodo rural. Verifica-se então, a existência de modificações da estrutura demográfica das populações, devido à ausência de políticas de desenvolvimento rural adequadas para estes territórios. Portanto, as novas políticas de desenvolvimento devem ter atenção, estes espaços. Olhando o sistema territorial, como um “*sistema nervoso*” na qual as áreas urbanas são os “*núcleos*” desse mesmo sistema, que geram e atraem fluxos, que são irradiados para todo o território.

Atualmente a estrutura capitalista ainda sobrevive, pelo fato da sua ordem social ter como base o consumismo. Nos dias de hoje, verificamos que o Brasil, a Rússia e a África do Sul, tem fortes crescimentos económicos devido se ter dado poder de compra, a setores que não o

possuíam até ao momento, levando a uma corrida na aquisição de produtos fúteis para as necessidades básicas do povo, o que levará talvez, brevemente que estes Estados entrem numa situação similar ao que neste momento acontece na Europa.

Era então urgente criar novos modelos de desenvolvimento rural, que permitissem a dinamização socioeconómico destes espaços, e um dos caminhos apontados era a diversificação das atividades económicas, numa ótica do aproveitamento dos recursos endógenos dos territórios rurais. As regiões poderiam assim desenvolver as suas potencialidades em termos de turismo e de lazer, procurar novos mercados e novas estratégias para escoar os seus produtos locais, de preservar e valorizar o seu património cultural e natural, de proteção ambiental, de desenvolvimento do potencial humano existente no território e no estabelecimento de redes de cooperação. Em suma, um processo que deveria supostamente assentar, na participação da sociedade na dinamização das economias regionais, permitindo assim, a criação de emprego e a geração de riqueza.

No que concerne ao processo de integração europeia, em 1957, foi criada uma política agrícola comum, com a assinatura e subsequente ratificação do Tratado de Roma, que definiu as respetivas bases programáticas. Ora, de acordo com a Comissão Europeia, a política de desenvolvimento rural europeia é o Segundo Pilar da Política Agrícola Comum, e cada dia que passa têm tido uma maior importância dentro desta. Que pretende encontrar respostas para os problemas económicos, sociais e ambientais, bem como fomentar um desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. É neste contexto que surge o programa LEADER, uma sigla cujo significado é *“Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural”*, que pretende operacionalizar uma filosofia que incentiva e mobiliza o desenvolvimento dos territórios rurais, que têm tido um papel fundamental na procura de respostas para os velhos e novos problemas dos espaços rurais, podendo mesmo ser considerado um verdadeiro laboratório na conceção de outras políticas públicas (2006: 5). A abordagem LEADER, veio reverter o paradigma vigente no processo de construção de políticas destinadas para o Mundo Rural, abandonando políticas setoriais, centralistas, elitistas e não participativas, passando a vigorar um modelo híbrido, em que o LEADER vem complementar as políticas europeias, numa perspetiva territorial, autónoma, multissetorial e participada, em que o Estado transfere o poder, responsabilizando assim, ou melhor, dando poder às comunidades locais que até ao momento não possuíam, na construção do seu próprio modelo de desenvolvimento, através da democratização do planeamento, da gestão e da relação entre o Estado Central e o Novo Poder Local e Cooperativo, que entretanto se desenvolveu neste âmbito.

Iremos apresentar um conjunto de princípios básicos, sendo estes: a centralidade do poder, a participação e a autonomia, para o que pensamos, dentro das suas virtudes e limitações, o modelo mais indicado na construção de políticas de desenvolvimento alternativas, podendo ser mesmo aplicado na esfera da administração pública local, da qual é conhecido

tradicionalmente por poder local, conceito da qual iremos alargar a sua amplitude num próximo capítulo.

A grande novidade no presente modelo de desenvolvimento é sem dúvida, a sua perspetiva de desenvolvimento territorial, ou seja, a abordagem definida teve como aspeto mais relevante a localidade, desenvolvendo-se ao abrigo do princípio de autonomia de gestão e numa perspetiva integrada, ou seja, a intervenção tem sempre em atenção as questões ecológicas, políticas, económicas e sociais. As pessoas são a chave para a implementação desta política, em que a cidadania e a participação são os pilares fulcrais do sucesso do mesmo. Assim, os problemas do Mundo Rural, só seriam resolvidos com a participação de todos nós, na procura de soluções para os graves problemas que afetam as populações rurais, num projeto participado, na definição e na execução de estratégias de desenvolvimento local, que envolve a Sociedade Civil em geral, no progresso dos seus territórios rurais.

O lançamento do programa LEADER ocorreu em 19 de Março de 1991, pela Comunicação aos Estados-Membros nº 91/C73/14, dando início a uma nova abordagem na conceção de políticas, mais especificamente direcionadas para o Mundo Rural, com o intuito de potencializar o desenvolvimento das regiões rurais, baseando-se em iniciativas locais e nas suas competências. As anteriores abordagens ao desenvolvimento rural praticadas antes do LEADER eram políticas setoriais, essencialmente de apoio aos agricultores e dirigidas à reestruturação do setor. Tinham uma abordagem descendente, ou seja, as políticas eram impostas de “*cima para baixo*”, em que as decisões se efetuavam a nível nacional, regional ou localmente. Esta visão foi alterada, passando a ser uma abordagem ascendente envolvendo a Sociedade Civil, valorizando assim, os recursos locais existentes.

A abordagem LEADER foi uma iniciativa financiada pelos fundos estruturais, mais precisamente, pelo Fundo Europeu Orientação e Garantia - Orientação (FEOGA-O), tendo incluído três gerações: LEADER I¹ (1991-1993), LEADER II² (1994-1999) e LEADER +³ (2000-2006). Atualmente está integrada na política de desenvolvimento rural global da União Europeia, no âmbito do novo fundo Europeu o FEADER - Fundo Europeu Agrícola e Desenvolvimento Rural⁴. Para o LEADER, o território europeu é constituído por várias realidades com bastantes diversidades e com vários problemas. O enfoque mais adequado aos interesses locais é sem dúvida através da implementação de estratégias de desenvolvimento local, sendo este instrumento mais eficaz, se for decidido e implementado ao nível local.

¹ COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AOS ESTADOS MEMBROS nº 14 de 19/3 “JOCE Série C” 73 (//1991) -

² COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AOS ESTADOS MEMBROS nº 12 de 15/06 “JOCE Série C” 180 (01/07/1994) 48-59, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:1994:180:0048:0059:PT:PDF>.

³ COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AOS ESTADOS MEMBROS nº 05 de 14/04 “JOCE Série C” 139 (18/05/2000) 5-13, http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/pdf/library/methodology/139_pt.pdf.

⁴ REGULAMENTO (CE) nº 1698 de 20/09 “JOCE Série L” 277 (21/10/2005) 1-40, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:277:0001:0040:PT:PDF>.

Comparativamente a outras medidas de apoio ao Mundo Rural apresenta uma metodologia de trabalho inovadora, assente em sete princípios, que são as suas características diferenciadoras.

O princípio da “*territorialidade*”, como refere Nuno Jordão, ex-Gestor do Programa Nacional LEADER II, ao contrário de outros programas de apoio, tem como base o “*território*” rural. O modelo de desenvolvimento mais adequado para os territórios rurais, deve partir das suas particularidades, tendo sempre atenção, as suas fragilidades locais, adaptando as políticas a essas especificidades e não a um setor determinado ou a um elemento em particular (Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2001: 3). O Programa LEADER dá a possibilidade às pessoas, diagnosticarem o seu território e definirem planos de desenvolvimento local, assente numa ótica de “*abordagem ascendente*”, tendo como base a lógica de uma visão “*endógena e local*”, permitindo assim, aos agentes e aos territórios valorizarem as suas particularidades, numa agenda de política integral (Henriques, [200-?]). Outro princípio a destacar é sem dúvida a tipologia de planeamento e de gestão da iniciativa, que é feita ao nível local por uma entidade, designada por “*Grupo de Ação Local*”, constituída por vários parceiros públicos e privados, de vários setores económicos e sociais. Esta parceria é dotada com uma subvenção, suportado por um Plano de Ação Local, que vigorará durante a sua intervenção. O Grupo de Ação Local é assente numa perspetiva de “*participação ativa*” ao longo de todo o processo. Está subjacente o princípio da subsidiariedade, envolvendo a comunidade em encontrar soluções mais eficazes, do que poderiam ser dadas pelo próprio Estado, traduzindo num processo de descentralização de poderes para o nível local, de modo assegurar a máxima eficácia e eficiência do plano. O princípio de adicionalidade da intervenção é encontrar complementaridades com outros envelopes financeiros e não simplesmente substituir o financiamento nacional (Diniz e Nogueira, 2000: 4-5). O “*caráter inovador*” da iniciativa pode ser por exemplo, ao nível das ações, de novas formas de valorização dos recursos endógenos, iniciativas de desenvolvimento local não abrangidas por outros quadros de apoio, que possibilite uma maior proximidade dos problemas, necessidades e interesses locais, como são exemplos: o declínio da atividade e o emprego agrícola, a migração de jovens e de mão de obra qualificada, aumento do desemprego dos jovens e o isolamento crescente devido ao encerramento de serviços básicos nos territórios rurais, falta de dinâmica económica e degradação ambiental, ao nível tecnológico, novos produtos, novos procedimentos, novas formas de organização e novos mercados (Observatório Europeu LEADER, [199-?]: 29-31), sendo estes critérios que são utilizados para avaliar as inovações criadas pela ação do programa. Outra característica a destacar é o enfoque do modelo, que não se centre exclusivamente nas atividades agrícolas, focando-se na exploração dos recursos locais através da participação da sociedade, no estimular de “*medidas integradas e multissetoriais*” (Perez, 2004: 175-198). O Princípio do Trabalho em Rede é outro elemento fundamental na metodologia de trabalho, assumindo um papel fulcral, pelo fato de se proceder à disseminação de novos modelos de desenvolvimento económico nos espaços rurais, visando e estimulando o diálogo entre as várias entidades, bem

como, a partilha de ensinamentos (Carneiro, 2004: 30). Por último, a “*cooperação*” “*vai mais além da ligação em rede*”, envolvendo várias entidades na concretização de objetivos comuns, que adotaram abordagens similares. A cooperação ajuda a incentivar atividades locais, permitindo assim, alcançar massa crítica necessária para a viabilização de um projeto ou para a realização de ações complementares, nomeadamente, a comercialização conjunta de produtos locais ou no desenvolvimento de atividades de turismo cultural. Os projetos de cooperação não são simples intercâmbios, envolvem todos os parceiros num projeto concreto, havendo uma melhor gestão da estrutura partilhada (Comissão Europeia, 2006: 14-15).

O conjunto de princípios referidos anteriormente, visa introduzir dinâmicas de planeamento participado, no quadro da decisão e da execução de políticas públicas nas suas respetivas aldeias. A abordagem resolve também a questão do totalitarismo político “*excesso de poder*”, por parte das entidades centrais, regionais e locais, permitindo autonomia de gestão, favorecendo assim a resolução dos interesses específicos dos territórios, criando capacitação nos elementos envolvidos no processo. Ora, devemos definir intervenções de base territorial, ou seja, a abordagem definida deve ter como aspeto mais importante a *territorialidade*. Quando olhamos para esse mesmo território, devemos olhar numa perspetiva de coesão territorial e social, ou seja, em todas as suas componentes que a constituem. As políticas públicas devem ter como base o território, na qual defende o desenvolvimento das potencialidades e das fragilidades do mesmo, adaptando as políticas a essas mesmas características.

Justificação do trabalho

Atualmente o Mundo atravessa uma nova crise económica, provocada pela deslocalização da produção para outras economias, aumentando assim o desemprego e desencadeando desequilíbrios das balanças comerciais de pagamentos. Tal como na década de 70, verificamos algumas causas em comum, que estão a provocar uma profunda crise, são nomeadamente, os custos com a aquisição de petróleo, elevados custos financeiros para saldar as dívidas públicas externas e crescimentos económicos desequilibrados de países chamados “*PIIGS*” - Portugal, Irlanda, Islândia, Grécia e Espanha -. Quando estes admitiram que só o pagamento dos juros dos empréstimos que tinham assumido levaria à ruína das suas débeis economias, declararam que são incapazes de pagar as taxas de juro exigidas pelos mercados financeiros! Explode então uma crise internacional de dívidas externas. Esta nova crise económica vem novamente pôr a debate, se o atual modelo de desenvolvimento económico convencional, ou seja, “*capitalista*”, de acumulação de capital, é o mais adequado. Também como na época, o Fundo Monetário Internacional, assume a tarefa de garantir o financiamento destas economias. Para terem acesso aos créditos, os países intervencionados teriam de levar a cabo programas de ajustamento estrutural, os quais são claramente marcados por influências neoliberais. As exigências por parte do Fundo Monetário

Internacional passam por medidas de saneamento orçamental, estabilidade do sistema financeiro e uma agenda de reformas económicas.

Durante a década de 80, surge uma corrente analítica do conceito de capacitação (*empowerment*), introduzidos pelos trabalhos Pearce and Stifel⁵, Galjart⁶ e Rahmen⁷. Mas o nome mais sonante da corrente da escola do desenvolvimento alternativo é John Friedmann. Friedmann lança para debate em 1992, a necessidade do surgimento de uma nova política de desenvolvimento económico, alternativo ao modelo global vigente. Tal como na época, verificamos por parte dos anticapitalistas e dos críticos da democracia exclusivamente representativa, isto é, dos defensores da democracia participativa, uma forte contestação social a exigir alterações às políticas praticadas. E portanto, a capacitação passa a ser o cerne da prática de um desenvolvimento alternativo, que é essencialmente “*uma ideologia e uma prática dialéticas*”. Dado de que a ideologia dominante existe, tal como o Estado, o objetivo político da capacitação não é substituí-lo, mas sim, transformá-lo drasticamente por forma a tornar possível que os setores desprovidos de poder, sejam integrados nos processos de decisão política e económica. Em última análise, trata-se de obter reconhecimento de uma cidadania com plenos direitos por parte das instituições (Friedmann, 1996: ix-xi). Do mesmo modo, defendemos que a *Sociedade Civil*, deve chamar para si a *responsabilidade* da tomada de decisões políticas e económicas na microesfera local, essa sociedade tem como objetivo transformar o Estado e trabalhar de mãos dadas com este, numa perspetiva de criar ação política nos seus espaços de atuação. Em suma, é visto como uma personagem que atua fora dos cenários políticos e dos palcos partidários. De acordo com Friedmann (1996: xi), a perspetiva da capacitação, é essencial para quem quer aplicar uma política alternativa, assentes nos princípios da territorialidade e participação. Sendo esta via a mais fácil, porque parte das problemáticas e necessidades das comunidades locais, que procuram desenvolver a transformação local, a partir da autonomia na tomada de deliberações. Entendemos pois, que a emancipação económica e política das classes desprovidas de poder político, deve ser feita através da organização da Sociedade Civil, em torno de projetos de desenvolvimento local, em que as pessoas participam na discussão da resolução dos seus próprios problemas, lutando para se intrometer na agenda política.

Refletindo sobre a visão alegórica de Pinter, “*o desenvolvimento alternativo*”, é apenas o desenvolvimento invertido do desenvolvimento clássico (citado por Zepeda, ([200-?]: 127-139). Referindo Friedmann (1996: 33), que este tipo de desenvolvimento deve centrar a sua preocupação nas pessoas e no meio onde se inserem, com o objetivo da melhoria da qualidade de vida das mesmas. Como diz Nederveen-Pieterse, o desenvolvimento alternativo é mais do que um espelho de crítica-criativa das respostas aos modelos convencionais, de

⁵ UNRISD's Popular Participation Programme. An inquiry into power, conflict and social change, Assignment Children 59/60.

⁶ Participation of the Poor in Development.

⁷ The theory and practice of participatory action research.



mudança de posição dominante, como é o desenvolvimento de mudanças. Constrói a sua identidade sobre a sua relação com a sua “*nemesis*” dialética. Pode ser visto como a tendência solta na teoria do desenvolvimento, um paradigma ou pós-paradigmática forma de pensar o desenvolvimento alternativo (citado por Zepeda, [200-?]). Percebemos então, que as políticas alternativas aos modelos clássicos são antagónicas, enquanto a primeira se preocupa com as pessoas, a segunda com o lucro. E portanto, os modelos alternativos fazem crescer o capital social e os clássicos a acumulação de capital financeiro.

Para ultrapassar a questão colocada na sua definição de capacitação, Friedmann (1996: 34-35) refere a existência de três tipos de poder: o poder social diz respeito ao acesso à informação, ao conhecimento e ao domínio de técnicas; o poder político não é apenas votar, é também o poder da ação coletiva; e o poder psicológico, que é a autoconfiança do indivíduo. Ao contrário de Friedmann, os investigadores Masschelein e Quaghebeur (2006), identificam dois tipos de poder: a capacitação, ou seja, a capacidade de um ator para fazer algo, que afeta outro ator, mudando o padrão do futuro provável; e o poder psicológico, ou seja, a melhoria em si da autoconsciência e autoestima, por um lado, e de autogoverno, por outro.

O desenvolvimento alternativo tenta provocar uma mudança nas estratégias políticas nacionais, através de uma democracia participada, de um crescimento económico apropriado, colocando acima de tudo a otimização da utilização dos vários recursos existentes, de igualdade de géneros e de sustentabilidade, incorporando uma dimensão política, ou seja, a democracia participada ou a incorporação dos setores excluídos, nos processos mais amplos de desenvolvimento das sociedades, defendendo um modelo de desenvolvimento descentralizado e participativo nas tomadas de decisão, compreendendo a intrínseca diversidade da vida, removendo os constrangimentos estruturais. De acordo com Friedmann (1996: 36-37), a política de desenvolvimento alternativo necessita do Estado forte que saiba adaptar as suas políticas, um Estado que seja ágil e dialogante, assente numa democracia participada, em que os poderes para gerir os problemas são mais bem trabalhados localmente, entregues a unidades de governação organizados em comunidades locais. Quando referimos o termo descentralização, segundo o sentido atribuído por Silva e Costa, descentralizar inclui, para além da deslocação da capacidade de decisão do Estado para a Sociedade Civil, também significa a transferência de recursos, competências, deveres e responsabilidades (citado por Ribeiro, 1998).

Segundo Cornwall, a participação é o instrumento de mudança social mais adequada para implementar, executar e/ou encorajar a transformação no desenvolvimento. É considerada como capaz de fazer a mudança ou a diferença em relação às estratégias, às abordagens ou às iniciativas de desenvolvimento, que não contam com este elemento. É o assumir, como um abrir de novas perspetivas, que representa um paradigma de reversões, pelo qual essas reversões indicam um *loci* de mudança e de lugares de diferença. A participação em potencial

é fazer uma mudança ou uma diferença, do seu envolvimento nas questões de mudança, de diferença e de diversidade. Por outras palavras, a cidadania é assumida como inerentemente relacionada com a diferença e a mudança, através da sua capacidade (como uma técnica), para abordar e envolver a diversidade e a diferença, seja com diferenças entre as pessoas, seja com diversidades entre locais e situações (citado por Masschelein e Quaghebeur, 2006).

O Programa LEADER sendo considerado uma política alternativa, foi influenciado pelas lógicas e visões do *mainstream* e do *empowerment*. Ora, é um modelo económico antinatural às perspetivas clássicas de desenvolvimento regional, em que os espaços de construção das políticas deixam de ser a nível central e delineadas por um grupo elitista de burocratas, para serem pensadas a nível local pela própria Sociedade Civil, havendo uma reversão do paradigma na conceção de políticas de desenvolvimento local, na qual o poder da participação é o seu chavão principal.

Uma outra visão que surge é o desenvolvimento centrado nas pessoas, que procura apontar novos caminhos, em vez de eger o crescimento como prioridade, pretende é colocar a economia ao serviço das pessoas, reversão direta da prática existente. Mais diz Korten, que a ideia crucial é reverter a tendência de concentração de poder, devolvendo-a às pessoas e comunidades e assegurar a sua justa distribuição. Basicamente implica, que deve haver um processo de capacitação, que deve ser feito através da construção adequada e do fortalecimento do controlo dos recursos locais e da propriedade. Não é dizer que o crescimento económico é abolido, mas sim colocar a economia ao serviço das pessoas (citado por Zepeda, [200-?]). Como referem Boaventura e Rodriguez (2004), é um processo que aponta como dinamizadores de desenvolvimento, agentes coletivos. Este modelo de desenvolvimento assenta na construção de políticas públicas no domínio público, influenciando as políticas de domínio estadista, ou seja, de “*baixo para cima*”.

As políticas alternativas, não promovem um crescimento económico desenfreado sem limites, mas um crescimento que leve em conta que a terra é finita e que exige uma gestão sustentável dos seus recursos para melhorar o bem-estar humano. Segundo Korten, os requisitos necessários para uma abordagem deste tipo são: a justiça, onde a ideia seria ter um papel fundamental na reestruturação do sistema económico e social vigente, a fim de capacitar os sem poder, proporcionar-lhes assim, os meios para expandir a sua agência e bem-estar; a sustentabilidade, onde as disparidades de crescimento insustentável têm de ser tratadas; e a inclusão, onde a questão da participação real através da capacitação do povo é a principal questão do jogo. Esta perspetiva tem como objeto, que tanto os protagonistas como os beneficiários das políticas são pessoas, ou seja, o foco encontra-se na capacitação e no bem-estar dos indivíduos que constituem a comunidade (citado por Zepeda, [200-?]). O objetivo das políticas alternativas é alterar a estrutura através de políticas de características mais sociais, devendo ser feita em colaboração com a “*economia*”, mas em vez de se centrar

no velho paradigma dos Estados Centralistas de concentração de capital, a economia passa a estar preocupado em combater os problemas sociais existentes, nas sociedades ditas modernas, nomeadamente, a criação de emprego para os desempregados, aumento dos rendimentos dos indivíduos, construção de equipamentos sociais destinados para os jovens e idosos, erradicar a pobreza dos bairros denominados de lata, facilitar a integração dos imigrantes, etc., portanto, ir ao encontro das necessidades das sociedades.

Mas a matriz que se encontra subjacente às políticas alternativas, não é novidade em termos de discurso político. Mesmo no auge do debate entre teóricos do Capitalismo e os ideólogos do Socialismo, que se centrava na questão da detenção dos meios de produção, na sua apropriação por parte de um grupo restrito de indivíduos ou pelo aparelho do Estado, existiam soluções alternativas. Piotr Kropotkine (1953: 7), no seu livro *“A Conquista do Pão”*, defende que as políticas devem estar direcionadas para as necessidades das populações, dizendo que *“sendo os meios de produção uma obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana”*, ou seja, defendendo o direito ao bem-estar para todos. Para atingir o bem-estar, o autor considera que o capital deve ser expropriado, para se tornar propriedade comum.

Ora, em matéria de necessidades, Maslow, afirma que existem dois tipos de necessidades: as básicas, que satisfazem exteriormente e devem ser satisfeitas primeiramente; e as de autorrealização, que se satisfazem mediante, a atividade interna. As básicas são as necessidades fisiológicas, de segurança, de afeto, de pertinência e de apreciação, de conhecer e de entender. As necessidades fisiológicas, como por exemplo a fome, para um homem que esteja extremamente e perigosamente faminto, o único interesse é conseguir comida. Sonha, pensa, emociona-se e deseja só comida. Quando estas necessidades não estão cobertas, dominam a motivação humana, no entanto quando estão satisfeitas, emergem novas necessidades. Surge então a necessidade de dispor de abastecimento garantido de alimentos, um teto permanente para se abrigar do frio e dos perigos do dia a dia. Com o intuito de sobreviver, existe a necessidade de segurança para atingir tal fim. A necessidade de segurança relaciona-se com o futuro mais ou menos imediato, inclui uma necessidade de regularidade e de ritmo e de ausência de perigos imprevistos. Quando as necessidades fisiológicas e de segurança estão cobertas, emerge o afeto, o amor e a estima. E consiste tanto em receber como em proporcionar. As necessidades de pertinência e de apreciação ajustam-se de forma muito próxima às anteriormente mencionadas, mas distinguem-se pelo desejo de continuidade que contêm. Declaram que os desejos de conhecer e de entender são necessidades pessoais como as necessidades básicas (citado por Verhulst e Nijeboer, 2008: 38-39).

As necessidades de autorregulação, para Maslow, são o talento e o desejo de validar as próprias atitudes e talentos, considerando-as meta-necessidades, convertendo-se na

motivação principal das pessoas. A linha divisória entre a meta necessidade e a necessidade básica deve ser coberta, por elementos do mundo exterior, coincidindo com a distinção entre a motivação interna e externa. Quando a meta-necessidade se converte na motivação principal, as pessoas manifestam-se como seres implicados. A relação com o mundo externo muda por completo. Quando as necessidades básicas operam como elementos motivadores, o mundo externo proporciona os meios de satisfazer as suas próprias necessidades. Portanto, a necessidade de autorregulação não deve ser entendida no sentido de hedonista, não tem nada a ver com a satisfação do ego. É a necessidade de encontrar significado à nossa vida. A questão é se a nossa existência tem sentido. O sentido surge no serviço aos outros, o qual é percebido como a mais alta criação da nossa vida. Um político, um artista, um carpinteiro ou um comerciante que se conduz pela necessidade de autorregulação, reconhecerá este conceito de serviço aos outros, como base do seu entendimento. Além disso é parte da natureza do homem, encontramos o sentido da nossa existência em tanto ou quanto este entusiasmo se converte em ação (citado por Verhulst e Nijeboer, 2008: 39).

O sociólogo Talcott Parsons (1974), ao realizar a caracterização da sua sociedade moderna ideal, afirma que a terceira componente básica da cidadania na comunidade societária, é o interesse social pelo bem-estar dos cidadãos, tratando-se como uma responsabilidade pública. Se os direitos e o direito de voto apoiam capacidades para agir autonomamente no *status* de cidadão, a componente social refere-se à criação de oportunidades realistas para fazer bom uso de tais direitos. Por isso, tenta garantir que padrões mínimos de vida, saúde e educação, sejam garantidos para as massas da população. É notável que a difusão da educação para círculos cada vez mais amplos da população, bem como a elevação dos níveis da educação, tenham estado muito ligados ao desenvolvimento do complexo de cidadania. Em suma, as políticas alternativas devem centrar a sua ação, em colmatar as necessidades dos indivíduos que constituem as comunidades.

Objeto do trabalho

O objeto do presente trabalho tem como tema central a democracia participativa, na qual supõe o envolvimento dos cidadãos na construção e gestão do espaço público local. No âmbito deste estudo, iremos investigar os princípios da participação política, que compreendem o conceito da democracia participativa na abordagem LEADER, como um novo paradigma de desenvolvimento económico das comunidades rurais, enquanto processo que contribui para a capacitação nas dinâmicas participativas junto das populações locais, envolvendo estas no planeamento de políticas, contribuindo deste modo para potencializar a democracia local, reinventando os seus processos originais em que se pretende juntar elementos da democracia participativa à democracia representativa. Num período da história mundial em que os pilares da democracia representativa das sociedades ocidentais, tal como hoje, as conhecemos, estão a ser profundamente abalados.

Para tal, tomar-se-á num estudo de caso no intuito de analisar se a abordagem LEADER, consagra a participação das comunidades rurais no planeamento de políticas locais. É um processo de natureza consultiva, de um lado, ou por outro lado, é um processo deliberativo? A gestão democrática na concretização das políticas deve ser incentivada?

O primeiro objetivo que pretendemos atingir com o presente trabalho, é verificar em que medida, o programa LEADER consolida a participação, visando o envolvimento dos cidadãos na procura pelo exercício dos seus direitos políticos.

O segundo objetivo que colocamos neste estudo é, a tentativa de compreender melhor o papel da participação dos cidadãos, nos processos de planeamento de políticas e na sua concretização.

O argumento central e os objetivos definidos foram problematizados através da seguinte hipótese de trabalho. A abordagem LEADER possibilita a participação do cidadão no planeamento das políticas públicas regionais? A participação influencia a definição das linhas estratégicas nas prioridades locais?

Questões metodológicas do trabalho

Para atingir os objetivos inicialmente estabelecidos, utilizar-se-á uma estrutura metodológica de uma investigação empírica. A etapa teórica é constituída por uma revisão bibliográfica, construída através de um quadro teórico que sustente a investigação, utilizando fontes documentais escritas que englobam uma vasta diversidade de documentos, textos, livros, jornais, relatórios e publicações. Para a etapa empírica, optou-se por uma pesquisa qualitativa em detrimento da quantitativa, pelo fato de se considerar a mais adequada para atingir os objetivos que foram estabelecidos e compreender melhor o fenómeno da democracia participativa, como paradigma na elaboração de políticas públicas regionais. Segundo Goldenberg (2004: 14), argumentando muito bem, as razões da escolha de uma pesquisa qualitativa em alternativa à quantitativa, é que, a inquietação do investigador é conhecer um grupo social ou uma identidade. Filipa Reis (2010: 63) considera, que existe uma ligação entre o mundo real e o sujeito, não sendo necessários a utilização de técnicas estatísticas, baseando-se numa investigação explicativa, através da intuição do investigador. Para Bogdan, a investigação empírica, possui características muito particulares de investigação, tendo “*o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave*” (citado por Trininos, 1987).

Segundo o autor anteriormente referido, os analistas qualitativos procuram perceber o procedimento e não os frutos finais, através da intuição, e o sentido é o mais importante na investigação qualitativa (citado por Trininos, 1987: 128-130). De acordo com Dilthey, os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, cada um deles tem um sentido próprio,

tornando-se necessário que cada caso concreto seja compreendido na sua singularidade, portanto, as ciências sociais devem preocupar-se com a compreensão de casos particulares, e não como as ciências naturais, que procuram formular leis gerais (citado por Goldenberg, 2004: 18).

Existem várias estratégias de investigação, nomeadamente, a narrativa, a fenomenologia, a etnografia e a teoria baseada na realidade. Mas para responder melhor à nossa teoria e às hipóteses colocadas, escolhemos o estudo de caso como estratégia de investigação. Esta opção deve-se ao fato de se pretender desenvolver um estudo que permita compreender melhor a questão colocada. De acordo com Goldenberg (2004: 33-34), o estudo de caso vem da tradição da pesquisa clínica, método que visa adquirir o conhecimento do fenómeno estudado a partir de uma situação concreta, tornando-se a principal técnica de investigação na pesquisa das ciências sociais, possibilitando a penetração na realidade social. Um dos primeiros cientistas a estudar a realidade social numa perspetiva científica, foi Frédéric Le Play, considerando a observação direta, controlável e objetiva, sendo o método mais adequado à pesquisa social (citado por Goldenberg, 2004: 19-20). Como é dito por Robert Yin, quando se pretendem investigações com características mais descritivas e interpretativas relativamente ao fenómeno estudado, o nosso interesse é colocar ao nível dos processos e não dos resultados e impactos. É usado na investigação nas áreas da ciência política, na administração pública, na sociologia e psicologia, nos estudos organizacionais, na pesquisa de planeamento regional e municipal, como estudos de plantas, bairros ou instituições públicas e na supervisão de dissertações e teses na área das ciências sociais (2001: 19-21).

Como se pretende realizar a análise de um estudo de caso, para a obtenção de respostas às questões levantadas, optamos por este método de investigação. Segundo Schramm, a essência do estudo de caso, é clarificar uma deliberação ou o seu conjunto, indagando os motivos, como foi executado e os seus efeitos. Sendo uma investigação empírica em que se investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, como resultado baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados a convergir num formato de triângulo, e beneficiando-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a recolha e a análise de dados (citado por Yin, 2001: 31-32).

Foram identificadas então, seis fontes para a recolha de dados para os estudos de caso: documentos, registos em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos (Yin, 2001: 108). No presente caso serão utilizadas duas fontes: a documentação e a observação direta.

Para Moacir Palmeira, a observação direta apresenta vantagens sobre outros métodos, tendo a possibilidade de acompanhar por um período mais longo e meticulosamente, as investigações (citado por Goldenberg, 2004: 34). A observação participante é uma modalidade especial de observação, na qual o investigador não é apenas um observador do fenómeno, mas pode também, participar nos eventos que estão a ser estudados (Yin, 2001: 116). Para tal, será utilizado o conhecimento adquirido ao longo de dez anos na participação ativa da gestão do Programa LEADER. Mas para maximizar a presente investigação serão utilizadas várias fontes.

Questões teóricas fraturantes do trabalho

As discussões de fontes foram fundamentais na construção das bases teóricas da presente dissertação, bem como para o delineamento das linhas de investigação, em consonância com o tema do trabalho. Os livros e os artigos selecionados contribuíram fundamentalmente para a construção do corpo, tornando o trabalho cada vez melhor em termos qualitativos do ponto de vista teórico. O debate esteve em torno de dois conceitos: a democracia participativa e as políticas públicas.

A polémica sobre o conceito de participação ou da democracia participativa concentrou-se num conjunto de autores, que se debruçaram sobre a questão do papel da participação na teoria da democracia moderna. Carole Pateman procurou a resposta à questão anteriormente colocada, recorrendo aos velhos clássicos, e após analisar as teorias clássicas, a autora estuda a possibilidade da democratização das estruturas de autoridade nas indústrias. Pateman refere que a participação e a teoria democrática evidência um aspeto essencial, o acesso dos indivíduos ao processo decisório e a possibilidade do homem comum de alterar a sua própria política. Por outro lado, Robert Dahl e o seu livro *Sobre a Democracia* e Sartori e a obra *Uma Teoria Democrática Revisitada* são literaturas importantes, pelo fato destes autores, realizaram uma discussão entre as várias tipologias de democracia existentes. Por seu lado, Jurgen Habermas e Chantal Mouffe concentram as suas análises da democracia em torno de um conceito, o poder. O livro *Direito e Democracia Entre a Facticidade e Validade* e *O Regresso do Político* permitir-nos-á, compreendermos melhor a questão do poder nas democracias. Pierre Levy na sua obra *Inteligência Coletiva por uma Antropologia de Ciberespaço*, fala no coletivo como base das democracias, sejam estas representativas ou participativas, mas para Friedrich Muller, o coletivo é o povo que, segundo diz ele, é a questão fundamental para as democracias. Mas recorre-se a mais autores para compreender melhor o fenómeno da democracia, mais concretamente na sua tipologia de participada.

Para a discussão sobre políticas públicas, verificamos que literatura é bastante abundante, fazendo referência a dois tipos de processos de definição e implementação de políticas públicas, de “*cima para baixo*” (*top-down*) e “*baixo para cima*” (*bottom-up*).

As teorias “*de cima para baixo*” partem do pressuposto que o planeamento e a implementação das políticas, se iniciam na perspetiva de que a decisão política é do topo da hierarquia, ou seja, é autoritária, a política parte do poder central e é implementada de acordo com o que foi definido. Dentro dos defensores desta modalidade de execução, destacamos nomes como Edwards, Van Meter e Van Horn, Marmanain e Sabatier, Elmore e Warwick, que desenvolveram vários modelos. Será com base nestes autores que iremos proceder à análise e confrontar com outra linha de pensamento em que, nomes como Rein e Rabinovitz, Elmore, Michael Lipsky e Smith idealizaram modelos de planeamento e de implementação de políticas públicas de “*baixo para cima*”, sendo uma abordagem que considera que se deve dar destaque aos atores envolvidos nas políticas.

Muitos outros autores foram preteridos por várias razões, por exemplo, na linha dos autores de “*cima para baixo*”, Christopher Hood, Hogwood e Gunn e etc. e, na linha de “*baixo para cima*”, autores como Kaufman, Scharpf, Hjern, Bardach, Goggin, Bowman, Lester, Jan-Erik Lane e O’Toole, estes últimos numa linha mais híbrida, em que tentam conciliar características de ambos os modelos.

Plano de trabalho

O presente trabalho será estruturado em quatro capítulos, o primeiro capítulo sendo essencialmente teórico, servirá como ponto de partida para a restante investigação. Da qual denominados de Democracia participativa: contributo teórico à análise para uma Democracia local. Assim sendo, a primeira parte far-se-á um enquadramento histórico da evolução dos sistemas económicos verticais, nomeadamente, as formas Capitalista e Socialista, numa tentativa de comprovar que atualmente estes modelos estão desatualizados e obsoletos. Sendo estes modelos, a origem da profunda crise económico-financeiro que atualmente assistimos na esfera global, apontando mesmo algumas das suas causas. Formas económicas que tem como cerne e são alimentadas na base da geração de profundas desigualdades políticas e sociais, através da má distribuição do poder político e económico, por todos os setores que compõem a sociedade.

Será também apresentado a evolução histórica que proporcionou o surgimento da democracia local, ou mais exatamente, as formas de organização com base na autogestão de políticas públicas e os princípios que estão subjacentes a este modelo. Seguidamente serão trabalhados as bases políticas, que achamos estarem associados à Democracia Local, sendo eles, a centralidade do poder, ou seja, a decisão política na construção de políticas públicas. Onde deve estar? Nas mãos do Estado ou na Sociedade Civil? Quem deve participar nesse centro de decisão? Ou seja, a participação política. E também a questão de que tipo de autonomia pretendemos? Será também feita, uma pequena reflexão do aparecimento da democracia local em Portugal.

Relativamente ao segundo capítulo, irá realizar-se um debate sobre os conceitos de “*políticas públicas regionais*”, “*unidade de planeamento de políticas públicas regionais*”, “*territórios rurais como unidade de planeamento de políticas públicas regionais*” e “*modelos de planeamento de políticas públicas regionais*”, baseando-se em vários autores que trabalham as presentes designações tanto nas suas vertentes sociais, económicas e culturais. Associando assim, a democracia local com a problemática do desenvolvimento local e rural. Apresentando, nomeadamente, a abordagem LEADER como modelo alternativo de construção e implementação de políticas públicas horizontais. Far-se-á também, uma análise do surgimento e da evolução das políticas públicas regionais no contexto europeu, para os territórios rurais. Assistindo-se assim, na década de noventa, o começo da implementação da abordagem LEADER, como modelo de desenvolvimento rural.

No terceiro capítulo será apresentado, o contexto político da génese da abordagem LEADER em Portugal. Com mais ênfase, o aparecimento da democracia local na Cova da Beira, inicialmente com o surgimento do Grupo de Ação Local RUDE e mais tarde o aparecimento de um segundo Grupo de Ação Local designada de ADERES, entidade que procura desenvolver políticas públicas para o nicho denominado Estrela-Sul. Após esta reflexão, irá ser realizada um diagnóstico do território Estrela-Sul, em termos: geográficos, organização administrativa, origens da região, demográfica, caracterização geomorfológica e solos, sistema hídrico e infraestrutural.

O quarto capítulo refere a uma análise quantitativa, nomeadamente da participação da Sociedade Civil, na criação do Grupo de Ação Local, na construção e implementação dos programas LEADER II e LEADER + para o território Estrela-Sul. Tendo também por base uma análise qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, na procura de respostas relativamente, aos índices de participação da Sociedade Civil na abordagem LEADER.

E por fim, a última parte do trabalho serão apresentadas as conclusões acerca do processo LEADER na implementação e consolidação da democracia local.

Capítulo I

A Democracia Participativa: Contributo Teórico à Análise para uma Democracia Local

*“O preço a pagar pela tua não participação na política.
É seres governado por quem é inferior”*

Platão





I.1 - A Necessidade de Novos Rumos

A atual crise financeira e económica, afeta sobretudo a União Europeia, sendo a sua principal causa, as elevadas dívidas soberanas dos Estados que a constituem, levando, a repensar novos caminhos de desenvolvimento económico e social, como anteriormente foi referido, no capítulo denominado de Introdução.

Os modelos económico das quais denominamos de Centralistas, a sua discussão tinha incidência em torno do poder económico, mas deparamo-nos, que estas abordagens de construção de políticas públicas fracassaram, e portanto, a necessidade do aparecimento de novas “*engenharias constitucionais*” e o surgimento de novos arranjos económicos, sociais e políticos é necessário emergir. Ora, em suma, uma nova organização social, para o desenvolvimento económico é imperioso aparecer.

A decadência dos Estados Centralistas começa, com o colapso dos regimes soviéticos da Europa de Leste. Shumpeter, caracteriza estas economias, sendo detidas pelo próprio Estado. E portanto, os meios e a produção são controlados pelo Poder Central, ou seja, os assuntos económicos na visão Socialista, devem pertencer ao espaço público e não concentradas numa elite da esfera privada (1961: 209). Esta conceção, no nosso entendimento, não é a mais correta, como definição de ordem Socialista, estas sociedades caracterizaram-se por serem aparelhos institucionais no qual, o controle sobre os meios de produção estavam concentradas em uma autoridade central, da qual concordamos, mas os assuntos económicos da sociedade, pertenciam a um grupo restrito de homens, que utilizavam o partido único, em se apropriar destes mesmos meios de produção, ou seja, é considerada uma oligarquia, de acordo com a visão Aristotélica.

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com a introdução da Perestroika e da Glasnost, foi sem dúvida, o primeiro passo para o desmoronamento destas Estruturas. Mikhail Gorbachev iniciava assim, a reconstrução da economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, percebendo que o modelo vigente estava a falir, havia então a necessidade de não substituir o modelo económico Socialista, mas sim transformá-lo, era imperioso uma reforma económica profunda. Comparativamente, com outras reformas económicas em sociedades, ditas Socialistas, nomeadamente, na República Popular da China, país emergente, em termos económicos, a Perestroika largamente fracassou o seu objetivo de reformar a sua economia, que já, se encontrava muito debilitada e em forte decadência. As razões apontadas de não ter tido sucesso foram, em primeiro lugar a incapacidade por parte do Estado Socialista da União Repúblicas Socialistas Soviéticas, em criar agentes económicos privados e em segundo lugar, na redundância por parte do seu líder, em não querer desencadear uma reforma agrária no País, provocando assim, o seu colapso. A pesada herança deixada pelo Estado Socialista Soviético, resume então, num tecido produtivo estagnado, nomeadamente, nos setores siderúrgicos e petrolíferos, fundamentais para qualquer economia pujante; as

instalações de produção de energia elétrica encontravam-se obsoletas e sem qualquer manutenção, o que levou a acidentes tal como por exemplo a de Chernobyl; o setor agrícola há mais de uma década não registava aumentos de produção e dois terços dos seus equipamentos agrícolas estavam ultrapassados, pelo fato de terem passado largamente o seu tempo de vida útil. Pensamos também, que outro marco importante da história, da qual ajudou a levar à decadência dos Estados Socialistas, foi a queda do Muro de Berlim, em 9 de Novembro de 1989, levando assim, ao desmaio do bloco comunista do Leste Europeu, e portanto foi emitida a certidão de óbito ao Socialismo Real, escancarando as portas à consolidação do sistema económico neoliberal, ou seja, o triunfo do Capitalismo. Enfim, acabando com o bipolarismo entre o Capitalismo e o Socialismo, provocando a desintegração da União Soviética, em Dezembro de 1991, desdobrando-se em vários novos Estados Soberanos. Segundo Robert Dahl, o Comunismo, cai pelas suas fortes convulsões internas e pelas pressões externas da Comunidade Internacional (2001: 162). Em resumo, a única alternativa conhecida ao Capitalismo, deixou um rasto de pobreza e um conjunto de economias completamente devastadas. Ora, Boaventura resume muito bem esta dimensão, afirmando, o seu ceticismo, relativamente a estas tipologias de sociedade, dizendo que não são opções viáveis e não são apetecíveis (Santos e Rodriguez, 2004).

Verificamos atualmente, que as pessoas encontram-se conformadas com o sistema económico vigente, tendo a ideia, da não existência de alternativas à civilização capitalista. Devido ao desinteresse, pela causa pública, levando ao desencantamento pela política, confirmada através dos resultados eleitorais, em que assistimos altas taxas de abstenção, nos países chamados desenvolvidos, ora, verificando-se uma crise da democracia representativa. Mas esta civilização tem conseguido sobreviver, graças às várias metamorfoses sofridas, denominadas por Schumpeter (1961), "*processo da destruição criadora*". Ao longo dos últimos dois séculos, verificamos que os ciclos económicos, caracterizam-se numa primeira fase, pela geração de abundância, que é abruptamente interrompido, assistindo-se depois, à destruição das economias, provocando a supressão de emprego e aniquilação de riqueza, renascendo mais tarde, o crescimento económico como uma fénix. Ora, como caracterizam Shumpeter (1961: 106) e Fitoussi (2005: 47), a estrutura capitalista é evolutiva; adaptando-se a qualquer circunstância e no final, sai sempre vencedora, havendo crescimento económico. A primeira grande transformação do Capitalismo acontece com a passagem da produção de pequena escala para massificação de bens. Para tal, foram fundamentais, a revolução das vias de comunicação no final do século XIX, nomeadamente os caminhos de ferro e as telecomunicações, com o surgimento do telégrafo e do telefone. Mas foi sobretudo, na implementação do Modelo Tayloriano-Fordiano na organização das empresas, através do trabalho científico, que se registou o maior crescimento económico como nunca se tinha visto, até à época. Com o aparecimento das cadeias de montagem, permitiu a redução drástica do tempo necessário para produzir os bens, aumentando, brutalmente a produtividade, em suma, desencadeando a descida abrupta das margens de lucro, por via da

produção em série. Quando muitos dos críticos pensavam, que a hora do fim do Capitalismo tinha chegado, muito por culpa da colmatação das necessidades fúteis das Sociedades Modernas, estarem plenamente satisfeitas, verifica-se uma nova adaptação às circunstâncias de mercado. Assistimos então, à transição para a era do consumismo, a sociedade do *Homo consumericus* constrói-se em função da moda; dos elementos que constituem está “*confraria*” (Arendt, 2001 e Lipovetsky, 2009).

A civilização capitalista, desde 2008 encontra-se novamente moribunda, a ordem capitalista sofre crises atrás de crises, mas tem conseguido sobreviver. A crise económica que teve início nesse ano, despontada pela falência do banco de investimento Lehman Brothers, muito por culpa do facilitismo na concessão de empréstimos bancários, sempre com o objetivo de incentivar o consumismo das pessoas, em adquirir casa própria, automóveis, os últimos modelos de televisores, telemóveis e ipod’s, começando o suborno logo na infância com as playstation’s, sendo este o paradigma de crescimento económico nas últimas décadas. Com o efeito dominó, outras grandes instituições financeiras, declararam falência, originando a crise dos Sub-primers. A contaminação foi rápida, em poucos dias a maior seguradora dos Estados Unidos da América, a American International Group, encontrava-se em falência técnica, tendo que o Governo Central Norte-Americano intervencionar a empresa. Mas a crise norte-americana, em poucas semanas, alastrou-se para a Europa, passando a ser o olho do ciclone financeiro. A Islândia teve de nacionalizar o seu segundo maior banco, que se encontrava em sérias dificuldades financeiras. As maiores empresas do setor declaram colossais perdas. O 4º trimestre de 2008 foi nefasta para a Zona Euro, sendo abalada com a maior contração do Produto Interno Bruto da sua história, uma queda de 1,5%, em relação ao anterior trimestre. Em 2010, iniciou-se as crises das dívidas soberanas, na Zona Euro, despontada pela Grécia e que se estendeu aos demais países que a constituem. As terapias clássicas, na resolução de crises económicas e financeiras não têm conseguido revolver o mal, que padece atualmente a economia mundial, pelo fato de ser completamente anormal às anteriores crises registadas, devido à conjugação de causas conjunturais e estruturais, que vão muito mais além das questões financeiras e económicas, pondo mesmo em causa o Estado-Providência, como atualmente conhecemos, devido aos fortes planos de austeridade implementados pelos governos centrais, o que tem levado a exacerbados cortes nas prestações sociais e também nos sistemas nacionais de saúde. E porque os atuais pensadores económicos contemporâneos estão presos, aos modelos ditos clássicos, tornam a situação atualmente dramática para muitas famílias, pelo fato de verificarmos elevadas taxas de desemprego, a inflação a escalar e pelos endividamentos elevados das economias ocidentais. Levando a acreditar então que não há outro caminho. Crise atrás de crise parece-nos que o sistema capitalista está, a autodestruir-se aos poucos, em suma, neste contexto, os modelos centralizados apresentam sintomas de cansaço e de esgotamento. Parece-nos que, este modelo económico “*totalitarista*” está a fraquejar perante novas formas económicas de exercício mais mutável, com base no cooperativismo e nas competências das comunidades (Lévy, 2004).

I.2 - Democracia Local e a sua génese

Então se o sistema capitalista nem a ordem socialista não são viáveis, o que nós resta? O que vêm a seguir? Que caminho traçar?

Os piores cétricos não acreditam que existe mais alternativas. Em suma, acreditamos que sim, existe outro caminho, estando em hibernação há mais de 200 anos, emergindo das sombras para a plena luz do dia. Resta-nos então, os modelos autónomos de gestão de políticas públicas.

Durante o Século XIX, nasce o movimento cooperativo e associativo, como uma nova forma de organização da Sociedade Civil, colocando este movimento como parceiro “*natural*” dos sistemas políticos e económicos (Animar, 2003: 28), levando a que nos nossos dias, este movimento, desenvolve-se novas estratégias baseadas, nos atores locais, disponíveis para desencadear um processo de diálogo e de negociação, criando assim, uma nova ordem social, baseada no ordenamento participativo e negociado, promovendo assim o diálogo local.

Surgindo então, nessa época a ideia de autogoverno (*self-government*), que é defendida, por vários pensadores políticos, como são exemplo: Joseph Proudhon, Mikail Bakunin, Piotr Kropotkine e Rosa Luxemburgo, formulando modelos económicos alternativos, com base no princípio da autogestão.

A visão Proudhoniana defende a autogestão, como regime político, em que a sua essência é, a divisão de poder por todos os elementos que constituem a comunidade. Consiste, em reduzir ao mínimo as funções políticas em simples funções económicas. A constituição desta sociedade é essencialmente progressiva e que este destino não pode ser concretizado, senão num sistema onde a hierarquia governamental, em lugar de assentar sobre o topo, é estabelecida a partir da base, ou seja, colocar o povo no topo da hierarquia. Constituindo grupos pequenos, respetivamente autónomos e uni-los em torno de um pacto de desenvolvimento económico. Este modelo assente na autonomia e no cooperativismo, tende aproximar-se cada vez mais pela organização em outras mãos, que não as do Estado (Proudhon, 2001). Ora, resume-se que, a auto governação consiste em que todos participam organizados, em torno de um objetivo comum, na construção e execução de políticas destinadas à satisfação das necessidades básicas de todos os elementos que constituem a Sociedade Local. E portanto, para Sieyès (1983: 66), a resolução das necessidades e problemas do espaço público, devem estar envolvidos todas as pessoas que constituem a comunidade, independentemente das suas convicções políticas, classe social, capacidade económica, sexo ou raça.

O modelo apresentado neste trabalho é uma nova forma de contratualismo entre o Estado e as Organizações Locais, ou melhor dizendo uma subcontratação local, em que é apresentado

como um modelo de governação, na qual a participação surge como uma técnica de construção e gestão de políticas públicas, entre grupos coletivistas de interesses locais diversificados, sendo este elemento a chave para a geração de ação coletiva para a mudança local.

As mudanças sociais, culturais e políticas, que ocorreram nas últimas três décadas, levou ao surgimento de novas perspectivas de ação política, através da deslocalização da política, estabelecidas sobre formas de cooperação, através da emergência de movimentos sociais, baseadas em iniciativas coletivas, favorecendo assim, estratégias económicas autónomas. A auto-organização das populações desenvolveu, novas estruturas de debate e de representação, como refere Robert Dahl, tornando-se essenciais e ambicionáveis, para o funcionamento da democracia atual (Dahl, 2001). Estas novas realidades que ganharam as formas de Organizações Não Governamentais e Associações de Desenvolvimento Local, desenvolveram novos conceitos organizativos no seio da sociedade, expondo suas ansias e interesses, sobe novas formas associativas e de cooperação, esta conceção de cidadania, segundo Chantal Mouffe, permite a criação de uma identificação comum, criando assim um “nós”, uma identidade política coletiva (1999: 121), sendo o caminho da radicalização da democracia, ou seja, como instrumento de mudança social (Dewey, 1937), procurando assim, que as classes sociais mais baixas das sociedades tenham acesso a bens e serviços culturais e sociais, em suma, permitindo assim a estes setores, alcançar um conjunto de direitos básicos, promovendo a inclusão destas classes marginadas nas sociedades.

Esta tipologia de democracia, na qual emergiu da organização, a partir da Sociedade Civil, alimenta-se das suas próprias causas. Estruturando-se em pequenos grupos que se autogovernam, a democracia social apoia-se na igualdade, sendo a sua consequência a redistribuição do bem-estar generalizado (Sartori, 1993: 6).

O favorecimento do aparecimento de intermediários, entre governantes e governados, como refere Wilke, foi pelo fato da não existência de outras mediações entre o Estado e a Sociedade, para além das conhecidas estruturas verticais de decisão, como foi referido anteriormente, como são por exemplo: o Socialismo e o Capitalismo, já que estes, não se preocupam em colmatar os pequenos problemas das esferas locais, mas sim dos espaços globais (citado por Habermas, 1997: 74).

Boa parte deste dinamismo, da corrente alternativa desenvolveu-se na esfera global, vindo dos movimentos ambientalistas, defendendo o desenvolvimento sustentável. A exclusão das mulheres é uma outra fonte do desenvolvimento alternativo, através do ativismo dos movimentos feministas. Enquanto, nas esferas locais, o fenómeno desenvolveu-se em torno do desenvolvimento local e rural. Como refere Dryzek, estas dinâmicas repercutam, problemas que existem no espaço privado para o espaço público (citado por Habermas, 1997: 99). O que

desencadeou, o nascimento do “terceiro setor”, não sendo, simplesmente uma deslocação de atividades industriais para os serviços (Lévy, 2004).

Surge então um novo poder, o poder social, nascido do envolvimento das populações locais, na construção de novas perspectivas de desenvolvimento socioeconómico. Esta emancipação proporciona, inclinações para o aparecimento do desenvolvimento endógeno, que desenvolve a autonomia administrativo (Habermas, 1977), transformando-se em contrapoder ao poder totalitário, e é então neste processo que surge o que hoje chamamos de Sociedade Civil. Abrindo assim, as portas para a conversação entre os vários atores locais, sobre o seu desenvolvimento, construindo assim um processo de consensos. E portanto, como refere Dowbor (2008), devido às contradições internas dos referidos modelos centralistas, perderam o protagonismo para novas formas de participação, transformando, profundamente a forma de tomada de decisões, ao que refere ao desenvolvimento económico e social, ao valorizar o papel dos agentes locais e das suas iniciativas no progresso do seu território.

Os atores e as suas perspectivas auxiliam, o desenvolvimento de uma entidade comum, favorecendo assim, a criação de estratégias de desenvolvimento participativo, e portanto, a diversidade de interesses, sejam convergentes ou divergentes, gerem conflitos, atuando nas dinâmicas locais. Não devendo ser simplesmente, um processo de recolha de informações ou de opções, mas sim, envolver todos, na tomada de decisões. Devendo criar pontos em comum, para assim, iniciarem a negociação na procura de respostas em conjunto, em suma, uma cooperação criativa para o estabelecimento de políticas próprias. E portanto, o processo deliberativo das populações, ou seja, a participação dos cidadãos ao nível local, ganhou um novo destaque, com o aparecimento de um novo poder local, dinamizador da mudança, nos territórios, surgindo a sua recente reinvenção.

Esta transformação local obrigou a um processo de responsabilização das comunidades locais, envolvendo a descentralização, a participação e a autonomia, sendo as bases das democracias contemporâneas. Lévy ilustra-nos, o aparecimento de novas tipologias de democracia, melhor adaptadas às novas realidades (2004). Ora, a resposta aqui encontrada é que a Sociedade Civil, decide o seu próprio destino, construindo o seu modelo de desenvolvimento económico e social, formulando as suas bases através da negociação procurando assim, as melhores opções e soluções, para resolver os problemas e as suas causas; mudando assim, a realidade passada. E portanto, é necessário criar novos centros de poder, como forma de consolidação das democracias contemporâneas (Bobbio, 1986; Maturana, 1993; Habermas, 1997 e Dahl, 2001).

Verificamos que o poder local clássico tem sido um instrumento de gestão importante no combate de algumas necessidades das populações locais, mas verifica-se que tem sido insuficiente e incapaz de dar respostas a todos os problemas das sociedades contemporâneas, e as soluções apresentadas são sempre as mesmas, assentes em modelos tradicionais de

desenvolvimento regional, em suma, as reformas de democratização do Estado, assenta na descentralização, por via da regionalização, mas que este modelo não envolve as comunidades locais. E portanto, nas palavras de Dowbor, é necessário valorizar o espaço local, devendo dotar de instrumentos adequados para tal (2008). A resposta que procuramos obter, qual é o papel da democracia para uma democracia participativa, no âmbito de uma democracia local, é de que, a democracia têm como papel, a formação da opinião pública, “*ebulindo*” da conversação, discussão e do debate político, da negociação através da argumentação e de fatos, ou seja, pelo poder da comunicação (Dewey, 1939; Bobbio, 1986; Maturana, 1993; Sartori, 1993; Habermas, 1997 e Innerarity, 2006), pensadas fora de arenas, agendas e cenários políticos e de palcos partidários, não corrompidos pelos poderes económicos e de mercado, declarando as verdadeiras ansias e ecos da Sociedade Civil.

O processo de transformação dos territórios está assente, numa lógica negocial, através do envolvimento e da autodeterminação das pessoas privadas, ou seja, da Sociedade Civil, nos processos de desenvolvimento regional, permitindo este diálogo local, desenvolver pontos em comum, com o objetivo e finalidade em criar um consenso dos vários interesses. Deixando de ser o critério da participação da sociedade o voto, passando a ser a decisão. Este modelo de planeamento e de gestão de iniciativas de transformação local permite, a negociação para a celebração de um pacto de desenvolvimento territorial, sendo um processo de homogeneização da diversificação de interesses pela via da comunicação e do entendimento.

Referindo que a Sociedade Local, sendo uma sociedade política, tem que tomar consciência de si mesma, produzindo efeitos sobre si, através da vontade da comunidade, ora na prática diz, que os sujeitos privados devem possuir autonomia política para se auto-organizarem, sendo a cidadania vista como um ator coletivo, associado à ideia de uma democracia numa sociedade descentrada, não colocando as políticas alternativas no centro, nem no ápice e muito menos no modelo económico da sociedade, é um sistema político como um sistema de ação colocados ao lado de outros. Estes processos caracterizam-se precisamente em desencadear nos participantes a “*formação da opinião e da vontade*”. Estes modelos permitem formas mais participativas envolvendo diretamente as populações sendo uma estratégia utilizada para a geração de consensos, ou seja, é um “*sentir conjunto*”, mas sim, procurando o consenso que console os envolvidos, permitindo assim o aparecimento de novos protagonistas, interessados na “*coisa pública*”, sobre os assuntos da “*Pólis*” (Sartori, 1993: 56). Assistimos assim, ao debate entre vários atores locais, na troca de ideias e informações, de forma em procurar soluções, construindo assim, uma estratégia de desenvolvimento local, para o seu próprio território onde vivem e/ou interagem e por tanto, “*a democracia é governo de opinião, um governar fundado na opinião*” (Sartori, 1993: 57), estabelecendo assim, perspetivas viáveis para o futuro das esferas locais.

I.3 - Democracia Local e a Centralidade do Poder

Os Estados Centralistas, caracterizam-se fundamentalmente, pelo poder⁸ estar concentrado no Estado e os seus detentores em centros de decisão, muito das vezes afastado dos locais onde irão ser executadas as políticas, tornando-as desajustadas à realidade, desenvolvendo-se assimetrias de poder. Para Dowbor, as situações mais específicas devem ser, trasladadas para novos espaços de decisão, numa perspectiva de proximidade, ou seja, mais próximo do indivíduo, apelando, para um maior envolvimento dos atores que serão influenciados pelas políticas ([199-?]: 8). A grande diferença com as Sociedades, abertas às políticas alternativas, é a ideia de que, o assunto público é uma questão de universalidade, e portanto, o poder deve estar nas mãos para quem estão destinadas essas mesmas políticas, existindo vários centros e tipos de poder, *“é do povo que emana todos os poderes, tratando-se de um sujeito coletivo, sendo o centro de imputação das decisões coletivas”* (Muller, 2003: 20), estabelecendo assim várias mesas e espaços de diálogo local e de negociação. Ora, em suma, as políticas são pensadas pelo povo para o povo, passando a ser a questão central das políticas, ditas alternativas.

Friedrich Muller afirma, que Rousseau possuía um pensamento visionário, pretendendo tornar o povo, um agente transformador, em territórios limitados e de reduzida dimensão, não desenvolvidos em termos capitalistas, homogêneos em termos económicos e sociais. Uma democracia *“popular”* participativa, dirigida pela vontade geral e orientada para o bem comum, defendendo que todos os grupos devem estar providos de poder de decisão (2003: 71-73).

O cooperativismo e o associativismo vão embriagar-se nos princípios de autonomia; da democracia participativa; da igualdade; da equidade e da solidariedade. Birchall refere, estar subjacentes a pertença aberta e voluntária, controlo democrático por parte dos seus elementos que a constituem, na participação económica dos membros, autonomia e a independência em relação ao Estado e outras organizações, cooperação entre as várias entidades locais, nacionais e mundiais, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade em que esta está enraizada (citado por Santos e Rodriguez, 2004: 12). Em suma, o movimento associativo emerge como uma organização social, inserido numa estrutura não capitalista, integrada numa ordem, baseada na cooperação. Na perspectiva, de que a participação no desenvolvimento deve ser igualitária, com um nível elevado de autonomia e deve focar-se nas pessoas.

Nas últimas três décadas, estes ideais ganharam um novo impulso, perante o fracasso das economias totalitaristas, estadistas, paternalistas e irrefletidas, socorrendo-se novamente a este modelo de pensamento e de organização, como forma de recriar-se novas realidades

⁸ O termo “poder” neste trabalho significa a capacidade de tomar decisões.

económicas e sociais. Partindo, dos próprios atores locais, e não impostas pelo Estado, ou pelas forças da economia global (Filho, 2001: 238).

O desenvolvimento alternativo é uma linha de pensamento, que não nega a ideia do crescimento económico, propõe sim, limita-lo e subjuga-lo a imperativos não economicistas, em suma. Sendo contra o desenvolvimento imposto de cima, esta perspetiva propõe o desenvolvimento a partir das bases, ou seja, de baixo para cima, deixando de ser a iniciativa e o poder de decisão, exclusivamente do Estado e dos lóbis económicos. Sendo cético tanto em relação a uma economia centrada em formas capitalistas, como em relação a um regime económico centralizado.

I.4 - Democracia Local e a Participação

De seguida passaremos a uma reflexão teórica sobre o princípio da participação, assegurando que este aguce o apetite do diálogo local. Partindo a nossa análise da definição de participação de Sartori, *“pôr-se em movimento por si mesmo”* (Sartori, 1993: 75), tem sido o instrumento chave na transformação da esfera local e do habitat natural do cidadão. Em relação às abordagens na construção e implementação de políticas, a participação vem dar um sentido novo ao poder local, que entretanto foi surgindo, sendo o mecanismo com maior racionalidade nas atividades de planeamento local, ordenamento do território e na dinamização económica dos espaços locais. Como refere Pierre Lévy (2004), o ideal da democracia é a *“maior participação do povo na vida da comunidade”*. Este modelo organizativo tem por base acordos da Sociedade Civil, assentes em sistemas participativos da população, em que o cidadão exerce a sua cidadania, influenciando assim políticas concretas para o seu próprio espaço local. Como constata Chantal Mouffe, a definição clássica da democracia, é um contrato para deliberar decisões políticas, para atingir o bem-estar comum que são decididas pelo próprio cidadão (1999: 120). As recentes teorias sobre a participação democrática, na dimensão participacionista, colocaram no centro da discussão, se os cidadãos devem participar nos processos de decisão e de gestão da esfera pública. Em detrimento, de uma elite de *“génios”* dentro de uma sociedade. Genialmente Stuart Mill transmite essa visão, afirmando que, a melhor governação, seria uma espécie de *“governo de salvação”* em que todos participariam, concretizando as vontades do estado social (citado por Dahl, 2001: 109).

A participação começa a fazer parte do dia a dia da vida política, a partir dos meados da década de 60. Surgindo no mesmo período, das revoltas estudantis, de Maio de 68 e não só, por parte de outros movimentos organizados, que exigiam os seus direitos. Com a intensificação das manifestações, levando a comunicação social adotar este termo.

Nas sociedades contemporâneas, constatamos a existência de uma dualidade entre a participação e a representação, estando ambas ligadas para darem sentido à democracia

contemporânea, tal como a conhecemos. Mas se rompermos esta dualidade, a participação ganha dois sentidos, o primeiro a capacidade do cidadão em eleger os órgãos para o governo através do voto e o segundo é utilizada para infringir o controlo sobre estes mesmos órgãos.

Os motivos, que levam as pessoas a fazerem parte de qualquer ação coletiva, requerem decisões individuais, uma atuação de modo particular. Como referem, Bentham e Mill, definem a participação, tendo só uma função, assegurar a proteção dos interesses privados, sendo o seu somatório o interesse universal (citado por Pateman, 1992: 33).

Jean-Jacques Rousseau, em 1762, publica a sua obra “*O Contrato Social*”, na qual idealiza um sistema político democrático para a “*Pólis*”, tornando-se uma obra vital para a compreensão da democracia participativa. A teoria democrática de Rousseau assenta-se, na participação do cidadão individual, no processo político na tomada de deliberações, é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais, provocando um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas. A democracia seria uma estrutura política, em que os cidadãos são executores de políticas, que eles próprios decidiram (Pateman, 1992; Dalh, 2001 e Muller, 2003) emergindo do processo participativo. Para Carol Pateman, o aumento da participação do cidadão, na tomada de decisões, dá a ele um grau bem real de controlo sobre o curso da sua vida e sobre a estrutura do meio onde se encontra inserido (1992: 39-40). A participação ativa, na construção e implementação de políticas e nos seus processos de tomada de decisões, tem como significado o reequilíbrio democrático, em que limita o poder das autoridades centralistas, através do poder social, ampliando assim, os seus direitos como cidadão.

Para Mill, é em termos locais que o indivíduo é educado para a participação. Este enfoque de inversão do papel, necessita de uma capacidade em termos locais, para sustentar uma estratégia própria de desenvolvimento económico, mas nunca esquecendo que atualmente vivemos numa era de globalização, da qual os participantes locais poderão ser chamados a desempenhar papéis importantes em estruturas regionais ou centrais (citado por Pateman, 1992: 46). A participação não se dá em condições de igualdade para todos dentro de uma organização, devido que nem todos os cidadãos conseguem participar ao mesmo tempo. Muito que nos custa, tem que existir sempre uma hierarquia, dentro de cada agência, sendo que a resolução de determinados assuntos terão de ser resolvidos por peritos (Shumpeter, 1961: 304), com papéis bem definido para cada um. Cabendo a um, a liderança, existindo sempre quem participa mais dentro da organização coletiva, existindo sempre confrontações de opinião e interesse do seu entorno imediato, criando-se minorias, que terão de abdicar para a maioria, mas estes tem voz para participarem e reivindicar as suas necessidades e interesses.

I.5 - Democracia Local e a Autonomia

Atualmente os pilares do projeto europeísta estão a ser abalados e o futuro projeto federalista europeu está em causa. A integração europeia, veio permitir a Portugal aprender a reinventar velhos ensinamentos, de fazer política, nomeadamente nos territórios rurais. Esta reinvenção de fazer o desenvolvimento rural, mudando o paradigma, que anteriormente era assente numa perspetiva setorial para um desenvolvimento territorial, introduzindo neste processo, dinâmicas participativas, permitiu assim, abertura de novos espaços de autonomia local, existindo então a transferência do poder do plano central para um plano local. Estabelecendo assim uma nova ordem política, com base num arranjo em que a autonomia e a participação estão de braços dados. Assim sendo, como refere Badouin (1982: 8), não devendo ser olhado como mera transferência de poder administrativo do agir global para o local, mas sim, devemos considerar este método de dinamização, o mais adequado para os territórios rurais.

Os modelos económicos em “rede”, sendo catalisadores que induzem o desenvolvimento local, requerem um sistema com atores como foi dito anteriormente com elevados índices de autonomia. Segundo Marilena Chauí, a “*autonomia é a posição de sujeitos (sociais, éticos, políticos) pela ação efetuada pelos próprios sujeitos enquanto criadores das leis e regras da existência social e política*” (citado por Rover e Henriques, 2006). Mas, para a obtenção de tal autonomia, é necessária a existência de um processo de descentralização política. Para tal, a estrutura do modelo alternativo de desenvolvimento regional, possui um elemento importantíssimo no processo de desenvolvimento, que é a capacidade da região na organização social, em deliberar, discutir e tomar decisões políticas (Dahl, 2001: 48), sendo este ponto de maior ênfase e principal característica diferenciador no desenvolvimento endógeno. Mas a tarefa de consolidação de uma organização local é complexa. Neste contexto Boisier, refere que o primeiro passo do processo de implementação de um modelo de desenvolvimento endógeno é a autonomia de decisão, sendo a capacidade para gerir as forças internas da região. Esta autonomia está ligada à capacidade do território em negociar com os principais atores locais, sejam entidades públicas ou privadas. A autonomia inicia-se ao nível económico, quando os agentes locais procuram recursos, para poderem administrar e aplicar-lhos em projetos e iniciativas, na colmatação de necessidades do território. A viabilização deste modelo de gestão como refere o autor, é imprescindível existir uma identificação da comunidade e da região, tendo por base a identidade cultural e territorial. Devendo as entidades locais ter força política, para tal será fundamental, o apoio da região, tendo a comunidade sentido coletivo de identidade, como também a capacidade de fundamentar o processo negocial e a posterior um projeto de desenvolvimento regional. Este sentimento leve a comunidade a participar proactivamente na tomada das decisões que possam ser necessárias (citado por Mendes, 2008). Para a organização participativa dos territórios chegar a bom porto, é necessário os cidadãos participarem nos processos de construção e implementação de políticas, ou melhor dizendo, os atores locais sendo estes, um

conjunto de pessoas e instituições, estarem envolvidos em determinados setores do desenvolvimento social. A conceção clássica do modelo de divisão territorial português, assente no municipalismo, tinha todas as condições necessárias para se desenvolver uma abordagem participativa das populações locais nestes territórios, na tomada de decisões, com vista a melhorar o bem-estar e a qualidade de vida destas. Pelo fato de a identidade local poder constituir um fator muito importante, na resolução dos problemas de uma pequena localidade (Schumpeter, 1961: 318).

I.6 - A Democracia Local em Portugal

Podemos apontar a existência de três fenómenos que permitiram que em Portugal, proporciona-se a transformação local e o aparecimento de um novo poder local, dinamizador da mudança, nos territórios rurais, foram estes: em primeiro lugar, a integração europeia; em segundo lugar, o fracasso do poder local vigente, ou seja, do modelo municipalista tradicional português e por último lugar, o surgimento de uma terceira via, através do renascimento de um novo associativismo.

Portugal é um país de pequena dimensão, com uma população aproximada de 10.600.000 habitantes. O crescimento económico, verificado nas últimas décadas, foi assente numa lógica de grandes investimentos, nomeadamente, na rede de infraestruturas de comunicação e de transportes.

O modelo de governação português é assente num protótipo institucional baseado num governo centralista, cuja, a sua ação política, é muito pouco dada para uma participação ativa em termos de políticas públicas, devido sobretudo à falta de cultura política com base na territorialidade e orientadas para iniciativas autónomas. Mas o modelo de desenvolvimento, baseada nesta perspetiva apresenta falhas, em termos de modelo de governação e também ao nível da construção e gestão das políticas, pelo fato do país apresentar enormes assimetrias entre o norte e o sul, entre o litoral e o interior e entre o urbano e o rural. Em que o Interior e o Mundo Rural apresentam significativos atrasos económicos e estruturais, sendo as áreas do país mais assoladas pelas políticas de contenção de despesa pública, que podemos verificar através do encerramento de serviços públicos, nomeadamente: escolas, serviços de atendimento permanente, serviços de CTT e a mais recente reforma administrativa do país e portanto, era necessário achar um bode expiatório, para culpar alguém como sendo responsável do estado atual, em termos financeiros do país, medidas que provocarão o aceleração do fenómeno do despovoamento do interior. Ora, a existência destas assimetrias é sobretudo a dever-se por políticas pouco direcionada para a participação mais ativa, na esfera pública local.

A estrutura administrativa do País tem como base o município, sendo retalhado em 308 municípios. Consideramos esta unidade territorial sendo o espaço de organização local, mas

que, verificamos que este modelo deu os mesmos passos e sofre dos mesmos problemas dos modelos centralistas, ora, demonstrando terem pouca eficácia em termos de gestão dos recursos locais existentes, basta olharmos para as enormes dívidas municipais, sendo muito crítico em muitas das opções de investimentos assumidas pelas autarquias. E portanto, Dowbor (2008) salienta, quando o modelo de Estado centralizado persiste, ao nível local não existe capacidade de ação coletiva.

Em Portugal, o fenómeno de desenvolvimento alternativo surge muito mais tarde, na década de 90, o país era ainda uma jovem democracia, profundamente marcada pelo isolamento e um mercado fechado, herança deixado por Marcelo Caetano e pelo Estado Novo. Em suma, por menor que seja o Estado, este precisa de uma sociedade pluralista (Dahl, 2001: 132). Com a introdução do Programa LEADER em Portugal, no ano de 1991, representa uma verdadeira revolução, adaptando uma afirmação de Boaventura para esta nova realidade, podemos afirmar que o LEADER, é uma nova maneira de administração pública, que rompe com a tradição totalitária e paternalista no fazer de políticas públicas, recorrendo então à participação da população, passando a ser só um processo de gestão, pela definição de prioridades para a melhor distribuição dos recursos em investimento (Santos, 2002: 466).

Isto porque, antes do surgimento desta iniciativa comunitária, as intervenções locais não abundavam. Foi durante a primeira etapa do programa, que o novo poder local que se encontrava adormecido até ao momento, emerge, a maioria das organizações e iniciativas de desenvolvimento local surgiram nesta época, sendo um contraponto às lógicas de poder existentes, na esfera política nacional desse período, dando um impulso forte a este movimento, principalmente no espaço rural, dando alguns recursos para conceber e implementar ações locais. Muito por “culpa” da proliferação de novas organizações, devendo-se à dinâmica criada pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, criando parcerias entre os vários agentes locais. Foi assim que se atingiram 20 territórios locais, na qual os Grupos de Ação Local elaboraram os Planos de Ação Local, para as respetivas zonas de intervenção. A segunda geração do programa caracterizou-se pela consolidação, alargando o programa de 20 para 48 entidades gestoras, cobrindo 86% do território rural português. No que refere ao LEADER +, permitiu uma afirmação da abordagem LEADER, nas zonas rurais desfavorecidas e em declínio (Carneiro, [200-?]). Esta teoria do pluralismo, troca de lugar os cidadãos e os seus interesses individuais, passando a ser ocupados por organizações e interesses organizados, partindo do princípio, que os atores coletivos têm as mesmas oportunidades de influenciar os processos de decisão importantes para eles (Habermas, 1997: 60-61).

Com a referida implementação da abordagem LEADER, no espaço rural português, permitiu o “cultivo ideológico do ordenamento participado e do desenvolvimento local, envolvendo parcerias. Foi então despoletado em grande escala nas áreas rurais” (Animar, 2003: 30).

Enfim, o objetivo final da abordagem é promover a democracia local através da democratização e a socialização do espaço local, aumentando assim, o envolvimento e a participação da Sociedade Civil nos assuntos locais, permitindo assim, a oportunidade aos diferentes atores, serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento económico e social. Ladislau Dowbor refere, sendo uma colossal ocasião para que a Sociedade Civil decidir sobre o seu desenvolvimento económico e social, em que as questões que se colocam no dia a dia sejam administradas pelos próprios cidadãos ([199-?]: 12-13).

Em resumo e após uma profunda reflexão, sobre os contributos teóricos da democracia participativa, para uma democracia local, surge então um novo paradigma no quadro de planeamento e implementação de políticas públicas locais, mais concretamente em termos do desenvolvimento local, podemos afirmar utilizando um termo científico das ciências da natureza, que esta é uma nova estirpe ou subespécie da democracia participativa. Concluímos então, que a democracia local ao contrário da participativa, que se concentra em causas globais tais como: defendidas pelos ecomovimentos, movimentos feministas, os movimentos gays e outros; esta nasce dos problemas locais, nomeadamente, como as questões económicas e sociais, sendo estas as suas causas essenciais. As mudanças locais que verificamos, recuperam os antigos princípios subjacentes ao movimento associativo e cooperativo, sendo elas a autonomia, descentralização e principalmente a autogestão, reformulando o conceito de participação, indo mais além do que a simples gestão da sua causa, numa tentativa de influenciar políticas públicas. E portanto, este tipo de organização local assume o poder ou melhor dito, a capacidade de decisão de construção de políticas, sendo a chave do desenvolvimento dos territórios locais. Esta segunda vaga de democratização, que assim podemos chamar, do espaço local, desenvolveram-se a partir das bases, constituindo-se em associações de desenvolvimento local, mais focadas para as questões urbanas; associações de desenvolvimento rural, vocacionadas na resolução dos problemas do Mundo Rural e as OPF - Organizações de Produtores Florestais, direcionadas para a preservação e valorização da floresta e ambiente, reivindicando assim, o desenvolvimento integrado e da valorização dos territórios locais. Assinando acordos de articulação entre o Estado Central e estes movimentos locais, nas quais o Estado desresponsabiliza-se das suas obrigações, delegando assim, poderes aos segundos, para construir, implementar e gerir estratégias de desenvolvimento local ou ações integradas de base territorial, numa perspetiva de incentivar as populações locais participarem no processo negocial local, nas definições das prioridades e na afetação de recursos financeiros em intervenções pré-definidas, captadas pela máquina fiscal central, que depois serão distribuídas por estes territórios locais. O poder local contemporâneo, tem vindo assumir um maior protagonismo, substituindo o poder clássico, que tem demonstrado incapacidades e desgaste acentuado, na resolução dos problemas locais e das suas causas que originam, como podemos afirmar mais, que muitas das causas são criadas pelo próprio poder local clássico, como são por exemplos as desastrosas políticas em termos de bairros sociais e as sistemáticas violações dos planos de ordenamento territorial. Sendo atualmente, os atores

locais a assumiram as reivindicações perante o poder central, regional ou local na resolução dos assuntos locais, através de medidas de dinamização dos territórios locais, diversificando a economia e criando emprego, melhorando a qualidade vida, através da preservação e conservação do património local e criação de serviços básicos para a população local.



CAPITULO II

A Democracia Local e o Desenvolvimento Local

*“A política trata da convivência entre diferentes.
Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum,
essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”.*

Hannah Arendt, 2002





II.1 - A Democracia Local e as Políticas Públicas Regionais

Este capítulo será dedicado à reflexão, sobre alguns aspetos fundamentais do desenvolvimento regional e local. Partindo do estudo de alguns conceitos, sobre as políticas públicas regionais e concluindo a nossa análise, nas unidades de planeamento de políticas públicas, dando mais ênfase, aos territórios rurais.

Como foi referido no capítulo anterior, a democracia local, nasce das reivindicações das populações e dos seus movimentos locais, numa maior descentralização por parte do Estado Central, como também da necessidade de existência de políticas públicas económicas e sociais, específicas e direcionadas para o desenvolvimento económico e social, de enfoque mais localizado. A questão que se coloca agora, na nossa teoria é a mesma que Amartya Sen (1999) escreveu na sua obra, “*Desenvolvimento como Liberdade*”, será que a mobilização da Sociedade Civil “*é ou não indutora de desenvolvimento*” económico e social?

Como resposta à questão colocada, achamos que sim, a participação é indutora de desenvolvimento económico e social, mas para tal, as populações ou as entidades representativas destas, devem estar motivadas para participarem ativamente na elaboração e gestão das políticas públicas locais. Não devendo só, concentra-se em cumprir as prioridades, mas também facultar e garantir a discussão pública, sendo fundamental nesta metodologia, a Sociedade Civil como ativo para a transformação social (Sen, 1999: 71).

O espaço ganho pela democracia local, através da obtenção do “*poder*”, ou seja da capacidade decisória, ou se preferirem na coresponsabilização da governação, deu origem a um novo modelo de governo, que dispõe de um forte instrumento de política económica e social, fazendo que o local ganhasse novo protagonismo na construção e execução de políticas públicas locais, aglutinando em torno de um objetivo comum, os diversos agentes económicos e sociais de um determinado território. Passando a ser esse território, responsável pela construção das suas políticas, alterando o paradigma de planeamento regional vigente, em suma, democratizando e socializando a conceção das políticas, invertendo as prioridades dos territórios locais. Os modelos clássicos baseavam-se no desenvolvimento regional, em torno da industrialização e da urbanização, mudando, para a diversificação das atividades económicas.

As políticas públicas de desenvolvimento regional tradicionais ou horizontais, chamado por Silva, de “*paradigma do crescimento económico*”, assentes em estratégias de desenvolvimento regionais em modelos do género, Big-Push⁹, Pólo de Crescimento¹⁰ ou

⁹ As principais causas que originam os atrasos das regiões deprimidas são originadas pela escassez de capital e ausência de complementaridade entre empresas e setores. (Rosenstein-Rodan, 1943).

¹⁰ Conjunto de indústrias que, através de seus efeitos na cadeia produtiva estimularia o desenvolvimento da região, combinando a existência de efeitos acumulativos de escala e aglomeração com efeitos de demanda induzida (Perroux, 1955).

Prioridades para o Setor Industrial¹¹, tinham como ponto comum, uma forte intervenção por parte do Estado Central, através de pacotes de investimentos e incentivos fiscais, para atraírem as empresas a se instalarem nas regiões mais deprimidas. Assim, Daniel Innerarity explica que o Centro simbolizava o poder político e económico, aglomerando em seu torno, a população, o trabalho e as atividades económicas (2006: 128). O papel do Estado Central consistia, em injetar recursos financeiros externos, ao território atrasado, visando a indução do crescimento económico (Richardson, 1978: 105). O desenvolvimento de qualquer país, região ou localidade, necessitava de um método, de análise, para a resolução dos seus problemas económicos e sociais, foi assim que se criou uma “*arma*”, que permitisse resolver essas situações, denominada de políticas públicas. Segundo Mény e Thoening, as políticas públicas são um programa de intervenção governamental, com aplicação num setor económico específico ou numa determinada área (citado por Fontoura, 2008).

Ora, a política pública num quadro de democracia local, é uma estratégia de desenvolvimento socioeconómico pensado pela própria Sociedade Civil, através de um processo negocial territorial, ou seja, os atores locais chegam a deliberações coletivas, de quais, passam a ser as linhas orientadoras de onde serão melhor aplicadas os escassos recursos financeiros existentes no Estado Central ou, eventualmente outros, tendo a incidência das medidas a tomar, efeitos sobre um determinado território ou sobre setores económicos ou sociais, na tentativa de pensar e resolver os problemas das sociedades contemporâneas, fomentando assim, o desenvolvimento. E portanto, Boneti entende por políticas públicas, sendo o produto da negociação entre grupos económicos, políticos, classes sociais e organizações da Sociedade Civil (citado por Carvalho, Barbosa e Soares, 2010). Deliberando um conjunto de linhas estratégicas, direcionando a intervenção do Estado, para investimentos e para o Estado-Social.

Em suma, como refere Farinós-Dasí, a Política de Desenvolvimento Territorial é uma abordagem de ação programático, num determinado espaço. No que refere aos seus objetivos, o autor afirma ainda, que estes visam, a construção de políticas públicas cuidadosamente avaliadas, incentivando a constituição de estratégias de investimentos em parceiras público-privados e em iniciativas locais fundamentadas, na constituição e gestão de redes de atores, mediante novas formas de preparação e implementação de políticas públicas, de base territorial, assumido um maior interesse no debate político, nas últimas três décadas (citado por Andrade, 2009).

Segundo Araújo, classifica as políticas públicas regionais em quatro tipologias, o primeiro caso são, as políticas públicas setoriais territorializadas (existindo uma articulação entre as esferas nacional, regional e local) ou com uma “*leitura territorial*” (são exemplos: programas nos

¹¹ Causação circular cumulativa e efeitos de para trás e para frente, era necessário promover a industrialização das regiões atrasadas, implantando sectores de maior produtividade. (Myrdal, 1957; Kaldor, 1957; Hirschman, 1958).

domínios da educação, da ciência e da tecnologia); a segunda tipologia são as políticas públicas construídas a partir de bases territoriais específicas (por exemplo: políticas orientadas para os territórios rurais ou para sistemas produtivos locais); o terceiro modelo existente são as políticas públicas correspondentes à construção de planos territoriais específicos e para espaços próprios de planeamento (exemplo: políticas de planeamento regional e urbano) e por último as políticas territoriais propriamente ditas, que privilegiam um enfoque de desenvolvimento endógeno ou *bottom-up* (emanadas por exemplo da agregação de municípios) (citado por Feio e Chorincas, 2009). O novo modelo de governação local é considerado uma nova metodologia de elaboração de políticas locais, como também novos modos de financiamento surgiram com a implementação destas políticas, através do Orçamento Geral do Estado e de Fundos Estruturais Comunitários.

Esta perspetiva leva-nos entrar então, em dois debates, a primeira sobre a classificação e a clarificação dos conceitos espaço e região e a segunda entre urbano e rural.

II.2 - Conceito de Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais

II.2.1 - Evolução do Conceito de Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais

Como foi referido anteriormente, para dar continuidade ao nosso trabalho, temos de entrar em dois debates ferozes, o primeiro que iremos agora refletir, é entre os teóricos do desenvolvimento regional e os práticos do desenvolvimento local. Mas antes, somos obrigados, a definir claramente e separar as águas, entre dois conceitos, a região e o espaço.

A democracia local assenta, como anteriormente foi definido, na participação, na descentralização e na autonomia das comunidades locais, e portanto desenvolveu-se um novo poder local, que marcaram as novas tendências, na elaboração de políticas públicas, alterando o paradigma inicial. Ora, estas comunidades locais, encontram-se num determinado habitat, e portanto, é necessário desenvolver conceptualmente outro princípio subjacente à democracia local, o princípio da *“territorialidade”*, pelo fato, de esta nova forma de democracia participativa, desenvolver-se com base num determinado *“lugar”*. E portanto, foi fundamental esclarecer o conceito, como unidade de construção de políticas públicas, participadas pelos atores locais.

A tentativa de precisar, corretamente, a definição de Unidade de Planeamento de Políticas Públicas, tem sido uma autêntica dor de cabeça para a maioria dos planeadores de políticas, nomeadamente, economistas, sociólogos ou técnicos de extensão rural. E portanto, a decisão de circunscrever a unidade de planeamento, deve sempre depender dos objetivos e metas que se pretende alcançar com as políticas, a serem implementadas.

A discussão da definição, de território como unidade de planeamento de políticas públicas regionais, podemos claramente separar a sua evolução, em duas fases completamente diferenciadas. O primeiro período foi uma tentativa por parte dos investigadores, em delimitar regiões concretas, com “*fronteiras*” bem definidas, ou seja, a criação de *pseudos* Estados dentro do próprio Estado, por via da descentralização e da regionalização. Os chamados deterministas defendem, que o critério de criação de regiões deve ser determinada pelas suas características, nomeadamente, o relevo, acidentes geográficos, clima, solo, latitude, altitude, ou os recursos naturais, ou seja, são chamadas as regiões físicas e naturais. À posterior, deixou de ser, os critérios *físicos* para fatores *económicos*, em que, as regiões deixam então, de ser determinadas pelas suas características naturais, mas sim, pelas suas perspectivas económicas, mais recentemente os preceitos de determinação de regiões passaram a serem políticas e sociais. Numa segunda fase da evolução do conceito, de unidade de planeamento de políticas públicas, as atenções viram-se para a função da região, em termos de atividade económica do território, ou seja, a região é olhada como um sistema económico. Para o Professor José Reis (2005), é constituído por três componentes: os sistemas urbanos, as especializações produtivas e os espaços de baixa densidade, tendo então em atenção aos fluxos económicos da região. Ora, em suma, o território, é como um “*sistema nervoso*”, na qual as áreas urbanas são os “*núcleos*” desse mesmo sistema, que geram e atraem fluxos que são irradiados para todo o corpo.

Dentro das regiões funcionais ou económicas, podemos classificar em três tipologias. A primeira é classificada de região homogénea, definidas em função das suas características unificadoras, podem ser critérios económicos, estruturas de produção semelhantes, geográficas (topografia ou clima semelhantes, ou recursos naturais comuns, por exemplo) ou sociais e políticas (como uma “*identidade*” regional, comunidade histórica comum ou uma ideologia política concreta). A segunda variante são as regiões nodais ou polarizadas, a coerência regional, se deve a fluxos, contatos e interdependências internas, normalmente, polarizada para um Pólo de Crescimento. E por fim, as regiões de planificação, em que a unidade se deve ao controlo político ou administrativo, ou regiões *ad hoc*, que se aplica um conjunto específico de políticas públicas ou estratégias de desenvolvimento (Richardson, 1978: 14).

Após o delineamento do conceito de região, estamos em condições de seguir o nosso trabalho. Tentaremos agora, definir, o que é o desenvolvimento regional, sendo um processo de alteração estrutural, nas componentes políticas, económicas, sociais de uma determinada região, através de um mecanismo de mobilização, de desenvolvimento desse mesmo território. Bosier define então, desenvolvimento regional, sendo um modo de modificação económica, social e política, esta densidade tem três elementos formais: o primeiro, o contexto, em que a globalização impede a descentralização política; o segundo pela sua inovação, das novas abordagens de gestão local e por último o político, já que o

desenvolvimento, desencadeia a dinamização local, motivando os agentes locais na troca de informações (citado por Andrade, 2009).

Podemos então considerar, que as políticas públicas regionais, de perspectiva mais difusionista, estão muito marcadas, como foi anteriormente referenciado por forte intervencionismo do Estado, quer seja a nível Central, Regional e Local, em que verificamos que os crescimentos económicos, foram assentes na industrialização e da urbanização, sempre subjacente ao consumismo da sociedade. A base das políticas tinha, sempre em mente, que as regiões e os territórios tinham um ângulo funcional. O combate dos desequilíbrios regionais passava por dois tipos de fenómenos, ou seja, através de programas de investimentos e incentivos fiscais, no intento de dar as condições necessárias, para a instalação de projetos em regiões atrasadas, e através, da deslocalização de mão de obra das regiões deprimidas, nomeadamente, das áreas rurais (êxodo rural), para as regiões ricas, atrevemo-nos chamar a este fenómeno de “*suborno económico*”, em troca de capital financeiro, os territórios rurais trocam por recursos humanos, havendo assim transações de fluxos de capital monetário por capital humano. Em suma, a primeira geração de políticas públicas, que se verificaram nas décadas de 40, 50 e 60, caracterizam-se essencialmente por serem políticas de desenvolvimento económico, chamados de estratégias de investimento.

Agora temos então a necessidade de definir o que é espaço, autores como Friedmann e Weaver; Pecquer; Henriques; Greffe e Stohr e Taylor, pensadores da corrente territorialista, definem o espaço, sendo um espaço social e os seus recursos, fatores de desenvolvimento económico e social, através do desenvolvimento da capacitação por parte dos atores locais. Com base, em programas locais de desenvolvimento, com o objetivo da modernização e capacitação do tecido económico local, baseada nas potencialidades locais e na identidade cultural própria do território, em que o modelo de governação é local e autónomo nas suas decisões, ou seja, o desenvolvimento está interligado com fatores económicos, sociais, ambientais e culturais do próprio território. E portanto para Lopes, a definição do espaço deve ter em conta as componentes geográficas, históricas, económicas e sociais (2001: 23). A partir desta perspectiva de espaço, desenvolveu-se o conceito de desenvolvimento local, em que Amartya Sen, definindo como sendo, um processo negocial, que envolve variadíssimos dinamizadores locais, integrando também na negociação setores, anteriormente excluídos, na construção de políticas públicas, passando também a serem beneficiários do desenvolvimento, enquanto processo de expansão de escolhas, oportunidades e potencialidades, favorecendo assim as prioridades sociais (citado por Andrade, 2009).

O desenvolvimento local surge então, numa tentativa de resolver os desequilíbrios estruturais, geradas pelas políticas públicas anteriormente desenvolvidas, provocando fenómenos de esquecimento e até mesmo de abandono do Mundo Rural devoluto, que desencadeou um processo de degradação ambiental, de desertificação e principalmente de

despovoamento das comunidades rurais. E nas áreas urbanas, originou assimetrias entre o Centro do Pólo de Crescimento e a Periferia, criando bolsas de pobreza, em redor das cidades, desencadeando um processo de declínio destas áreas tradicionalmente industriais. Para Barquero, as políticas de desenvolvimento local, seria um mecanismo de expansão e de alteração da estrutura, que ocorre devido à deslocação de recursos das atividades tradicionais para as mais recentes, aproveitando assim, as economias externas e a inserção de inovações, tendo como efeito a melhoria da qualidade de vida das populações locais, partindo então, do local e desenvolve-se a partir das suas potencialidades e dos recursos territoriais (citado por Oliveira, [200-?]).

Portanto, o desenvolvimento local é vista como um processo de transformação local, que pode ser desenvolvido, através de dois modelos diferenciados. O modelo exógeno assenta numa perspetiva, de imposição de políticas às populações locais ou então, com base num método endógeno em que envolve as populações locais na edificação de políticas. Dentro das novas dimensões, do reinventar local, podemos distinguir três teorias: a teoria territorialista, a teoria do desenvolvimento endógeno e a teoria do desenvolvimento “*a partir de baixo*” tendo todas as linhas de pensamento, pontos em comum, a noção de unidade de planeamento e a construção de políticas a partir de “*baixo para cima*”. Para Friedmann e Weaver, o desenvolvimento a partir da teoria territorialista, “*emprega somente transferências marginais de recursos importantes exteriores*” (Friedmann e Weaver, 1981: 292), ao território. Stohr e Taylor, referem que o desenvolvimento “*a partir de baixo*”, desenvolve-se a partir de estratégias tendo em conta as condições históricas, culturais, naturais e institucionais das regiões e tendo como objetivo, colmatar as necessidades básicas da população local, não esquecendo que, é necessário também que a estratégia tenha uma visão multissetorial e na produção de produtos sociais complementares (citado por Cabaqueira, 2000). A participação das populações é fundamental, no processo negocial, na procura de consensos, em termos de prioridades para os territórios locais. Mas do ponto vista, da Democracia Local, interessa-nos então mais, o sistema de endogeneização do desenvolvimento económico regional e local, sendo um processo de crescimento económico, na qual, segundo Barquero, o papel do desenvolvimento endógeno é propor atender às carências das comunidades locais, através da participação efetiva, sendo o seu objetivo procurar a melhoria do bem-estar económico, social e cultural das populações locais. Este processo, não deve ficar só na intervenção nos setores económicos, deve também atingir os elementos sociais e culturais das comunidades (citado por Oliveira, [200-?]), sem ser, influenciado por qualquer pressuposto político.

Os processos arquitetados, através de uma metodologia endógena, começaram a ganhar maior importância, em que podemos distinguir duas subespécies de democracia local; a democracia urbana, sendo o seu instrumento de trabalho, o Orçamento Participativo e a democracia rural, na qual podemos destacar a abordagem LEADER que é o nosso objeto de estudo deste

trabalho. Contrariamente, às políticas públicas e os modelos de desenvolvimento económico, em que as preocupações concentram-se na acumulação de capital, a abordagem endógena económica está mais centrada, na distribuição da riqueza de forma sustentável. Capacitando e modernizando o sistema produtivo local, refletindo assim na criação de emprego e na melhoria do nível de vida das populações locais.

II.2.2 - Os Territórios Rurais como Unidade de Planeamento de Políticas Públicas Regionais

De seguida passaremos a refletir e trabalhar dois novos conceitos, os territórios rurais como unidade de planeamento de políticas públicas regionais e o desenvolvimento rural.

Os fenómenos que verificados nos territórios rurais, nomeadamente de desertificação e principalmente de despovoamento, o que nos leva assistir, a uma “*morte lenta e natural*” dos espaços rurais.

Para delimitar o conceito de territórios rurais, como unidade de planeamento de políticas públicas regionais, temos novamente entrar num debate entre duas tendências, lideradas por Henri Lefebvre e Bernard Kayser. Na qual Lefebvre, na sua obra defende a ideia, de que o urbano irá absorver o rural. Pelo contrário, Kayser diz que não e que o rural irá renascer.

Os territórios rurais apresentam uma enorme diversidade e particularidades, o que o torna difícil definir com exatidão, os termos de Rural e de Ruralidade. E para tal socorremos, a um conjunto de autores que nos permitem, limitar os territórios rurais, como unidade de planeamento de políticas públicas regionais.

Partindo do ponto de vista da sua morfologia, na tentativa de definir o conceito de território rural, vem logo como primeira ideia, as suas características físicas, e portanto, o espaço rural oferece-nos uma paisagem constituído por campos e florestas, com alguns aglomerados populacionais, sejam concentrados ou dispersos, de pequenas dimensões. Em termos funcionais, o campo está associado à produção agrícola (Remy e Voye, 1997: 15).

Os meios rurais estão ligados ao uso da terra e da água, sendo a sua estrutura económica, dependente destas para o desenvolvimento de atividades económicas, e portanto, está associado às atividades agrícolas, pastorícias e silvícolas, e de fornecedor de força motriz e de recursos naturais para as atividades industriais. E portanto, na tradição da economia, o objeto dos territórios rurais, está ligada com a produção primária, no fornecimento de alimentos para os homens e animais, como também de matérias-primas para a manufatura, tendo por “*mundo*” as famílias ligadas a essas atividades.

Na tentativa de caracterizar o Mundo Rural tem-se tendência, em opor ao urbano, genericamente, diferencia-se do território urbano, pelo fato de se caracterizar por serem

territórios de baixa densidades (em termos socioeconómicos, baixo número de habitantes, pelas suas baixas taxas de densidade populacional, baixa índice cultural e educacional, baixa industrialização, baixa urbanização e infraestrutural), a forte importância do peso do setor agropecuário nas suas fracas economias, mesmo nos países desenvolvidas. Ora, Kayser caracteriza então, as áreas rurais pelas densidades, quer seja, populacional ou de construções, realçando a paisagem, marcada pelo uso da terra, como fator económico. As populações caracterizam-se pelo seu modo de vida “*conotadas com aquilo a que podemos chamar a cultura camponesa*” (citado por Valente e Figueiredo, 2003: 2).

Enquanto, os autores anteriores baseavam a definição de rural pelas suas características, o polémico Lefebvre centra a sua preocupação na sociedade rural, e portanto, caracteriza a comunidade rural, como não sendo uma força produtiva, mas, evidentemente está relacionada com o desenvolvimento destas forças, a organização do trabalho da terra em determinadas condições técnicas e sociais (1978: 26). A comunidade rural é uma forma, de classe social que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias ligadas à terra. Estes grupos primários possuem por um lado, bens coletivos ou indivisos, por outro lado, bens privados, segundo relações variáveis mas sempre historicamente determinadas. Estão relacionadas por disciplinas coletivas e elegem, mesmo quando a comunidade tem vida própria, os responsáveis para dirigir a realização das tarefas de interesse geral (Lefebvre, 1978: 31-32).

Surgindo assim, uma nova dimensão sobre os territórios rurais em que, de acordo com Ferrão, o Mundo Rural é organizado em torno de uma *tetralogia* de aspetos bem conhecidos. A função do campo é sem dúvida, a produção de alimentos, sendo a agricultura a atividade económica predominante. Destacando-se a família camponesa como principal grupo social, com uma identidade cultural muito própria. Refletindo na paisagem, a conquista de equilíbrios entre a humanização do espaço rural e a mãe natureza (Ferrão, 2000).

Surge assim então, como refere Diniz e Gerry, um binómio local-regional, cuja aplicação permite a caracterização do espaço rural, além das suas características físicas e das suas funções produtivas, tendo também em conta as questões sociais e patrimoniais (2002: 9).

Atualmente, o conceito de rural, é encarado numa perspetiva de colmatação das necessidades básicas, dos atores desses territórios. Assim, a ruralidade é vista em três dimensões: a comportamental, a funcional e a ecológica. A primeira, a comportamental, destaca fatores individuais e socioantropológicos (como a cultura e as suas implicações no comportamento dos atores sociais). A segunda questão é funcional, ligadas ao uso da terra na função económica. Por último a função ecológica, que valoriza os aspetos ambientais (natural, social, cultural), ou seja, as ligações dialéticas entre a natureza e todos os aspetos da vida rural (Diniz e Gerry, 2002: 9).

Concluimos então, que os territórios rurais são um sistema constituído por três componentes: social, económica e ambiental. Nunca esquecendo que, para um processo de desenvolvimento da democracia local e de desenvolvimento regional temos de ter sempre atenção os aspetos sociais das populações, nomeadamente, a sua cultura e história. Em termos económicos, os territórios rurais são fontes de matérias-primas que alimentam o tecido económico urbano, como por exemplo a indústria farmacêutica, agroalimentares, têxteis, e entre outras. Nos dias de hoje, o espaço rural ganhou um novo destaque como fonte de energia alternativa, como também está associado a novos serviços de lazer e turísticos. Verificando-se que as empresas agrícolas estão a deixar de ser empresas familiares, dado que alguns membros da família camponesa procuram outras formas de rendimento.

O professor José Reis (2005), na conceção da sua *“Teoria dos Sistemas”*, postula que o sistema territorial é constituído por três elementos: os sistemas urbanos, as especializações produtivas e os espaços de baixa densidade. E é, então, nesta base que se desenvolve uma terceira abordagem, desenvolvida por Friedmann e Douglass. Contrariamente, a Lefebvre, Kayser e Sachs, estes autores não olham só para uma das componentes do sistema, sejam áreas urbanas ou espaços rurais. O ecodesenvolvimento fixava-se *“fundamentalmente nos aspetos rurais do desenvolvimento, permanecendo mudo relativamente a questões quentes como a industrialização, urbanização, enclaves transnacionais e diversificação exportadora”* (Friedmann e Weaver, 1981: 250). Propondo uma nova abordagem, que integrava o desenvolvimento rural com o urbano, ou seja, o campo com as cidades, e portanto, nasce então o conceito de desenvolvimento integrado.

Como diz, Arlindo Cunha, o espaço rural está enfraquecida por várias fragilidades, nomeadamente, diminuição da importância da agricultura como atividade agrícola, diminuição dos rendimentos provindos da agricultura e pouca atratividade. Apresenta graves problemas ambientais, causados pela poluição, erosão, incêndios florestais e abandono dos campos. A revalorização do mundo rural, não deve ficar só pela agricultura, valorizando outros fatores nomeadamente o ambiente e a paisagem, a cultura e património rural (citado por Cavaco, 2004).

É no reconhecimento destas debilidades dos territórios rurais que se levou a pensar na planificação de políticas de desenvolvimento rural e local e é neste contexto que podemos afirmar que apareceu um novo paradigma de desenvolvimento regional, específico para os territórios rurais, denominada democracia rural e desenvolvimento rural. Autores como, Ferreira de Almeida, Amaral, Borrego Capucha e Ferrão, têm a ousadia de denominarem, a quarta geração de paradigma de desenvolvimento regional, sendo uma nova visão para os territórios rurais, menos agricultura e mais ambiente, ou seja, pela primeira vez existem políticas de auxílio ao Mundo Rural não direcionadas ao apoio à agricultura, mas sim para outras funções, nomeadamente ambientais, em que os espaços rurais passam a fornecer

serviços turísticos ou de lazer (Figueiredo, [200-?]). Neste novo raciocínio económico, como afirma, Le Roy, resulta a existência de uma economia rural, mas também de um desenvolvimento rural, diferente do desenvolvimento agrícola, contrariando a tese, de que o desenvolvimento dos territórios rurais é pela via do desenvolvimento agrícola (citado por Carneiro, [200-?]).

Como refere António Covas (1997: 7), o desenvolvimento rural tem como objetivo a dignificação dos territórios rurais, como também a correção das suas assimetrias. Devendo assegurar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar das populações rurais e a melhoria dos rendimentos obtidos através da diversificação das atividades económicas, nestes espaços, em transformar as potencialidades locais em crescimento económico.

Por isso, o desenvolvimento rural é um processo político que dá destaque à articulação entre as pessoas e a sua envolvente. Dando importância à capacitação e à participação como método de construção da melhoria do nível da qualidade de vida, construída a partir das escolhas das populações locais, promovendo a sustentabilidade do espaço rural (Diniz e Gerry, 2002).

II.3 - Conceções de Planeamento de Políticas Públicas Regionais

II.3.1 - Modelos de Planeamento de Políticas Públicas Regionais

Podemos diferenciar, as perspetivas de conceção e de implementação de políticas públicas em duas modalidades: *top-down* e *bottom-up*. O primeiro modelo referido diz respeito a políticas, em que as fases de construção e de implementação¹², estão bem diferenciadas. Sendo uma série de decisões e ações voltados por quem já decidiu com um mandato, seguindo a lógica de imposição de cima para baixo, ou seja, a decisão política é autoritária, emanada a nível central, regional ou local, sendo necessário, pré-estabelecer objetivos e metas a alcançar (Najam, 1995).

Dentro desta primeira visão, podemos destacar, os seguintes nomes: Van Meter e Van Horn, Edwards e Mazmannain e Sabatier. Sendo o modelo com mais destaque, o desenvolvido por

¹² Van Meter e Van Horn Implementação abrangem as ações de indivíduos públicos ou privados (ou grupos) que são voltados para a realização dos objetivos estabelecidos nas decisões políticas anteriores. Edwards define como a fase de formulação de políticas entre o estabelecimento de uma política como tal o passagem de um ato legislativo, a emissão de uma ordem executiva, sobre a transmissão de uma decisão judicial, ou a promulgação de uma regulamentação de regras e as consequências da política para o povo quem afeta.

Nakamura e Smallwood definem implementação simplesmente como o processo de realização de uma autoridade de decisão i.e. uma escolha política.

Rein e Rabinovitz define implementação de políticas públicas, sendo o ponto em que a intenção traduzida em ação. "A definição conceitual da aplicação é uma declaração de preferências do governo, mediada por uma série de atores que criar um processo circular caracterizado por relações de poder e negociações recíprocas.

Mazmanian e Sabatier conceito de implementação de políticas é esses eventos e atividades que ocorrem após a emissão de diretivas políticas públicas de autoridade, que incluem tanto o esforço para administrar e os impactos substanciais sobre pessoas e acontecimentos.

Van Meter e Van Horn, sugerindo um modelo postulado em seis “*clusters de variáveis*”: a relevância das normas e objetivos políticos; política de recursos; comunicação interorganizacional e atividades; as características das agências de execução; ambiente económico, social e política que afeta a jurisdição de execução ou organização; e disposição dos implementadores para a realização de decisões políticas.

Para Edwards, a melhor maneira de procurar as respostas, é saber quais são as condições prévias para a implementação de políticas bem-sucedidas. Provavelmente o melhor modelo articulado, foi delineada por Daniel R. Mazmanian e Paul A. Sabatier. O modelo de implementação começa com três observações críticas: à formulação de políticas, que é um processo interativo de formulação; à implementação e reformulação e à distinção entre os três devem ser mantidos. As políticas devem concentra-se na realização dos objetivos políticos declarados. O seu processo de implementação pode ser visto a partir de três perspectivas: a do formulador de políticas, a do executor e a dos atores a quem o programa é dirigido, ou seja, o grupo-alvo (Najam, 1995).

Pelo contrário os modelos *botton-up*, de acordo com Smith, visualiza a política, como sendo um processo contínuo sem um fim definido ou produtos finais, argumentando que as tensões e os conflitos, devem-se à experiência adquirida durante a implementação das políticas, podendo ou não manifestar-se em novos padrões de comportamento, em relação às instituições. No processo de implementação, existe interação entre quatro componentes: o grupo-alvo, que é chamado para mudar o seu comportamento; a estrutura organizacional de implementação; a liderança e capacidade, e os fatores ambientais. Por outro lado, Rein e Rabinovitz implicitamente desafiaram os pressupostos hierárquicos do modelo *top-down*, ao proporem o “*princípio da circularidade*”, mudando o foco para a prática. A política de implementação pode ser melhor entendida como uma tentativa de resolver os conflitos entre estes imperativos. A maneira pela qual os conflitos são resolvidos é uma função das finalidades (a sua clareza, saliência, consistência), os recursos (o nível, tipo e de temporização), e a complexidade do processo administrativo de implementação. O ponto de partida, para a análise de Paul Berman, é o geralmente aceite, a proposição de que o sucesso da implementação depende das complexas interações entre a política e sua configuração institucional. Ele propõe que as diferenças entre os processos de macro e micro implementação surgem das suas distintas configurações, ator múltiplo institucional. A macro implementação é o lugar onde o governo central deve executar a sua política, de influenciar as organizações locais, enquanto, a micro implementação é quando, em resposta às ações acima, as organizações locais têm de conceber e realizar as suas próprias políticas. Elmore argumenta, que o entendimento das organizações é essencial para a análise da execução e para tal, propôs quatro modelos diferentes. O modelo de gerenciamento de sistemas, tratando as organizações como valor de maximização de unidades e pontos de vista de implementação, como ordenada e dirigido a objetivos concretos. O modelo de processo

burocrático enfatiza os papéis de discricção e de rotina, em comportamento organizacional e implementação, vistas como um processo de controlar a discricção e mudança de rotina. O modelo de desenvolvimento organizacional, trata das necessidades dos indivíduos para a participação e comprometimento como primordial e implementação vistas como um processo no qual os implementadores moldam políticas e reclamam para si próprios. O modelo de negociação trata as organizações como arenas de conflito e vê como uma aplicação de negociação no qual os participantes convergem para soluções temporárias, mas sem resultado estável que é sempre alcançado. Michael Lipsky, questionou o pressuposto fundamental, da hierarquia, ou seja, que a maior influência sobre a política é exercida por aqueles que formularam-na, do que por aqueles que realizaram-na. A política em “ação”, de Barrett e Fudge, propõe que a implementação deve ser visto, como um processo político, em vez de um processo gerencial, que acontece através da dinâmica negocial e interações entre e dentro de um sistema ambiental socioeconómico, do sistema político, e do sistema organizacional ou administrativa. Para os autores, a política em si, o que é, de onde vem, como ela é usada é a “chave”, para todo o debate sobre a implementação. No entanto, as três questões críticas na compreensão dos processos de execução em ação são: multiplicidade e complexidade das ligações; questões de controlo e coordenação; e questões de conflito e consenso. Com base nesta conceituação, sugerem, a relação política de ação, precisa ser considerado em um contexto político e como forma interativa e processo negocial, ocorrendo ao longo do tempo, entre aqueles que buscam colocar a política em vigor e aqueles sobre os quais a ação depende. A partir desta perspectiva é colocada questões de poder e dependência, interesses, motivações e comportamentos (Najam, 1995).

II.3.2 - Planeamento de Políticas Públicas Regionais da União Europeia para os Territórios Rurais

Os antecedentes do nascimento, da política regional comunitária são várias. No entanto, o Tratado de Roma, não estava explícita a existência de uma política regional a nível europeu, mas havia consciência entre a cúpula política, que havia a necessidade de solucionar as disparidades regionais existentes, que eram mais marcantes nos países periféricos, em que apresentavam, graves assimetrias internas. Como também, profundos desequilíbrios dentro da Comunidade, aumentando e trazendo novos desafios.

O Tratado assinado em Roma¹³, em 1957, possui 240 artigos e está dividido em seis partes diferentes, precedidas de um preâmbulo. Constando que, os estados estavam preocupados, em:

“Assegurar, mediante uma ação comum, o progresso económico e social dos seus países eliminando as barreiras que dividem a Europa [...] em reforçar a unidade

¹³ TRATADO CEE (1957),
http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_eec_pt.htm.

das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas”
(Tratado de Roma, 1957).

A segunda parte diz respeito, à política agrícola comum, à política europeia de transportes e também refere, à política do mercado comum europeu. Mencionando, no referido tratado a compatibilidade entre um mercado comum e as ajudas ao apoio para o desenvolvimento económico das regiões. É atribuído ao BEI - Banco Europeu de Investimento, as competências de financiar os projetos das regiões menos desenvolvidas. A introdução da Política Agrícola Comum tinha como intenção, aumentar o crescimento da produção, como também, assegurar uma remuneração justa aos produtores, através da organização dos mercados agrícolas. A Reforma de 1992 foi, profundamente marcada, por uma alteração de política e dos seus envelopes financeiros. Tendo como objetivo, a redução dos preços agrícolas, tornando-os assim, mais competitivos. Através de atribuição de ajudas diretas compensatórias, aos agricultores, como o surgimento de novas medidas de apoio agroambientais, reconversão de terras agrícolas e reforma antecipada. A Conferência Europeia de Cork, em Novembro de 1996, dá relevo aos territórios rurais, aparecendo assim o desenvolvimento rural, “*a preferência rural*” como forma de ultrapassar as carências destes territórios, invertendo o seu processo de despovoamento, combatendo a pobreza, estimulando o emprego e a igualdade de oportunidades, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer e melhorar o bem-estar das populações rurais. A política de desenvolvimento para estes territórios, deve ser integrada e sustentável, envolvendo uma abordagem multissetorial, tendo atenção às particularidades dos territórios e de respostas às necessidades, daqueles que aí vivem.

Com a Agenda 2000, surge uma nova política de desenvolvimento rural, num só instrumento legal (Regulamento do Conselho nº 1257/1999)¹⁴ aumentando os recursos financeiros para o desenvolvimento rural introduzindo um segundo pilar à Política Agrícola Comum, visando a redução dos preços e o reforço das medidas agroambientais. Em Junho de 2003, inicia-se uma nova reforma da Política Agrícola Comum¹⁵, integrando uma agricultura competitiva, uma agricultura ambiental, um nível de vida equitativo e de estabilidade dos rendimentos dos agricultores, uma agricultura mais diversificada, sobre o lema “*um mundo rural vivo e ativo*”. Através das alterações da Organização Comum Mercados e o desligamento das ajudas diretas aos produtores. Portanto, conformem dizem Reis e Lima, estas reformas servirá, para “*reativar programas de desenvolvimento rural*” (Figueiredo, [200-?]). Mais recentemente, a reforma da Política Agrícola Comum de Junho de 2003 e de Abril de 2004, extingui com Fundo Europeu Orientação e Garantia Agrícola, em sua substituição, foi criado a 20 de Setembro de 2005, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Regulamento (CE) nº 1698/2005 do

¹⁴ REGULAMENTO (CE) nº 1257 de 17/05 “JOCE Série L” 160 (26/06/1999) 80-102, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:160:0080:0080:PT:PDF>.

¹⁵ POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM, http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l60002_es.htm.



Concelho)¹⁶, visando reforçar a política de desenvolvimento rural da União Europeia. Retirando, o apoio ao desenvolvimento rural, do quadro dos fundos de coesão, simplificando as funções dos diferentes instrumentos, daquela política e como também do setor das pescas, agrupando-os num único instrumento, desenvolvendo uma estratégia concentrada em torno de três grandes eixos: reforço da competitividade da agricultura e da silvicultura; ambiente e ordenamento do território; melhoria da qualidade de vida e a diversificação.

As condições que permitiram, para o nascimento da democracia local e da reinvenção dos territórios rurais portugueses, aconteceu com adesão de Portugal à União Europeia em 1986, passando esta, a estar submetida à Política Agrícola Comum, que veio impor aos agricultores portugueses, o abrandamento e a reconversão das suas produções. Com a Reforma dos Fundos Estruturais iniciada em 1988, cada Estado deveria elaborar um Plano de Desenvolvimento Regional, estabelecendo as prioridades de desenvolvimento económico e social, para cada região. Através destes Planos, estabeleceram-se as linhas de atuação política, em termos, de desenvolvimento regional.

Em jeito de consideração final, como foi visto, ao longo da nossa exposição, o desenvolvimento de base territorial, tem-se tornado muito importante na investigação da economia regional e local. O conceito de unidade de planeamento de políticas públicas regionais, é uma identidade, influenciado, sem dúvida pelas suas características físicas, culturais, históricas, económicas e sociais, em que as políticas públicas, visa estudar como estas características, podem ser potencialidades para o desenvolvimento socioeconómico da região, criando assim sinergias, permitindo o aumento de rendimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

O primeiro paradigma de desenvolvimento regional que surgiu não se preocupava com as características territoriais e o seu cerne de desenvolvimento centrava-se meramente num conceito economicismo. Os crescimentos económicos verificados estavam, assentes na industrialização e urbanização destes espaços, criando graves problemas, sobretudo sociais, nestas estruturas. Ora, o desenvolvimento endógeno, é um modelo *mainstream* ao vigente, alterando o motor de crescimento económico, colocando os recursos locais ao serviço do desenvolvimento local, em que a inovação local assentou no seu modelo de construção e de implementação, envolvendo os atores locais a participarem nestes processos, como na gestão dos recursos, para uma perspetiva de desenvolvimento multisetorial e sustentável nas dimensões territorial, económica, social e ambiental.

Sobre o espaço rural existe, vários preconceitos que são necessários ultrapassar, nomeadamente, o “atraso” em relação ao urbano, é associado à agricultura e são territórios que sofrem um forte processo de êxodo rural. Mas o aparecimento do desenvolvimento rural,

¹⁶ REGULAMENTO (CE) n.º 1698 de 20/09 “JOCE Série L” 277 (21/10/2005) 1-40, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:277:0001:0001:PT:PDF>.

não associado ao desenvolvimento agrícola, deu uma nova esperança a estes territórios, através de uma perspetiva de multifuncionalidade: função alimentar e económica, social, ambiental, patrimonial, estética, recreativa e pedagógica. O desenvolvimento rural endógeno tem permitido acreditar que o Mundo Rural poderá representar uma solução para o elevado desemprego existente. As novas oportunidades que podem surgir, através da reinvenção do Mundo Rural, poderão ser o motor de desenvolvimento destas regiões, através da diversificação das atividades que estão a surgir, e portanto, os Velhos do Restelo e os novos defensores da reforma agrária, que tem surgido ultimamente, podem esquecer que não é mais viável, neste novo contexto. E portanto, a nova forma de gestão local, têm-nos levado acreditar que a intervenção do Estado, em termos de políticas públicas não é precisa. O desenvolvimento local leva ao desenvolvimento económico, e portanto, temos espaço suficiente para refundar uma nova política de desenvolvimento rural autónoma.



Capítulo III

A Democracia Local na Cova da Beira

*“Foi das melhores coisas que a União Europeia fez
e está a despertar interesse em todo o mundo”*

Nuno Jordão, Ex-gestor LEADER II, 2011





III.1 - A génese da Abordagem LEADER

Neste capítulo, a nossa análise e reflexão estará apoiada sobre um estudo de caso, na tentativa de procurar as repostas às questões colocadas nas hipóteses de trabalho, definidas na introdução. O presente estudo de caso está consagrado à abordagem LEADER, desenvolvida pelo GAL ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, durante o período que abrangeu os programas do LEADER II e do LEADER +, no território de intervenção Estrela-Sul. Estudaremos neste capítulo, o aparecimento e a implementação do programa LEADER a nível Nacional. E será efetuado, a caracterização do Território Estrela-Sul como unidade de planeamento de políticas públicas, em termos, socioeconómico e biofísico.

Como já foi referido, após a Segunda Grande Guerra Mundial, assistiu-se a uma profunda transformação do Mundo Rural. Primeiro devido aos fluxos migratórios, do campo para a cidade, ou melhor, das regiões menos para as mais desenvolvidas. Este movimento deve-se sobretudo às estratégias de desenvolvimento regional, que criaram centros económicos, onde se concentravam toda a capacidade empresarial do território e era para aí, que se localizavam as alternativas de emprego à agricultura, e portanto, absorviam esta massa humana vindo dos territórios rurais, desencadeando um processo de despovoamento dos espaços rurais. A segunda causa apontada é, sem dúvida, o declínio do setor agrícola europeu, que se verificou nesse período, e foi esta desestruturação do espaço rural, que marcou a viragem das políticas agrícolas europeias, à necessidade de uma política estratégica para a transformação estrutural destas áreas.

Em suma, estes novos modelos de desenvolvimento apresentados criaram um novo espaço público e alteraram o paradigma de transformação da “*sociedade campesina*”, desenvolvendo-se assim um novo governo local. A renovação do espaço público rural progrediu à luz de autogovernos locais, ou seja, a partir da autonomia e de um modelo de desenvolvimento endógeno, sempre preocupado na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento integrado dos territórios rurais. Estas novas abordagens têm como elemento central, os indivíduos e as organizações da Sociedade Civil -“*na ideia de um estado cooperativo*”-, sendo o processo deliberativo e a participação das populações locais o cerne da atividade da gestão e construção de políticas públicas, bem como a procura de soluções e a resolução dos problemas dos territórios rurais, tornando-se assim possível a sua articulação e a identificação de políticas mais integradoras, através de um processo de transformação, que não assenta exclusivamente no desenvolvimento do setor agrícola. Estas formas alternativas apelam a todos os elementos de uma determinada comunidade a participarem na resolução dos problemas das suas localidades. A reinvenção do Mundo Rural surge, então, assente em novas abordagens de dinamização socioeconómica, através da democracia local, estando subjacente um conjunto de princípios. Estas novas formas de desenvolvimento rural, direcionou as políticas para uma perspetiva multissetorial, ou seja, na diversificação de

atividades económicas, nomeadamente, através da valorização dos produtos territoriais, como são exemplo: a natureza e a paisagem, produtos locais e também a valorização dos fatores culturais locais, na perspetiva de criação de riqueza e sobretudo na geração de emprego.

Com a comunicação denominada, “*O Futuro do Mundo Rural*”, a Comissão das Comunidades Europeias (1998), alerta pela primeira vez, para os problemas económicos e sociais dos territórios rurais e a urgência de encontrar novas políticas de desenvolvimento rural, na necessidade de encontrar novas formas alternativas de desenvolvimento, para a resolução dos problemas identificados.

Com as sucessivas reformas dos fundos comunitários, ocorridas ao longo da década de 80-90, destacando-se a Reforma de 1998 que permitiu começar uma nova etapa na política regional europeia, consagrando a coesão económica e social, como um dos principais fundamentos da União Europeia, criando um novo fundo de apoio, o Fundo de Coesão. É também criado o Comité das Regiões, órgão consultivo para as políticas europeias da educação, cultura, sanidade, redes transeuropeias e coesão económica e social. Comprometendo-se os Estados-Membros a promover o desenvolvimento harmonioso e coerente da Comunidade, para tal haviam sido criados um conjunto de medidas, como a geração de novos dispositivos institucionais que permitissem uma maior eficácia na tomada das decisões. Desenvolveu-se uma política de investigação e desenvolvimento tecnológico, permitindo reforçar a base científica e tecnológica da indústria, aumentando assim a competitividade. Aumento de medidas de proteção ambiental e da qualidade de vida das populações. Consolidação da problemática do social, nomeadamente da melhoria das condições do trabalho. Tendo assim como efeito um clima económico estável e de políticas que visassem a coesão social. Para então concretizar o estabelecido, era imperioso que, as regiões classificadas de desfavoráveis beneficiassem da existência do mercado único, assim estas regiões deveriam apresentar crescimentos económicos superiores à verificada na média europeia, que só conseguiriam atingir com o aumento e diversificação dos setores económicos, criadoras de riqueza e emprego.

A resposta então encontrada, por parte da Europa, foi aumentar a eficácia das iniciativas comunitárias, mediante uma melhor coordenação e planificação plurianual. Para aumentar a eficácia dos fundos, foi criado um regulamento transversal aos três fundos comunitários, que assenta em cinco pilares fundamentais, a montagem de um dispositivo legal e a duplicação dos meios financeiros existentes, definindo para tal, cinco objetivos prioritários, racionalização dos métodos de intervenção e a cooperação entre os agentes interessados no processo de desenvolvimento.

Com as Iniciativas Comunitárias pretendia-se complementar os quadros de apoio. A Comissão Europeia criou estes mecanismos para resolver, pelos seus próprios meios, os graves

problemas relacionados com a concretização das políticas comunitárias. A descentralização foi um dos problemas detetados, trazendo elevados riscos, devido à excessiva competitividade e concorrência das regiões mais ricas, que muitas das vezes é feita à custa das regiões mais desfavorecidas. Para tal, foram ao longo dos tempos, criadas várias Iniciativas Comunitárias, destacando-se o INTERREG, URBAN, EQUAL e o LEADER.

A crise do Mundo Rural na década de 90, leva a Comissão Europeia, a criar, em 1991, um novo programa de apoio ao desenvolvimento rural, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, visando combater o despovoamento destas zonas, em que o processo de desenvolvimento assentava na dinamização dos territórios com base nos seus recursos endógenos. Em que a sua intervenção se caracteriza numa ótica territorial e com procedimentos descentralizados, em termos de decisão e financeiros.

O LEADER I, que vigorou entre os anos de 1991 e 1994, marcou o início de uma nova era na conceção de fazer políticas de desenvolvimento rural. Esta iniciativa comunitária trouxe uma nova esperança para as áreas rurais, baseado no enfoque territorial, integrado e participado, passando o desenvolvimento territorial “*uma missão da sociedade e não uma tarefa que o Estado deva assegurar isoladamente*” (Jordão, 2002). Tendo como objetivo procurar soluções inovadoras na resolução dos velhos problemas do Mundo Rural, através da ligação entre os diversos setores económicos e sociais. Como refere, Nuno Jordão (ex-gestor do LEADER II), os objetivos a alcançar eram claros, contribuir para uma nova política agrícola europeia, a partir da multifuncionalidade e da sustentabilidade da mesma e cobrir todo o território rural da União. E atingir assim, um desenvolvimento rural não exclusivamente agrícola. Destinada para os territórios rurais classificados com os objetivos 1 e 5b¹⁷. E portanto, o modelo de financiamento mais adequado foi através, de uma subvenção global, as verbas provinham dos três fundos estruturais existentes (FSE¹⁸, FEOGA¹⁹ e FEDER²⁰). As verbas previstas no programa eram canalizadas para *zonas de intervenção* estabelecidas especificamente para o efeito. Devendo cumprir alguns critérios, os territórios deveriam ser homogéneos e a população entre 5.000 e 100.000 habitantes e não eram incluídos os territórios urbanos. Os Grupos de Ação

¹⁷ Objetivo 1 - promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas; Objetivo 2 - reconverter as regiões gravemente afetadas pelo declínio industrial; Objetivo 3 - lutar contra o desemprego de longa duração e facilitar a inserção profissional dos jovens e das pessoas expostas à exclusão do mercado de trabalho; Objetivo 4 - facilitar a adaptação dos trabalhadores às mudanças industriais e à evolução dos sistemas de produção;

Objetivo 5a - acelerar a adaptação das estruturas agrícolas no âmbito da revisão da PAC;

Objetivo 5b - facilitar o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das zonas rurais.

¹⁸ Fundo Social Europeu, foi instituído em 1957, em cumprimento do artigo 146º do Tratado de Roma, e visa incentivar a formação profissional e apoios no mercado de trabalho.

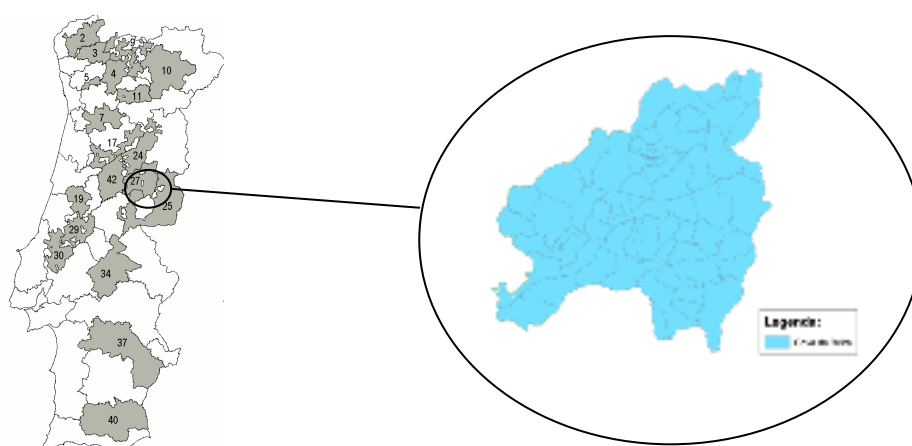
¹⁹ Fundo Europeu de Orientação e Garantia, também como o FSE, foi criado ao abrigo do Tratado de Roma, em virtude do artigo 40º. Os seus apoios destinam-se ao sector agrícola e ao desenvolvimento rural.

²⁰ Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional, foi criado em 18 de Março 1975, através do Regulamento (CEE) 724/75 do Conselho, com o objetivo de criar uma política de unidade económica e monetária. Os apoios previstos assentem essencialmente em infraestruturas e na capacitação e modernização de pequenas e médias empresas.

Local eram contemplados de capacidade financeira, através dos instrumentos monetários comunitários, ostentando os Planos de Ação Local.

III.2 - Abordagem LEADER e a Democracia Local na Cova da Beira

Com o emergir de vinte Grupos de Ação Local em Portugal, no LEADER I, iniciou-se então, o processo de criação da Democracia Local, neste País. As entidades representativas do novo poder local são as seguintes: ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa, ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima, ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto, ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, DESTIQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente, PORTUCALE - Associação do Douro Histórico, ACIBEIRA - Associação de Empresas de Agricultura, Comércio e Indústria da Beira Serra, ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira, ADSICÓ - Associação de Desenvolvimento, ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural Serra de Estrela, RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural, ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo, LEADERSOR - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Sor, TERRAS DENTRO - Associação de Desenvolvimento Integrado, IN LOCO - Intervenção, Formação e Estudos para o desenvolvimento local e ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira. É também neste período, que se desenvolve, a democracia local na Cova da Beira, com o nascimento do GAL RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural.

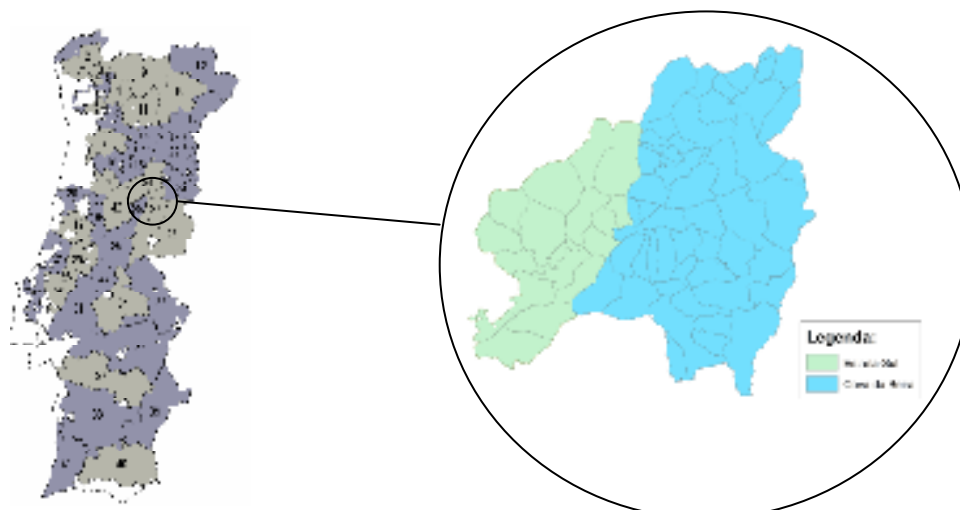


Legenda: 2 - ADRIL, 3 - ATAHCA, 4 - PROBASTO, 5 - ADER-SOUSA, 7 - ADRIMAG, 9 - ADRAT, 10 - DESTIQUE, 11 - DOURO HISTÓRICO, 17 - ADICES, 19 - TERRAS DE SICÓ, 24 - ADRUSE, 25 - ADRACES, 27 - RUDE, 29 - ADIRN, 30 - APRODER, 34 - LEADERSOR, 37 - TERRAS DENTRO, 40 - IN LOCO, 42 - ACIBEIRA.

Fonte: Elaboração própria

Figura 1 - Mapa Grupos de Ação Local LEADER I

Devido ao interesse suscitado pela abordagem LEADER na segunda fase do programa, assistiu-se à consolidação, a nível nacional, passando de vinte entidades gestoras LEADER para quarenta e oito Grupos de Ação Local: ADRIMINHO - Associação de Desenvolvimento Integrado do Vale do Minho; ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima; ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave; PROBASTO - Associação de Desenvolvimento Rural de Basto; ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa; DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL; ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira; SOL-DO-AVE - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave; ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega; DESTIQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente; Associação do DOURO HISTÓRICO; CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste; DOURO SUPERIOR - Associação de Desenvolvimento; BEIRA DOURO - Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro; ADDLAP - Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva; ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão; ADICES - Associação de Desenvolvimento Local; DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça; TERRAS DE SICÓ - Associação de Desenvolvimento; ADELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego; ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura; RAIÁ HISTÓRICA - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira; PRÓ-RAIA - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro-Norte; ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural Serra da Estrela; ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul; PINHAL MAIOR - Associação Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul; RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural; ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul; ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte; APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo; CHARNECA - Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana; LEADER OESTE - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste; TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior; LEADERSOR - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Sor; ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo; MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.; TERRAS DENTRO Associação de Desenvolvimento Integrado; ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste; ROTA DO GUADIANA - Associação de Desenvolvimento Integrado; IN LOCO - Intervenção, Formação e Estudos para o Desenvolvimento Local; VICENTINA - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra; ADRAMA - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira; ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores; ARDE - Associação Regional para o Desenvolvimento; ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural; GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional e ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira.



Legenda: 1 - ADRIMINHO, 2 - ADRIL, 3 - ATAHCA, 4 - PROBASTO, 5 - ADER-SOUSA, 6 - DOLMEN, 7 - ADRIMAG, 8 - SOL-DO-AVE, 9 - ADRAT, 10 - DESTIQUE, 11 - DOURO HISTÓRICO, 12 - CORANE, 13 - DOURO SUPERIOR, 14 - BEIRA DOURO, 15 - ADDLAP, 16 - ADD, 17 - ADICES, 18 - DUECEIRA, 19 - TERRAS DE SICÓ, 20 - ADELO, 21 - ADAE, 22 - RAIÁ HISTÓRICA, 23 - PRÓ-RAIA, 24 - ADRUSE, 25 - ADRACES, 26 - PINHAL MAIOR, 27 - RUDE, 28 - ADERES, 29 - ADIRN, 30 - APRODER, 31 - CHARNECA, 32 - LEADER OESTE, 33 - TAGUS, 34 - LEADERSOR, 35 - ADER-AL, 36 - MONTE, 37 - TERRAS DENTRO, 38 - ESDIME, 39 - ROTA DO GUADIANA, 40 - IN LOCO, 41 - VICENTINA, 42 - ADIBER, 44 - ADL, 45 - Alentejo XXI, 46 - Terras do Baixo Guadiana.

Fonte: Elaboração própria

Figura 2 - Mapa Grupos de Ação Local LEADER II

Na Nomenclatura das Unidades Territoriais ao nível III, Cova da Beira, verificou-se o mesmo fenómeno, com o surgimento de um novo Grupo de Ação Local, denominado de GAL ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, e é sobre esta entidade que incidirá o nosso estudo de caso.

III.3 - Caracterização do Território Estrela-Sul

III.3.1 - Localização Geográfica e Organização Administrativa

Para a caracterização do território Estrela-Sul, foram utilizados os dados dos censos de 2011, mas obstante, não foi possível obter todos os dados necessários na nossa análise, e portanto, optamos pelos dados disponíveis dos censos de 2001.

O espaço rural que passaremos de seguida a caracterizar é composto por dezoito freguesias de dois concelhos. É marcadamente influenciado, pelo Rio Zêzere, e está inserido na depressão geomorfológica designada Cova da Beira, na Nomenclatura das Unidades Territoriais ao nível III com a mesma denominação, uma área que ocupa as vertentes sul da Serra de Estrela. Composto por doze freguesias do concelho da Covilhã: Aldeia de S. Francisco de Assis, Barco, Casegas, Cortes do Meio, Coutada, Erada, Ourondo, Paul, Peso, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel e Unhais da Serra, e por seis freguesias do concelho do Fundão com seis freguesias: Barroca, Bogas de Baixo, Bogas de Cima, Janeiro de Cima, Lavacolhos e Silvares.



Fonte: ADERES, 1997

Figura 3 - Mapa do Território Estrela-Sul

Ocupa uma área de 431,0 km², encaixados no conjunto montanhoso da Cordilheira Central, constituído pelas Serras da Estrela a Norte, da Gardunha a Sudeste, do Açor a Oeste e a do Muradal a Sul. Trata-se de uma vasta região profundamente montanhosa, em que a dominância da Serra da Estrela, tem uma notória influencia no seu clima, na abundância de água, nas atividades económicas e florestais, sendo estas características, “marcantes” deste território. Na área de estudo predomina altitudes entre os 500 e os 2000 metros.

Tabela 1 - Área Total do Território Estrela-Sul

Freguesia	Área (Km ²)
Aldeia de S. Francisco de Assis	16.2
Barco	11.8
Casegas	42.6
Cortes do Meio	48.2
Coutada	11.0
Erada	39.3
Ourondo	9.2
Paul	21.7
Peso	11.2
São Jorge da Beira	24.9
Sobral de S. Miguel	22.4
Unhais da Serra	32.1
Barroca	23.1
Bogas de Baixo	33.9
Bogas de Cima	31.2
Janeiro de Cima	11.9
Lavacolhos	19.4
Silvares	20.9
TOTAL	431.0

Fonte: ADERES, 1997

III.3.2 - Origens da região

A origem do povoamento do território denota a adaptação das populações locais às condições naturais e da utilização dos recursos existentes localmente, o que ocasionou um conjunto de pequenas aldeias mais ou menos dispersas, pelas diversas montanhas. Sobressai, que a maioria das povoações surgiu na proximidade de ribeiras, ao longo do rio, com solos com aptidão agrícola ou então em locais com riquíssimos recursos minerais, existindo assim as condições necessárias para a subsistência das populações locais.

O território apresenta alguns vestígios da presença de povos antigos, tais como os fenícios, os gregos, os romanos, e mais tarde os árabes. Os franceses, durante o período das suas invasões também passaram por esta área. O processo de povoamento do território terá começado após a consolidação da fronteira com o Reino de Castela.

A toponímia das aldeias e dos sítios indica-nos que estas terras eram povoadas por comunidades de agricultores e pastores. Comunidades afastadas e de pequenas dimensões, dos grandes centros económicos da época, que souberam tirar partido dos recursos locais existentes, tais como a terra e a água para o desenvolvimento de atividades económicas, como são exemplo: a produção agropecuária e lanifícios, marcando profundamente a vivência destas comunidades locais.

Mas, o que realmente distingue as várias comunidades é a sua identidade local própria, ou seja, a cultura de um povo. A presença humana na região remonta-se à era do Paleolítico Superior, como se pode verificar pela existência de gravuras de arte rupestre nas Freguesias de Sobral de São Miguel e em Casegas (Covilhã) e na Barroca (Fundão). Remontando ao período proto-histórico, encontramos marcas de arte rupestre em forma circulares, fossetes ou covinhas, podomorfos e algumas figuras antropomórficas, efetuadas por picotagem, incisão ou abrasão. Verificamos a existência de painéis de xisto irregular, aproveitando as zonas planas para desenhar as gravuras, podemos também encontrar gravuras de pequenas dimensões, desenhadas em pedras. Outras marcas deixadas na passagem de outros povos pela região, foram os árabes, através das suas minas. A região é detentora de tradições e nomenclaturas muito suas, o que vem exemplificar a cultura própria de um povo, que se guiou pelos seus próprios costumes (Carvalheira, 2000).

Verificamos até no casario tradicional da área de estudo, que possui uma arquitetura própria, com a existência de alguns elementos ornamentados nos balcões e varandas, de pequena dimensão. A casa é composta por dois pisos. No primeiro piso, que era a loja, que servia como alojamento para animais (vacas, burros, porcos, ovelhas e cabras) e os seus alimentos (palha, feno e erva), às vezes ainda tinha espaço para colocar as alfaias agrícolas e os potes de azeite e a pipa de vinho. No segundo piso, servida por uma escadaria de pedra, caso seja exterior, quando era interior em madeira, localizava-se a sala, cozinha e quartos. Para arrumações,

por cima ainda existia o forro, sobrado ou sótão, que era de pouca altura, dividida por duas partes, numa situada por cima da lareira designada de caniço, onde se colocava as castanhas a secar, e o resto do forro era onde se guardava a lenha, batatas e as cebolas. Estas habitações eram construídas, de pedra de granito (calhaus ou gogos) e de xisto ligada por argamassa de barro e pequenas pedras de xisto para nivelar e fazer o assentamento e a cobertura constituída de telha portuguesa ou de canudo ou de ardósias, de duas águas. As divisões eram construídas de taipa, abode ou madeira. O chão era de soalho de madeira de pinho, sobreposto em caibros e vigas de castanho. Como podemos verificar, o casario tradicional estava profundamente ligada às atividades agrícolas desenvolvidas. Sendo assim, detentor de um património habitacional com características muito específicas. As manifestações culturais são elementos diferenciador, entre regiões, no caso concreto podemos destacar as seguintes tradições locais, “Chorar-se o Entrudo”, “Penitentes”, “Encomendação das Almas” e a “Páscoa”.

III.3.3 - Análise socioeconómica

III.3.3.1 - Demografia

Da análise dos dados populacionais, verificamos duas fases de crescimento. Registou-se na primeira fase, um aumento substancial de habitantes até à década de 60 do século XX. Todos os autores apontam a mesma razão, o aparecimento de um grande pólo económico nas Minas da Panasqueira, sendo o maior empregador da região, os trabalhadores das freguesias vizinhas percorriam longas horas para irem trabalhar. O seu eixo desenvolveu-se a partir da Panasqueira, abrangendo mais três centros de produção Barroca Grande, anexa da Freguesia de São Francisco de Assis; Rio, anexa da Freguesia de Silvares e o Monte de Argemela, nos limites das Freguesias de Barco e Lavacolhos. Chamando muitas famílias para esta região, para trabalhar nas Minas, na procura de melhores condições de vida e de rendimentos. Tornando-se assim, uma das maiores minas de volfrâmio do mundo.



Fonte: Elaboração própria (Dados INE)

Figura 4 - Evolução da População no Território Estrela-Sul

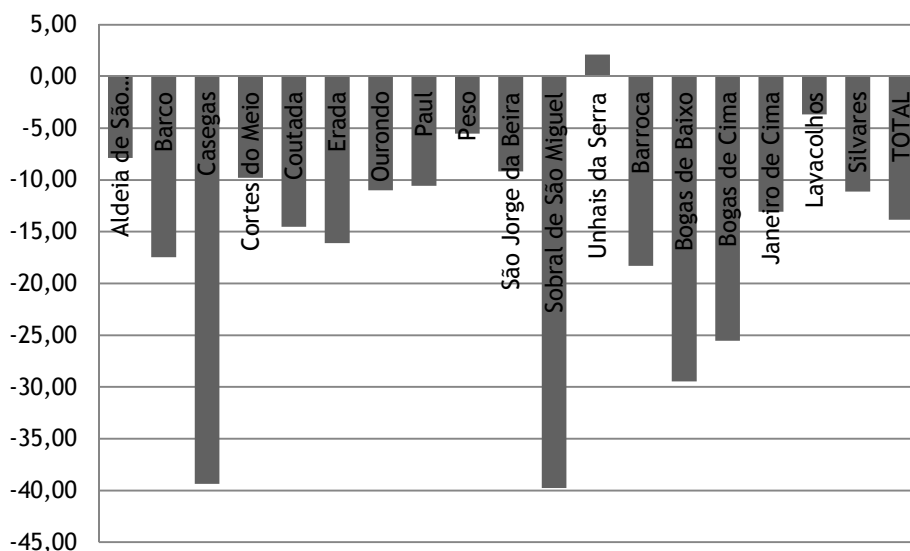
Na segunda fase evolutiva da população, observa-se o início do declínio populacional deste conjunto de freguesias. Inicia-se a crise do setor mineiro, provocando o desemprego na região, não existindo alternativas de emprego, opera-se a debandada das gentes, registando-se um forte fluxo migratório a partir do pós-guerra, para outras regiões do País, nomeadamente para os grandes centros urbanos do Litoral e principalmente para os países estrangeiros tais como: França, Suíça, Alemanha e Venezuela.

Tabela 2 - Evolução da população

Freguesia	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Aldeia de S. F. de Assis	-	379	486	540	1289	1838	2508	1985	1896	1258	686	632
Barco	1034	1162	1218	1365	1577	1802	2070	1315	1261	720	573	473
Casegas	1196	1393	1450	1499	1589	1819	1710	1110	910	731	701	425
Cortes do Meio	1024	1192	1262	1385	1392	1595	1625	1340	1066	742	980	884
Coutada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	463	475	406
Erada	878	952	1041	1106	1295	1428	1589	1215	1111	896	845	709
Ourondo	1043	857	1066	952	1056	1159	787	505	504	481	418	372
Paul	1493	1 691	1726	1804	2003	2269	2316	1605	1565	1621	1816	1624
Peso	1240	1 434	1509	1751	1455	2205	2094	1265	735	717	780	737
São Jorge da Beira	788	1271	1203	1224	3235	3422	3306	1720	1572	979	697	633
Sobral de S. Miguel	801	929	1003	1044	1152	1319	1457	1370	943	699	694	418
Unhais da Serra	1495	1545	1392	1450	2001	2422	2499	1675	1826	1450	1369	1398
Barroca	903	1044	1138	1243	1534	1695	1391	855	811	717	607	496
Bogas de Baixo	569	774	769	906	981	1048	1218	715	528	362	275	194
Bogas de Cima	723	820	849	940	1082	1188	1253	960	847	618	466	347
Janeiro de Cima	607	640	648	648	720	719	622	535	542	406	352	306
Lavacolhos	628	692	655	621	714	719	621	350	426	314	245	236
Silvares	1405	1537	1637	1683	2453	2604	2332	1205	1241	1187	1089	968
TOTAL	15827	18312	19052	20161	25528	29251	29398	19725	17784	14361	13068	11258

Fonte: Elaboração própria (Dados INE)

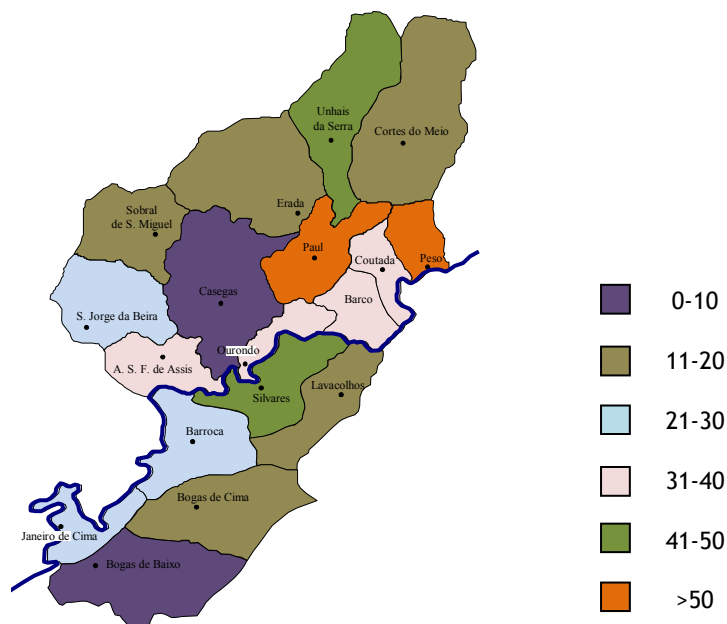
Nas freguesias do Paul e do Peso, a partir da década de 80, verifica-se a recuperação de população, em consequência da implementação de algumas industriais, do ramo da confeção, mármore, restauração, mecânicas, venda de materiais de construção civil e alumínio, passando assim a ser os principais centros demográficos do território.



Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2011)

Figura 5 - Taxa de variação da população residente (2001-2011) no Território Estrela-Sul

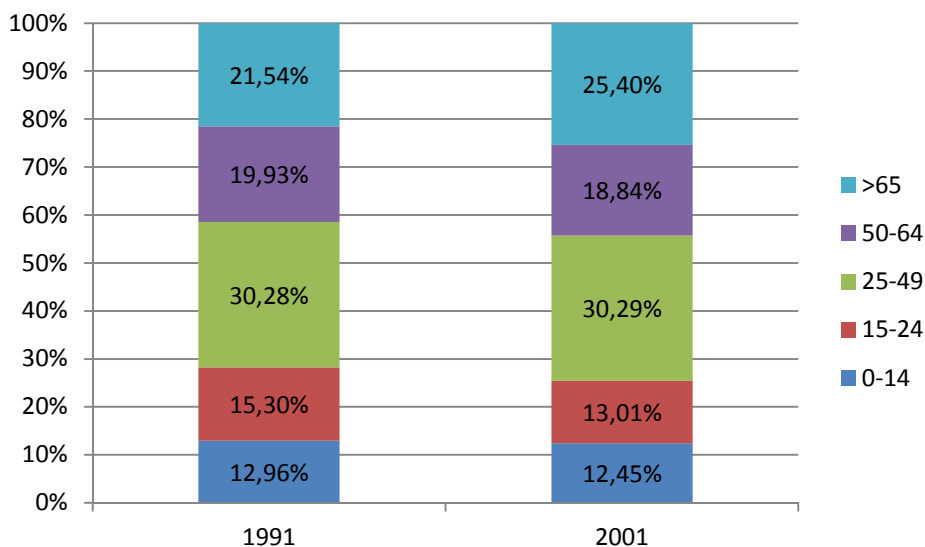
A evolução demográfica do território em estudo acompanhou a tendência nacional, na qual assistimos ao envelhecimento gradual da estrutura demográfica e a crescimentos naturais negativos, na maioria das freguesias, com exceção de Unhais da Serra, que regista um crescimento de população de 2%. Enquanto ao nível do território, a evolução foi negativa, perdendo 13% da sua população (2001-2011).



Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2011)

Figura 6 - Densidade Populacional das dezoito freguesias do Território Estrela-Sul

Com a perda de população é claro que se irá refletir na densidade populacional, observando-se a diminuição de 36,4 habitantes por km² em 2001, passando para 26,12 habitantes por km², em 2011. Registrando as maiores perdas, as freguesias de Sobral de São Miguel (-39,77 habitantes por km²) e Casegas (-39,37 habitantes por km²).



Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2001)

Figura 7 - Taxa de variação da população residente (1991-2001) no Território Estrela-Sul

Outro fenómeno observável é o envelhecimento da população, causado pela emigração dos mais jovens, ficando os mais idosos, e o regresso dos emigrantes de primeira geração às suas terras de origem. Esta situação irá afetar o índice de fertilidade da população, observando-se taxas de crescimento natural negativas, pelo fato de a taxa de mortalidade ser superior à taxa de natalidade, podendo verificar-se pelo gráfico que o peso da população com mais de 65 anos, passou de 21,5% para 25,4%.

Tabela 3 - Índices de envelhecimento e de dependência total

Indicadores demográficos			
	Ano	Unidade	Estrela-Sul
Índice de envelhecimento	2001	%	259,2
Índice de dependência total	2001		80,89

Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2001)

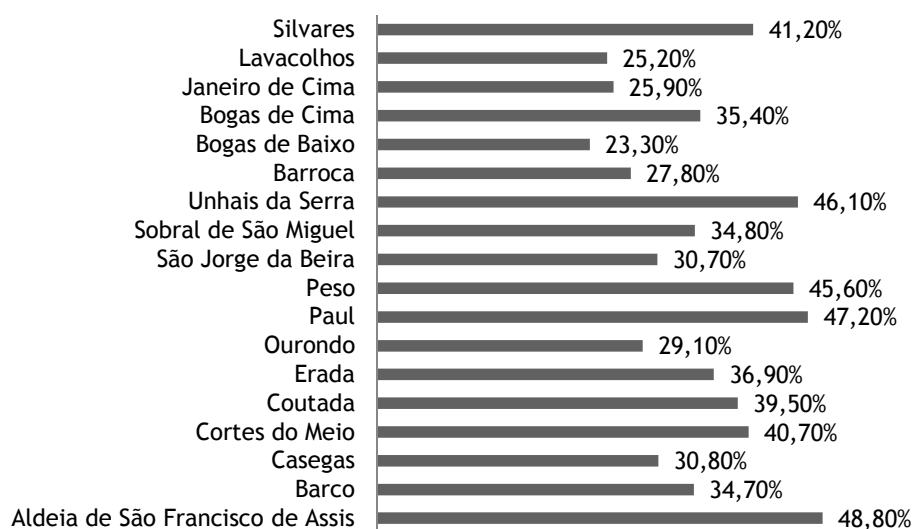
Com os dados dos censos de 2001 verificamos que, o índice de envelhecimento para o território em análise é 259,2% e o índice de dependência total é de 80,89. E portanto, o envelhecimento, conjuntamente com o despovoamento do território, são os principais problemas que assistimos em termos demográficos.

Tabela 4 - Indicadores de Emprego

Dados de emprego			
	Agricultura, silvicultura e pescas	Indústria, construção, energia e água	Serviços
Estrela-Sul H/M	7,6	55,3	37,1

Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2001)

Verificamos fortes transformações a nível local, em termos de emprego. Devido ao arrefecimento da economia local e da recessão que verificamos nos mercados interno e externo, levando ao aumento do desemprego, sobretudo o da mão de obra feminina, devido ao intenso encerramento de unidades da fileira têxtil, sobretudo do ramo do vestuário. O problema do território, em termos económicos, é a predominância da mono-indústria, sendo os setores mais importantes o têxtil e a extrativa. A população ativa concentra-se no setor secundário representando 55,3% da população total, destacando-se a indústria têxtil, construção civil, serrações, oficinas e indústrias de transformação.



Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2001)

Figura 8 - Taxa de atividade do Território Estrela-Sul

A generalidade das freguesias apresenta taxas de atividades muito baixas, devido à crise dos setores mineiro e têxtil, não existindo grandes alternativas de emprego na região. As únicas alternativas que têm surgido são ao nível do terceiro setor, nomeadamente, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, com a criação de lares de idosos em quase todas as freguesias. Em Unhais da Serra, o aumento de população verificado, podemos justificar

devido ao desenvolvimento do setor turístico, nomeadamente, com a implementação do Hotel H2O e com o aparecimento de novas unidades de restauração e atividades complementares.

Tabela 5 - Níveis de Escolaridade

	Nº	%
Sem nível de ensino	2469	18,7
Ensino básico		
1º Ciclo	5752	43,9
2º Ciclo	1749	13,3
3º Ciclo	1248	9,6
Ensino Secundário	1249	9,6
Ensino médio	35	0,3
Ensino superior	607	4,6

Fonte: Elaboração própria (Dados INE, 2001)

Outra característica negativa do território é o baixo nível de qualificação da mão de obra, a taxa de analfabetismo atingiu em 2001, um valor de 18,7%, sendo superior à média nacional. Nos últimos anos, têm-se verificado um aumento do nível de instrução da população, mas verifica-se um elevado nível de desemprego neste extrato, refletindo o desajuste entre a oferta e a procura de emprego. Assistimos nos últimos tempos o desmantelar da rede escolar do 1º ciclo, nas zonas rurais, agravando ainda mais o problema do envelhecimento das populações, deste conjunto de freguesias rurais.

III.3.4 - Análise Biofísica do Território Estrela-Sul

III.3.4.1 - Geomorfologia e solos

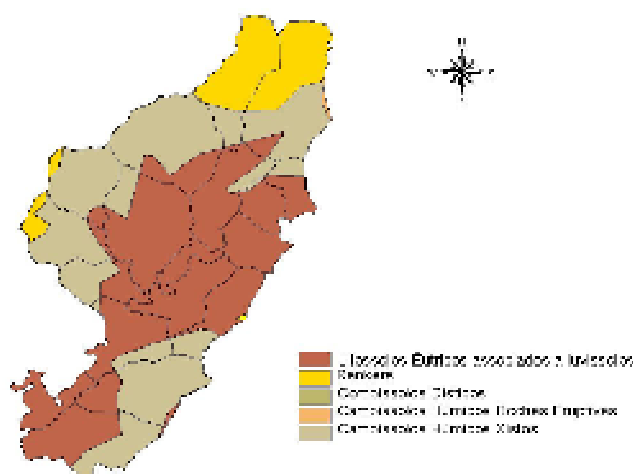
O território é profundamente marcado pelos seus vales profundos, de onde brotam dos seus solos, uma mistura de granitos e xistos, estando localizada numa zona de transição entre o xisto e o granito. A sua estrutura geológica é composta, por um conjunto de xisto-grauváquico a Sudoeste e Nordeste e a Noroeste pelo maciço granítico, sendo os seus solos de xisto argilosos Micáceos e Grauvaques, de tons variados.

Na zona da serra, abundam os Cambissolos Húmidos associados a xistos e rochas eruptivas e Ranckers. Verificamos que os solos, em torno do Zêzere e seus afluentes são ricos em aluviões, o que proporciona características muito específicas a este território, notando uma mancha de Cambissolos dísticos e uma outra com Litossolos Êtricos associados a Luvisolos e Ranckers.

Devido a estas características morfológicas, a região apresenta um solo riquíssimo em minérios, tornando-se a extração mineira, uma atividade fundamental, nas freguesias que integram o Couto Mineiro das Minas da Panasqueira. O interesse dos recursos do subsolo,

existentes na região vem deste o período dos Romanos e mais tarde pelos Árabes, nomeadamente, à procura da cassiterite e volframite (Carvalheira, 2000: 22).

A empresa Beralt Tin Wolfram localiza-se na freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, em tempos, era o maior empregador do território, existe duas empresas em Sobral de São Miguel, que extraem e comercializam o xisto, no Barco, a empresa Revigrés explora o minério denominado Feldspato.



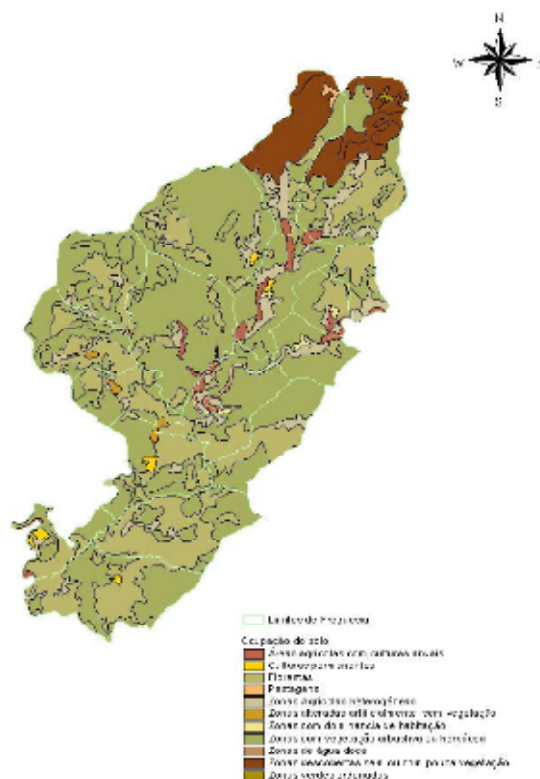
Fonte: ADERES, 2009

Figura 9 - Carta de Solos do Território Estrela-Sul

O território Estrela-Sul encontra-se, integrada numa área social, predominantemente rural, percebendo-se de imediato esse fato, pela predominância da ocupação do solo. Segundo o Plano Regional de Ordenamento Florestal - Beira Interior Norte, a área de estudo localiza-se nas sub-regiões homogéneas Torre e Cova da Beira, a mancha florestal ocupa cerca de 86% do território, sendo o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) a espécie dominante. Encontramos também, algumas espécies de folhosas, nomeadamente, o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), castanheiros (*Quercus suber*) e eucalipto (*Eucalyptus globulus*). Junto das linhas de água, existem alguns exemplares de espécies ripícolas freixo (*Fraxinus angustifolia*), amieiro (*Alnus glutinosa*) e salgueiro (*Salix spp.*).

A área agrícola representa só 13% da área e se concentra basicamente nos vales dos cursos de água, sendo estas zonas privilegiadas para o desenvolvimento desta atividade. As explorações agrícolas existentes, são de pequena dimensão de solos pobres, de regime extensivo, predominantemente são explorações, por conta própria. As culturas praticadas na região são: culturas forrageiras e de cereais para grão (milho e centeio), batata, culturas hortícolas e leguminosas. A oliveira é uma cultura permanente, também importante nas economias familiares. O seu panorama é tipicamente rural, composto por chãos em socalcos,

evidenciando a predominância do minifúndio. Sendo a atividade agrícola nos meios rurais de subsistência e de autoconsumo.



Fonte: ADERES, 2009

Figura 10 - Carta de Ocupação de Solos do Território Estrela-Sul

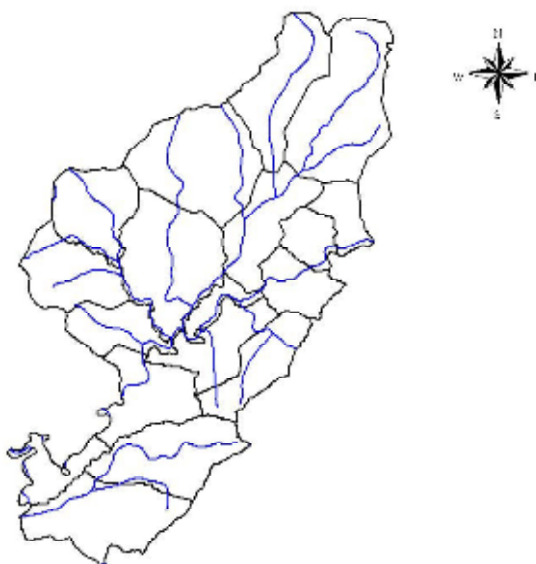
A área de estudo, em termos de caracterização do coberto vegetal, domina sobretudo as urzes (*Erica spp.*), destacando-se: urze vermelha (*Erica australis*), urze-das-vassouras (*Erica scoparia*) e urze branca (*Erica umbellata*), as giestas (*Cystus spp.*), giesta-negral (*Cytisus striatus*), giesta-branca (*Cytisus multiflorus*), carqueja (*Chamaespartium tridentata*), esteva (*Cistus ladanifer*), sargaços (*Halimium alyssoides*), tojo (*Ulex europea*), sargacinha (*Lithodora prostrata*), lentisco-bastardo (*Phillyrea anustifolia*), medronheiro (*Arbustus unedo*), carrasco (*Quercus coccofera*), estevão (*Cistus populifolius*), folhado (*Viburnum tinus*) e o rosmaninho (*Lavandula pedunculata*).

III.3.4.2 - Sistema Hídrico

Também é possuidora, de uma rede hidrográfica relevante. Outrora, estas ribeiras, depositários de lameiros e paus, bastante férteis, com extrema relevância nas economias locais, já que eram, a subsistência de muitas famílias destas freguesias, sendo a agricultura a atividade económica principal desta região. Panorama tipicamente rural, evidenciando uma

ocupação minifundiária. Os principais produtos agrícolas produzidos a batata, o milho, o feijão, as forrageiras, o trigo e o centeio. Outra atividade fundamental destas economias era a produção pecuária, essencialmente caprinos e ovinos, chegando a ser o maior núcleo de caprinos existente no Parque Natural da Serra da Estrela, falamos nos casos concretos, das freguesias de Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada.

Os recursos hídricos existentes no território, noutras épocas também foi um elemento fulcral no desenvolvimento das suas débeis economias, que podemos confirmar através do elevado número de moinhos e lagares de azeite existente ao longo das linhas de água, outra atividade que se desenvolveu a partir deste elemento, foi sem dúvida a indústria de lanifícios, o caso de Unhais da Serra com a Penteadora. Como podemos ver, a água, outrora teve um papel fundamental no desenvolvimento local destas freguesias. Sendo densa, mas com oscilações em termos de caudal, em que período do verão estas linhas de água secam.



Fonte: ADERES, 2009

Figura 11 - Carta da Rede Hidrográfica Estrela-Sul

III.3.4.3 - Acessibilidades e infraestruturas

As acessibilidades existentes no território são de traçado antigo datando da década de 40 do século passado, com um estado avançado de degradação, sendo influenciado a sua construção pelas características morfológicas existentes, considerados péssimos. Anteriormente a esta data, os acessos para as aldeias, era através de carreiros e veredas, que eram trilhos de pastores e donos de pequenas propriedades que existiam nas vertentes da serra. Começando a região, ter acesso, à “civilização moderna” (Carvalheira, 2000: 30), pelas estradas nacionais 343-1 e 230, e municipal 512.



Fonte: ADERES, 2009

Figura 12 - Carta de Acessibilidades Estrela-Sul

Em termos de infraestruturas desportivas e de lazer, registam-se progressos significativos, dando o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER um forte impulso, em termos de piscinas, pavilhões e polidesportivos e outros equipamentos. Antes do surgimento da intervenção LEADER nesta área, o território carecia, de tais equipamentos, com exceção do Couto Mineiro, mas por outros motivos.

Com a caracterização deste território marcadamente pela sua ruralidade, pensamos que conseguimos provar, devido às suas características territoriais, sociais, culturais e políticas, tendo-se desenvolvido um povo com características muito específicas. Sendo as suas causas em primeiro lugar, geradas pelo isolamento destas aldeias, relativamente aos grandes centros industriais e comerciais da época. O segundo fator, deve-se ao surgimento na zona da Panasqueira e no núcleo de freguesias circunvizinhas, um grande pólo de desenvolvimento, a riqueza era tanta, que nesta região são criadas infraestruturas, invejadas pelas próprias cidades, como são o caso do hospital considerado dos melhores que existia no país, uma sala de cinema, infraestruturas desportivas e equipamentos sociais, levando que as pessoas que viviam no Couto Mineiro, tinham à mão tudo o que necessitavam, não sendo necessário deslocar-se à Covilhã ou Fundão. Aglomerando em seu torno, um grande número de freguesias de características rurais, com caracteres socioeconómicos e culturais muito idênticas. Este isolamento geográfico criou, uma vivência própria e autónoma, aproveitando os recursos existentes localmente. Reclamando assim, para si uma intervenção própria para o sul dos concelhos da Covilhã e Fundão.

Capítulo IV

A Democracia Local na Estrela-Sul

*“Nas aldeias da zona rural, pela ADERES promovidas
não há terras escolhidas, há projetos e realidades,
Gentes de todas as idades.”*

Adelaide Vilela, 2003



IV.1 - Enquadramento

Neste capítulo a reflexão incidirá no estudo de caso e no desenvolvimento da democracia local, na unidade de planeamento denominado de Estrela-Sul. Estudaremos os motivos e causas que levaram à origem da democracia local neste território, sendo a causa do aparecimento de dois Grupos de Ação Local. Analisaremos os níveis de participação da Sociedade Civil ao longo do processo de democracia local na Estrela-Sul.

A razão da escolha do processo de implementação de democracia local desenvolvido pelo GAL ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, como caso de estudo, não se deve exclusivamente pela ligação que existe, como membro do respetivo Grupo de Ação Local. Mas sim, a existência de outros pressupostos, mais relevantes que levaram à opção por esta entidade. Em primeiro lugar, a *“origem do Grupo de Ação Local”*²¹, tendo sido a partir de uma parceria de instituições privadas e públicas. Em segundo lugar, integra um grupo restrito de entidades, que possuem uma zona de intervenção, totalmente rural, com a particularidade de ter a sua sede social, numa freguesia rural, em Cortes do Meio, concelho da Covilhã. A terceira razão, que apresentamos, devém das características específicas do território, que levou a desencadear um projeto de desenvolvimento rural, antinatural, para os pensadores clássicos portugueses do desenvolvimento regional, que defendem, que os territórios de intervenção devem estar equiparados aos limites das Nomenclatura de Unidades Territoriais, não tendo atenção por vezes, por parte, dos planeadores que podem existir duas realidades diferentes, dentro da mesma região ou dentro do próprio concelho, e que não pode ser ignorado, que é o caso da Cova da Beira. A existência de duas *“Covas da Beira”*, a Cova da Beira, que podemos considerar, propriamente dita, caracterizada por ser agrícola e industrial e encaixada no vale, e ainda a Cova da Beira que integrou, com faixas reduzidas na Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e outras freguesias, em conjunto com as Nomenclatura de Unidade Territorial III Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, e algumas freguesias da Beira Interior Sul, marcadamente pinhal e montanhosa, pelo fato de compartilharam um *“conjunto de características estruturais”* (IDARC, 2001: 3). Recordando, declarações de Carlos Pinto, proferida numa Assembleia Municipal, Presidente da Direção da RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural e do Município da Covilhã, demonstrado, sem dúvida a pouca recetividade pelo desenvolvimento da democracia local na região da Cova da Beira:

“O Senhor Ministro, que entretanto até já deixou o cargo, só podia ter seguido um de dois caminhos; ou atribuía um bolo a cada uma das associações ou então não permitia que se truncasse uma NUT perfeita, o que foi feito por parte da ADERES [...] não se ter deixado que Penamacor integrasse a Comurbeiras por não

²¹ Maria do Rosário Serafim (1999: 97). Classifica a origem das associações LEADER, em três tipos de iniciativa: conjunto de cidadãos (31,1%), iniciativa de instituições privadas/públicas (37,8%) e de Câmaras Municipais (31,1%), num universo, de 45 grupos de ação local.

fazer parte da NUT, mas ao mesmo tempo no PRODER permitiu que se fizesse esta barbaridade” (Carlos Pinto, in RCB).

As suas declarações e posições evidenciam, falta de mentalidade para o desenvolvimento regional, autoritarismo e pouco respeito por projetos alternativos, no seu concelho. Estando preso a interesses, não os da região. E por último, a razão mais forte, no nosso entendimento, foi a génese do Grupo de Ação Local, teve como motivo principal, uma rutura local, ao modelo político, hegemónico até à data, ter emergindo de um grupo de cidadãos e entidades que pretendiam uma maior participação, no processo de construção, implementação e gestão do Plano de Ação Local do GAL RUDE. Os debates e reuniões promovidos, por um grupo de cidadãos, concluíram então que, o GAL RUDE era uma entidade pouco ligada ao Mundo Rural, devido essencialmente, pelas seguintes razões: constituído por um movimento de cidadãos que nasceu na cidade, estando afastada das áreas rurais, com forte presença de “*políticos profissionais*”; a sua sede está localizada na cidade da Covilhã, território não elegível na Abordagem LEADER; tendo mesmo, a associação desrespeitado os seus parceiros, já que a primeira fase do programa foi gerida de forma ditatorial, desvirtuando a filosofia do programa, violando o principal princípio, que seria o envolvimento e participação das populações rurais, sendo uma entidade antidemocrática, não admitindo o diálogo e a gestão participada; os estatutos violam o direito de participação e da democratização do espaço público e a maioria das freguesias não foram beneficiadas, pelo anterior Plano de Ação Local (ADERES, 1994: 59). E portanto, com base nesta argumentação e devido a um processo negocial local, nasceu uma nova alternativa, onde se destacaram as autarquias locais, estando criadas, todas as condições, para ADERES apresentar, o seu processo de certificação como GAL. “*Numa primeira fase, diga-se, o processo não foi fácil e levantou alguns desencontros e até desentendimentos*” (ADERES, 1997: 32). E portanto, toda a polémica que temos assistido, ao longo destes últimos anos entre ambas as entidades. E é destas rupturas, que se encontra a verdadeira essência, das políticas alternativas, que procuram furar as políticas totalitaristas, impostas de cima para baixo, não envolvendo os interessados na sua discussão.

IV.2 - Origem da Democracia Local no Território de Estudo

Mas antes do aparecimento da ADERES, o território e os atores locais, em causa, já tinham experimentado e tinha adquirido capacitação em projetos de participação coletiva. Onze das dezoito freguesias, do território de intervenção, estavam envolvidos noutra iniciativa de trabalho em rede, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária Pobreza Três, denominado de “*Aldeias de Montanha - AM23*”. Outro Pólo de democracia participada, no campo de ação das políticas públicas alternativas, desenvolvida na época, foi o caso da CODICOR - Cooperativa de Desenvolvimento Integrado de Cortes, através do projetos HORIZON, NOW e EUROFORM, iniciativas que tinham o objeto principal, a inclusão social das

mulheres das freguesias rurais, nos processos de desenvolvimento económico, cultural e social destes espaços.

A Associação de Desenvolvimento Rural foi constituída em 03/10/1994. O seu núcleo fundador foi essencialmente, dez autarquias (Freguesia de Cortes do Meio, Freguesia do Sobral de São Miguel, Freguesia de Unhais da Serra, Freguesia do Peso, Freguesia de Erada, Freguesia de Silvares, Freguesia do Barco, Freguesia da Coutada, Freguesia de São Jorge da Beira e Freguesia do Ourondo) e uma entidade privada a CODICOR - Cooperativa de Desenvolvimento Integrado de Cortes. Em vinte e nove de Agosto de 1994, ADERES comunica à Comissão Nacional LEADER, a total rutura com o sistema atual e a intenção de apresentar candidatura de reconhecimento como GAL, ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II. E após a chegada de um acordo positivo, num processo de compatibilização entre ambas entidades, a ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, em quatro de Julho de mil e novecentos e noventa e sete, foi credenciada pelo Organismo Intermédio Nacional LEADER, como GAL. Estando ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul habilitado para a elaboração do Plano de Ação Local no território de intervenção denominado de Estrela-Sul, constituído por dezoito freguesias, sendo doze do Concelho da Covilhã (Aldeia de São Francisco, Barco, Casegas, Cortes do Meio, Coutada, Erada, Ourondo, Paul, Peso, São Jorge da Beira e Unhais da Serra) e seis do Concelho do Fundão (Barroca, Bogas de Baixo, Bogas de Cima, Janeiro de Cima, Lavacolhos e Silvares). De acordo com a ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul (1997: 32), a opção por este território, deve-se sobretudo pelo desejo de atuação e pela aptidão de negociação dos membros que constituem o GAL ADERES, na reclamação de alterações locais, pela falta de políticas de desenvolvimento local neste espaço. Estimulando assim, as populações locais, para o desenvolvimento das suas aldeias, discriminadas de qualquer processo de desenvolvimento económico e social participado.

IV.3 - Análise do Estudo de Caso

A metodologia que definimos para analisar o envolvimento da Sociedade Civil, nos Programas LEADER, incidiu sobre três momentos; na fase da constituição do Grupo de Ação Local, nas fases de construção dos planos de desenvolvimento local e por último, na execução das iniciativas e das linhas estratégicas de desenvolvimento. Tentaremos perceber ao longo dessa reflexão, se esta abordagem permite fomentar a participação no planeamento de políticas públicas regionais. Como refere a ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (1997: 27), o envolvimento das populações é fundamental para um sistema de progresso dos territórios rurais.

A análise do estudo em termos da democracia participativa, no planeamento de políticas públicas regionais, leva-nos analisar o processo de tomada de decisões, por parte da Sociedade Civil. Para tal iremos utilizar a classificação, definida e utilizada por Antunes

(1981: 14-15), no seu estudo denominado “*Participação e Desenvolvimento do Mundo Rural*”. A primeira noção de participação é o nível de envolvimento do cidadão na gestão das estratégias de desenvolvimento. A segunda perspetiva, o cidadão aparece como indivíduo passivo, acomodando-se às políticas impostas por quem detêm o poder de decisão. O terceiro critério de análise, a participação surge do carisma do líder na manipulação e mobilização ideológico. E por último, a distribuição do poder por todos que estão envolvidos, influenciado a decisão.

IV.3.1 - Participação da Sociedade Civil no Grupo de Ação Local

A Comunidade Europeia definiu os grupos de ação local como sendo parcerias constituídas por entidades públicas e privadas, que constroem conjuntamente uma estratégia de desenvolvimento rural, envolvendo a participação dos parceiros (agentes económicos e sociais de diferentes setores económicos, associações e organizações não governamentais nas áreas de ambiente, cultura e integração social) (Comunicação da Comissão aos Estados-Membros 94/C180/12 de 15 de Junho de 1994). Mais tarde, com o LEADER+, é introduzido um novo critério, a Sociedade Civil deve deter pelo menos 50% do poder de decisão (Comunicação da Comissão aos Estados-Membros 2000/C139/05 de 14 de Abril de 2000). Compete ao Grupo de Ação Local fomentar o envolvimento da população no processo de desenvolvimento do território em causa, certificar a participação ativa dos membros que constituem a parceria local na execução, no acompanhamento e na apreciação da estratégia definida e, se necessário, proceder a alterações nas estratégias, de forma a atingir os objetivos propostos, informar a população local relativamente ao conteúdo e impacte das estratégias e promover a divulgação dos apoios aplicáveis ao território, promover a aplicação e articulação coerente com outras medidas e instrumentos de políticas incidentes no território, participar em redes, elaborar e apresentar os relatórios de execução.

O Grupo de Ação Local é também dotado de duas estruturas de apoio. A primeira é o Órgão de Gestão que é constituído por um número ímpar de membros, refletindo de forma proporcional a composição da parceria e que tem a competência de garantir de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão dos planos de ação; decidir, com base nos pareceres elaborados pela Estrutura Técnica Local, sobre os pedidos de apoio apresentados às várias medidas de apoio, representar o Grupo de Ação Local junto das entidades nacionais e comunitárias, aprovar os regulamentos, apresentar à autoridade nacional os pedidos de pagamento, definir os critérios de seleção, aprovar os relatórios de execução (Comunicação da Comissão aos Estados-Membros 2000/C139/05 de 14 de Abril de 2000). Durante, a implementação do LEADER II, verificamos que, o Órgão de Gestão coincidia com a Direção da Entidade. No programa LEADER+, a entidade, constituiu um novo órgão específico para exercer estas funções denominada de Conselho de Gestão, organizada por sete entidades: uma autarquia local, quatro associações e duas empresas. Para a gestão, do atual quadro, o órgão de gestão passou de sete para nove entidades, isto é, duas autarquias locais, cinco

associações, uma empresa e um cidadão. A segunda estrutura existente é a Equipa Técnica Local, uma entidade multidisciplinar responsável pela elaboração do regulamento relativo ao processo de apresentação e análise das operações, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução dos pedidos de apoio, de acordo com as indicações técnicas e submeter à aprovação por parte do órgão de gestão, emitir pareceres técnicos de avaliação dos pedidos de apoio, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade e de seleção, analisar os pedidos de pagamento apresentados, proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, bem como sobre a execução dos planos de ação, para a elaboração dos respetivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação e preparar os relatórios de execução.

Como foi referido anteriormente, podemos classificar a Sociedade Civil em três conceções, a primeira versão apresentada é a doutrina jusnaturalista, que refere a existência de várias modalidades de organização de cidadãos, agrupando-se, para colmatar as suas diversificadas necessidades. A segunda variante está relacionada, com as mudanças no espaço público, onde se manifestam as transformações políticas, causadas pela emancipação de organizações de cidadãos, passando a serem o contrapoder ao totalitarismo político. A terceira está conotada ao idealismo de uma Sociedade sem Estado. Definindo então, a Sociedade Civil, como espaço de ligações sociais não controladas pelo Estado, sendo os centros de decisão, construídas por formações de cidadãos ou representantes de cidadãos, onde se localizam as contendas económicas, sociais, ideológicos, religiosos, que deveriam ser, os governos a resolverem os problemas existentes na esfera pública (Bobbio 1986: 33-52).

Em seguida passa-mos analisar, a evolução da participação da Sociedade Civil no seio do GAL ADERES, escolhendo como metodologia de análise quatro períodos, a constituição da entidade, na fase de reconhecimento de Grupo de Ação Local para os períodos 1998-1999, 2000-2006 e 2007-2013.

Tabela 6 - Composição do GAL ADERES

	1994	1997	2001	2010
Entidades Públicas ²²	10	15	16	29
Cidadãos e Organizações de Cidadãos ²³	1	7	35	57
TOTAL	11	22	51	86

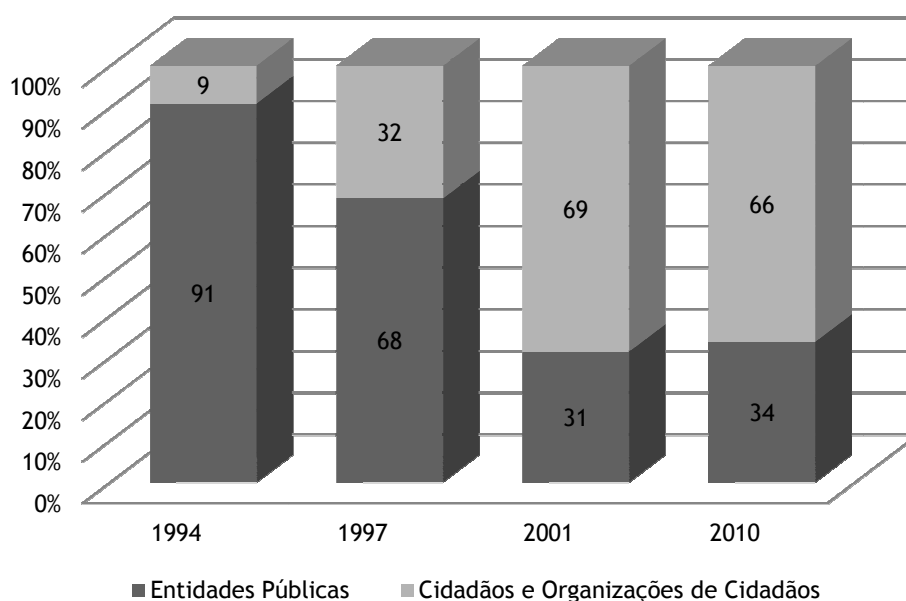
Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Como podemos verificar, no quadro 6, a composição do GAL ADERES, sofreu uma transformação significativa, podendo mesmo separar em duas fases. A primeira fase, as

²² Entidades Públicas são: Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais, Institutos Públicos, Fundações Públicas, Associação Públicas e Empresas Públicas.

²³ Sociedade Civil é: Empresas Privadas, Associações Privadas, Cooperativas e Cidadãos Individuais.

entidades públicas, detinham um maior peso, verificando-se a sua viragem, aquando da constituição do Grupo de Ação Local para a terceira fase do programa LEADER, onde se inverteu o peso da Sociedade Civil, passando a estar em maior presença (17 Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras associações, 10 empresas e 8 em nome individual). Existe duas razões que encontramos para explicar esta situação. Em primeiro lugar, a génese da constituição da associação era criar massa crítica e, portanto, inicialmente, foi criado um “grémio” de freguesias, abrindo, mais tarde, as portas da associação à Sociedade Civil, principalmente a individualidades da região e, mais tarde, a outros tipos de organizações. O segundo fator que não existia, nas duas primeiras gerações do programa, é o requisito de elegibilidade em que mais de 50% da capacidade de decisão tinha de estar detida nas mãos da Sociedade Civil. Assim, foi nesse período que se registou o maior “boom” de adesão por parte de entidades privadas, nomeadamente, associações e empresas, pelo fato, de darem destaque à ação da instituição, e principalmente, do programa no processo de desenvolvimento, do nicho Estrela-Sul, e portanto não se podia deixar fugir, uma nova oportunidade, em resolver o subdesenvolvimento deste espaço rural.

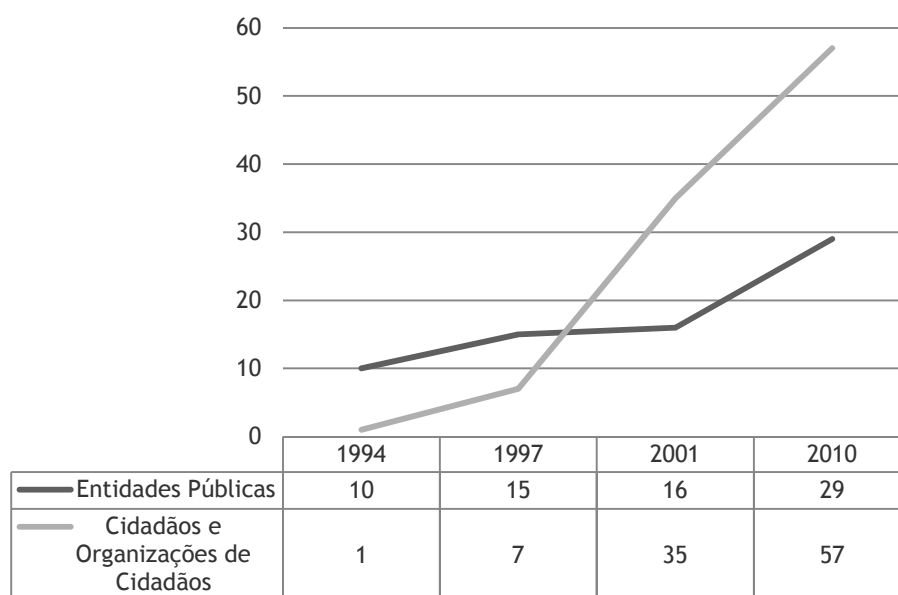


Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Figura 13 - Evolução da relação Estado/Sociedade Civil no GAL ADERES

Da análise do gráfico 13 verifica-se que o peso das entidades públicas, em termos percentuais, tem vindo a decrescer ao longo do tempo, na constituição o peso era de 91%, enquanto, no processo de reconhecimento como Grupo de Ação Local ao Subprograma 3 do Programa de Desenvolvimento Rural, em termos percentuais, hoje as entidades públicas, representam só 34% do Grupo de Ação Local. Várias explicações existem. O aumento das entidades privadas, não se deve a uma imposição regulamentar, mas sim, foi induzido pelo

trabalho desenvolvido pela equipa técnica, no terreno, ao longo dos vários processos de montagem e implementação das várias estratégias de desenvolvimento, incentivando os vários agentes locais no envolvimento no processo, através da informação e da formação, já que inicialmente, esta filosofia de trabalhar os territórios rurais, denominada de Abordagem LEADER, era pouco divulgado, e portanto, suscitou bastante interesse por parte das populações e seus representantes, desencadeando assim, dinâmicas suficientes, para a dinamização de um projeto desta envergadura. O segundo motivo é o reconhecimento por parte do território, na importância deste tipo de programa, como é o caso do LEADER, no desenvolvimento dos territórios rurais, e portanto, só é possível canalizar este tipo de intervenções de extrema relevância, caso a Sociedade Civil participe ativamente, e essa consciencialização, está ganha, pelo fato que são os membros do Grupo de Ação Local, no seu conjunto que são avaliados e reconhecidos, as suas capacidades em desenvolver um projeto deste índole. A proximidade da intervenção é outro fator, permite estar mais próximo dos problemas do território, e portanto, os atores estão mais recetivos na partilha da resolução das causas. E por último, devido à reestruturação territorial, da intervenção do GAL ADERES, com um alargamento da sua intervenção para mais sete freguesias do concelho de Castelo Branco, as entidades públicas ganharam espaço, em 3%.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Figura 14 - Evolução das Entidades Públicas e Sociedade Civil no GAL ADERES

Atualmente, a Sociedade Civil, está representado por 57 membros no Grupo de Ação Local, estando a ser preparado o futuro processo de creditação, para o período 2014-2020, na qual continua haver interesse de adesão por parte da Sociedade Civil, em participar a gestão.

Por outro lado, estranho que pareça, começa a existir alguma erosão por parte de algumas entidades, nomeadamente, as públicas, que estão a solicitar a sua saída, pelo fato que o programa, não tem vindo ao encontro dos interesses destas entidades. Outra explicação é a existência de um grupo restrito de autarcas, e que estranhamente, passadas duas décadas da existência do programa, não entendem ou não querem entender o funcionamento do mesmo, afirmado que não se reveem mais neste tipo de programa e do caminho que tem traçado o Grupo de Ação Local. Atualmente o investimento público disponível na estratégia de desenvolvimento local 2007-2013, para as autarquias representa só cerca de 14% da despesa pública disponível, aproximadamente 4.120.000,00 euros. Os regulamentos de aplicação, vedaram o acesso das maiorias das intervenções, às autarquias, tornando assim esta intervenção pouco atrativo para estas entidades.

Verificamos também nos documentos de trabalho da ADERES, a existência de outros dispositivos, para o aumento da participação, mas nunca saíram do papel, nomeadamente, o Conselho Consultivo, Conselho de Avaliação e o Observatório, de extrema relevância para aumentar a eficiência e eficácia dos planos de desenvolvimento.

Tabela 7 - Composição da componente Sociedade Civil do GAL ADERES

	1994		1977		2001		2010	
Organizações de agricultores	0	0,00	0	0,00	5	14,29	5	8,77
Organizações de artesãos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,75
PME's	0	0,00	0	0,00	10	28,57	11	19,30
Mulheres	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	7,02
Jovens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	5,26
Consumidores	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Agentes Sociais	1	100,00	2	28,57	6	17,14	10	17,54
Agentes culturais e desportivos	0	0,00	0	0,00	6	17,14	8	14,04
Outros	0	0,00	5	71,43	8	22,86	15	26,32
TOTAL	1	100,00	7	100,00	35	100,00	57	100,00

Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Podemos verificar que, ao longo do desenvolvimento das várias fases do programa, o grupo da Sociedade Civil mais representativo dentro do Grupo de Ação Local têm sofrido significativas alterações. Na constituição da associação, as entidades sociais tinham mais peso. Na segunda geração do programa registamos presença de agentes sociais, nomeadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social e associações de desenvolvimento local e outros, verificando-se a presença de cidadãos em nome individual. Na terceira fase, verifica-se alterações significativas na composição da Sociedade Civil: 29% de Pequenas e Médias Empresas, 23% de cidadãos, 17% para os agentes sociais e culturais e desportivos e 14% de organizações de agricultores. Para o Quadro Comunitário a vigorar entre 2007-2013, 26% de cidadãos; 19% de Pequenas e Médias Empresas; 18% para os agentes sociais; 14% de entidades

culturais e desportivos; 9% de organizações de agricultores; 7% de mulheres; 5% de Jovens e 2% de organizações de artesãos.

IV.3.2 - Participação da Sociedade Civil na construção dos Planos de Ação

Local

Para a concretização do Programa Nacional LEADER II, o Ministério da Agricultura, organizou o plano em nove medidas de apoio. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural, à Formação Profissional Específica e Ajudas à Contratação, de Apoio à Diversificação das Atividades Económicas, de Valorização e Comercialização das Produções Agrícolas, Silvícolas e Pesca Local, de Preservação e Valorização do Ambiente e da Qualidade de Vida, às Ações de Cooperação, Outras e Funcionamento do Grupo de Ação Local. Mas, independentemente das linhas gerais, os Grupos de Ação Local, possuem autonomia suficiente, para a definição da estratégia de desenvolvimento e as políticas para serem implementadas. No caso concreto do Grupo de Ação Local em análise, durante o processo de diagnóstico, adotou como sistema de planificação de políticas públicas um conjunto de iniciativas de recolha de informação, sendo do nosso entendimento as mais relevantes as Assembleias de Freguesia, reuniões desenvolvidas junto das populações; realização do Fórum dos Atores Locais e levantamento de intenções de candidaturas.

Foi com base na informação recolhida que o GAL ADERES definiu, então, a sua estratégia e as linhas de atuação. Sendo os objetivos e as metas atingir os seguintes: a gestão integrada de ações de desenvolvimento rural local visando a qualidade de vida e o emprego, participar no ordenamento dos espaços da zona de intervenção, valorizar os recursos naturais, promover a utilização racional dos recursos ambientais, revitalizar práticas agropecuárias inovadoras, organizar e promover a oferta de produtos turísticos do meio rural, dinamizar infraestruturas e equipamentos coletivos, preservar e valorizar o património, apoiar atividades socioculturais, lúdicas tradicionais e desportivas, colaborar na educação tradicional, e em ações de formação para o desenvolvimento e o emprego, incrementar ações de solidariedade, saúde e proteção social, promover ações de cooperação e intercâmbio, impulsionar a renovação, modernização e inovação tecnológicas, investigação, gestão de dados, informação, divulgação e promoção, apoiar as artes e ofícios tradicionais, as Iniciativas de Desenvolvimento Local e as Pequenas e Médias Empresas; apoiar estudos de mercado, a certificação e a comercialização (ADERES, 1997).

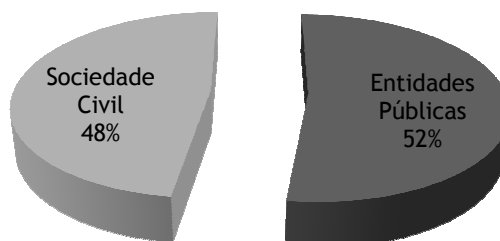
Tabela 8 - Linhas de desenvolvimento definidas no Plano de Ação Local (1998-1999)

Ação	Designação da Ação
1.1.1	Animação para o desenvolvimento local
1.1.2	Gestão da informação e da comunicação intercomunitária
1.1.3	Aprendizagem cultural
1.1.4	Atividades ocupacionais de cultura e lazer
1.1.5	Intercâmbio cultural
2.1.1	Formação ambiental necessária à execução de outras ações
2.1.2	Formação para o desenvolvimento
2.1.3	Apoio à contratação
3.1.1	Criação de uma oferta turística rural integrada de qualidade
3.1.2	Alojamento turístico
3.1.3	Animação e lazer
3.1.4	Serviços Gastronómicos
3.1.5	Restauro e valorização de edifícios e sítios rurais de interesse turístico
3.2.1	Apoio às atividades artesanais
3.3.1	Apoio às iniciativas locais de emprego inovadoras
3.4.1	Promoção e apoio às atividades e comercialização de produtos locais
4.1.1	Manutenção e revitalização das técnicas e tradições do pastoreio
4.2.1	Plantas aromáticas e medicinais
4.2.2	Revitalização e revalorização das espécies vegetais locais
4.3.1	Melhoria da apicultura e valorização dos produtos melíferos
4.3.2	Gastronomias locais
4.4.1	Exposição e promoção de produtos locais
5.1.1	Educação ambiental e interpretação da natureza
5.1.2	Soluções inovadoras na recolha de resíduos sólidos
5.1.3	Museologia e educação etnográfica, ambiental e patrimonial
5.1.4	Criação, adaptação e conservação de zonas de lazer de utilidade pública
5.1.5	Renovação e desenvolvimento das aldeias e do património construído
5.1.6	Marketing social
6.1.1	Valorização e promoção das atividades e produtos locais e regionais
7.1.1	Incrementar a formação para o desenvolvimento
7.1.2	Conhecer e reforçar uma identidade, divulgar e promover um território

Fonte: ADERES (1997)

Analisando os dados disponíveis, relativamente à definição das ações do Plano de Ação Local temos de referir o seguinte, aproximadamente 48% das intenções de candidatura apresentadas eram da Sociedade Civil, destacando-se as organizações de cidadãos, prestadores de serviços culturais, desportivos e sociais. Pode-se também destacar, que pelas características do território em causa, o interesse de um grupo reduzido de cidadãos, que

pretendiam devolver atividades económicas, demonstrando o território alguma capacidade de dinamização económica.

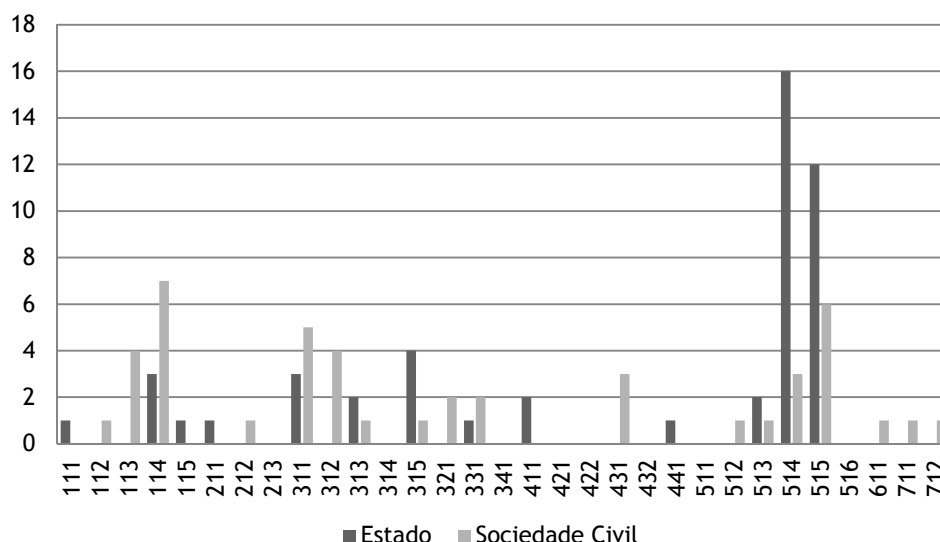


Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Figura 15 - Peso das Intenções de candidaturas apresentadas pelas Entidades Públicas e Sociedade Civil

Do gráfico 15 podemos referir que o diagnóstico desenvolvido e o plano de ação definido, em termos de políticas, teve em atenção as necessidades e foi ao encontro das entidades e cidadãos consultados, que participaram no processo de diagnóstico. A estratégia de desenvolvimento local, para o período 1998-1999, era constituído por trinta e uma linhas de apoio. A gestão da informação e da comunicação intercomunitária, a aprendizagem cultural, a formação para o desenvolvimento, o alojamento turístico, o apoio às atividades artesanais, a melhoria da apicultura e valorização dos produtos melíferos, as soluções inovadoras na recolha de resíduos sólidos, a valorização e promoção das atividades e produtos locais e regionais, a incrementar a formação para o desenvolvimento, conhecer e reforçar uma identidade, divulgar e promover um território, foram exclusivamente destinadas à Sociedade Civil. Contribuindo assim, maioritariamente, a Sociedade Civil na definição das seguintes atuações, atividades ocupacionais de cultura e lazer, criação de uma oferta turística rural integrada de qualidade e apoio às iniciativas locais de emprego inovadoras. A Sociedade Civil influenciou reduzidamente, nas ações de Animação e lazer, de Restauro e valorização de edifícios e sítios rurais de interesse turístico, de Museologia e educação etnográfica, ambiental e patrimonial, de Criação, adaptação e conservação de zonas de lazer de utilidade pública.

Verificamos oito linhas de ação, sem registo de intenções de candidatura, apoio à contratação, serviços gastronómicos, promoção e apoio às atividades e comercialização de produtos locais, plantas aromáticas e medicinais, revitalização e revalorização das espécies vegetais locais, gastronomias locais, educação ambiental e interpretação da natureza e marketing social, o que indica que a sua inclusão, no plano de ação, foram impostas pela direção da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 1997)

Figura 16 - Intenções de candidatura por ação de atuação

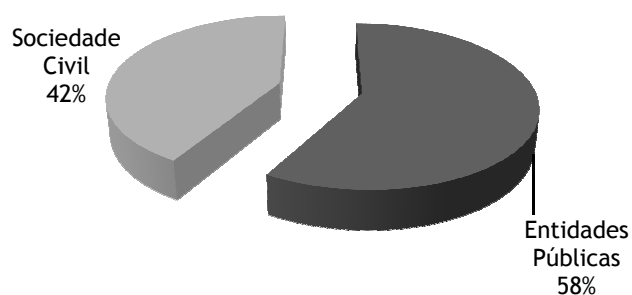
Em relação, ao Programa Nacional LEADER+, foi composto pelas seguintes medidas, Investimentos em infraestruturas, Ações imateriais, Aquisição de competências e Despesas de funcionamento do Grupo de Ação Local. A partir destes pressupostos, o GAL ADERES construiu seu Plano de Desenvolvimento Local para o período de 2000-2006, Tema Forte: Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências das Zonas Rurais. Os objetivos traçados para este período de programação, foram: diversificar e melhorar o nível das componentes organizativas e das competências do território Estrela-Sul, mobilizar e apoiar as dinâmicas do território e a iniciativa local, dinamizar a informatização rural, o acesso à sociedade da informação e do conhecimento, e à participação ativa na economia eletrónica, desenvolver o conhecimento e o quadro de oportunidades do potencial estratégico do território Estrela-Sul, fomentar e promover o aproveitamento social e económico sustentado do quadro de oportunidades do potencial local, satisfazer necessidades de infraestruturas sociais e de desenvolvimento local, proteger, valorizar e promover o aproveitamento do património natural, cultural agrícola e ambiental, promover a convivialidade cidadã, a coesão social e a qualidade de vida, Incrementar os intercâmbios e a cooperação interterritoriais e transnacionais (ADERES, 2001).

Tabela 9 - Linhas de desenvolvimento definidas no Plano de Desenvolvimento Local (2000-2006)

Ação	Designação da Ação
1.1.1	Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento local
1.1.2	Infraestruturas sociais, cívicas, culturais e desportivas
1.2.1	Incremento da produção, inovação e qualidade dos produtos locais
1.2.2	Apoio à modernização e organização das PME's
1.2.3	Criação de serviços de proximidade e empresas de inserção
1.2.4	Estímulo à comercialização dos produtos locais
1.2.5	Turismo ambiental, alojamento, gastronomia e animação em espaço rural
1.2.6	Iniciativas de NTIC, informatização das empresas e economia eletrónica
1.3.1	Ordenamento de espaços florestais para fins lúdicos e pedagógicos
1.3.2	Requalificação dos espaços públicos das áreas centrais das aldeias
1.3.3	Recuperação e aproveitamento de construções rurais de traça tradicional
1.3.4	Criação de espaços museológicos de temática rural
1.3.5	Reforço das componentes organizativas e das competências territoriais
2.1.1	Formação para o desenvolvimento e a iniciativa local
2.2.1	Animação do território e adaptabilidade e reforço das dinâmicas e da iniciativa local
2.2.2	Identificação, valorização e promoção do potencial estratégico do território
2.2.3	Promoção da igualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias, à informação e ao conhecimento

Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2001)

Observando os elementos que possibilitaram, o delineamento das ações do Plano de Desenvolvimento Local, as intenções de iniciativas a desenvolver por parte da Sociedade Civil, representaram 42%, continuando em destaque as associações, como continuamos a louvar a coragem por parte dos cidadãos, em querer investir num território muito complicado em termos estruturais, para o desenvolvimento de atividades económicas.

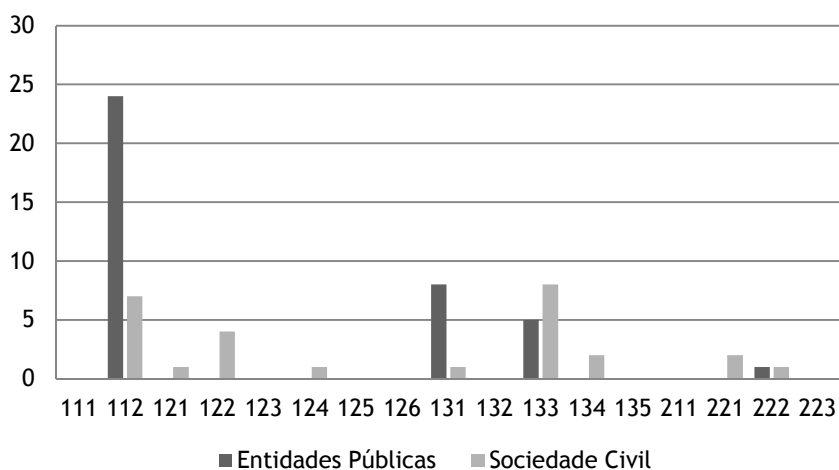


Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2001)

Figura 17 - Peso das Intenções de candidaturas apresentadas pelas entidades públicas e Sociedade Civil

Do gráfico 17, retiramos as seguintes ilações. A maior parte das ações definidas, no plano de desenvolvimento local, continuou a ter em atenção as prioridades definidas pela Sociedade Civil. A estratégia que vigorou, entre 2000-2006, estava composta por dezassete linhas de financiamento. Da qual cinco dela, estava destinada para a Sociedade Civil, incremento da produção, inovação e qualidade dos produtos locais; apoio à modernização e organização das

Pequenas e Médias Empresas; estímulo à comercialização de produtos locais; criação de espaços museológicos de temática rural e animação do território e adaptabilidade e reforço das dinâmicas e da iniciativa local; e contribuiu maioritariamente para mais uma, Recuperação e aproveitamento de construções rurais de traça tradicional. Sete das ações foram arquitetadas e “imposta” pela Direção da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, sendo mesmo uma delas, exclusiva para a entidade.



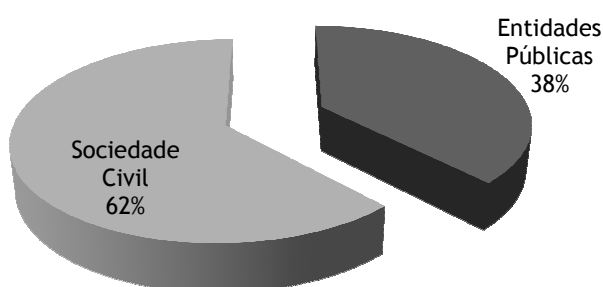
Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2001)

Figura 18 - Intenções de candidatura por ação de atuação

IV.3.3 - Participação da Sociedade Civil na implementação dos Planos de Ação Local

A seguir iremos proceder, à análise da execução das estratégias de desenvolvimento local para a segunda e terceira fase do programa LEADER. Sendo da nossa opinião, os indicadores mais relevantes de observar no âmbito da teoria da democracia local, nos moldes que defendemos nesta investigação. O estudo incidirá, no número de iniciativas e montantes de investimento aprovado, ao abrigo dos planos de intervenção.

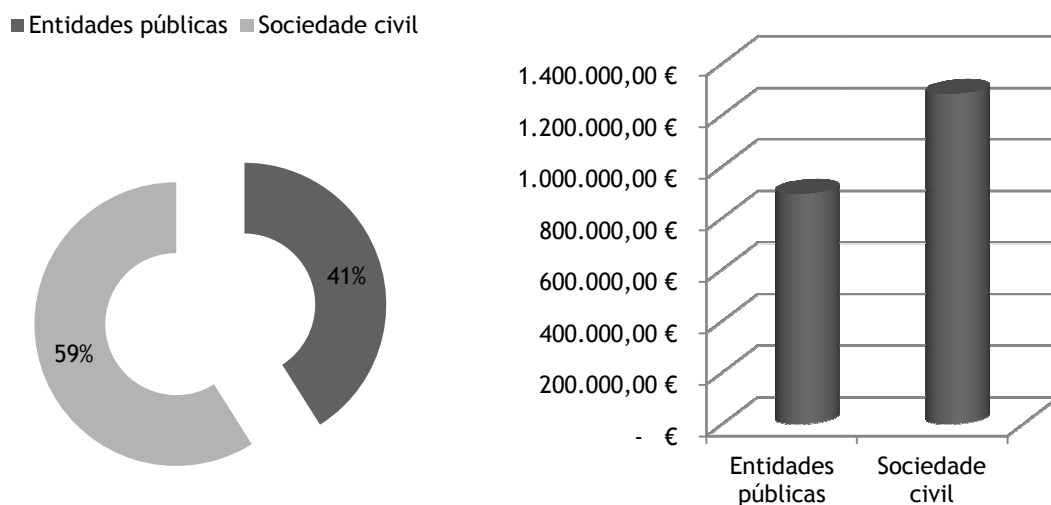
Como podemos observar, 62% das candidaturas aprovadas, ao âmbito do Plano de Ação Local, foram para a Sociedade Civil e os restantes 38% para entidades públicas.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2001)

Figura 19 - Proporção de candidaturas aprovadas para Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER II

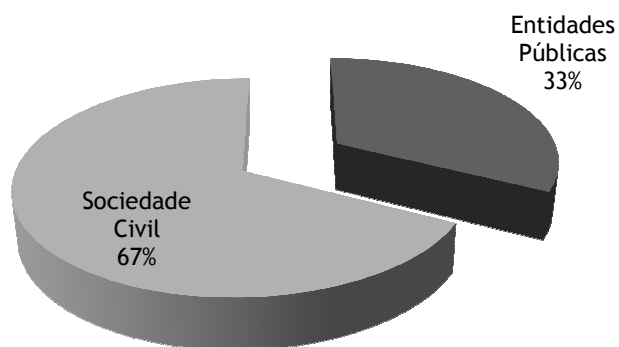
Dos dados recolhidos do relatório de execução final do programa LEADER II, verificamos que, 59% do campo de ação do investimento foi realizado, pela Sociedade Civil, atingindo um montante global de 1.280.887,50 euros e o investimento público ficou pelos 892.884,49 euros.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2001)

Figura 20 - Percentagem e montante de investimento pela Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER II

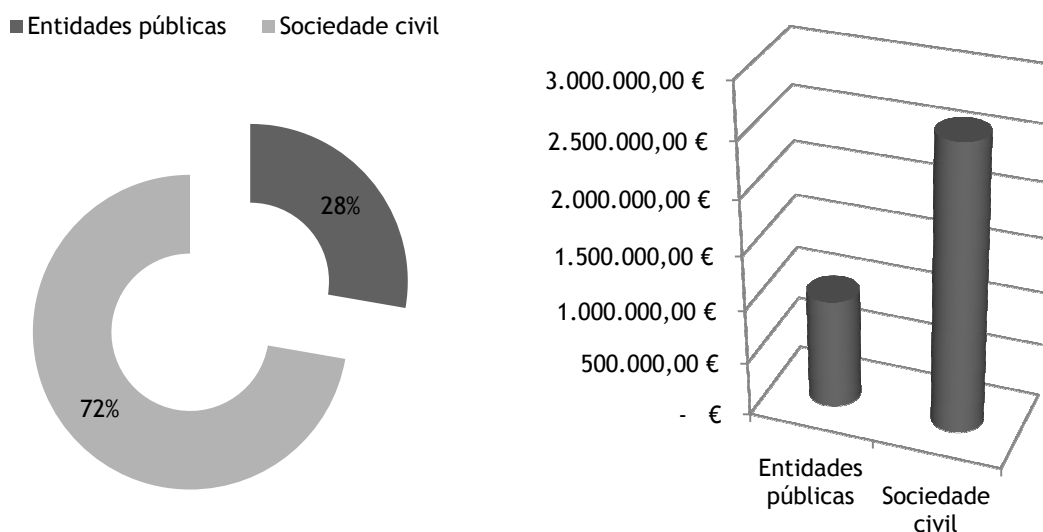
Relativamente, ao programa LEADER +, 67% das operações aprovadas, no Plano de Desenvolvimento Local, foram destinadas para a Sociedade Civil e os restantes 33% coube às entidades públicas.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2009)

Figura 21 - Investimento realizada pelas entidades públicas e Sociedade Civil no LEADER+

Da informação tratada a partir do relatório de execução final do programa LEADER +, destacamos que, 72% do investimento enquadrado no plano de desenvolvimento foi efetuado pela Sociedade Civil, atingindo um valor total de 2.617.398,19 euros e o valor público 1.003.863,27 euros.



Fonte: Elaboração própria (Dados ADERES, 2009)

Figura 22 - Percentagem e montante de investimento pela Entidades Públicas e Sociedade Civil no LEADER +

Nas considerações finais, sobre este capítulo, a análise incidiu sobre, três fases do processo de políticas públicas, diagnóstico, implementação e gestão. Podemos então, destacar que a Sociedade Civil, no caso da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, tem

vido a ganhar maior realce e importância no sucesso das estratégias de desenvolvimento local, ao longo das várias fases do programa LEADER. Inicialmente, a entidade gestora desta iniciativa comunitária, para o território Estrela-Sul, foi criada maioritariamente por um conjunto de entidades públicas, na procura de agarrar novas oportunidades, de tentar resolver os profundos problemas estruturais existentes na região, impulsionada pela insatisfação do não envolvimento deste conjunto de entidades no processo de desenvolvimento das suas freguesias. Mas, ao longo da implementação do mesmo, a Sociedade Civil, reconhecendo a importância destas intervenções territoriais de base multissetorial, ganhou consciência de querer participar nelas, desde a sua nascença, ou seja, a partir do delineamento e construção dos planos, e portanto, isso têm se refletido na composição do GAL ADERES, representando atualmente 66% dos elementos que constituem a parceria, realçando as novas formas de organização da Sociedade Civil, como são o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social, organizações de produtores florestais e as associações de desenvolvimento local.

Mas, no caso particular da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul, houve preocupação desde o início envolver a comunidade em geral, principalmente no envolvimento da construção das políticas, para isso criou vários dispositivos que facilita em influenciar as mesmas, através de desenvolvimento de reuniões de trabalho e na manifestação de interesse em desenvolver iniciativas económicas, culturais e sociais, que tem sido utilizado para a definição das ações e prioridades nos planos estratégicos. Verificando-se que o maior contributo, provém das entidades públicas, mas a Sociedade Civil, têm uma forte influência, na maioria da programação das ações de desenvolvimento e plano de financiamento. Mas curiosamente, na fase de execução, largamente a Sociedade Civil se destaca, executando mais de metade de despesa disponível. E portanto, da análise dos dados recolhidos junto da entidade e de trabalhadores, concluímos que no caso do GAL ADERES, existe um elevado grau de participação da Sociedade Civil, ao nível da gestão das estratégias, tanto aos graus do Grupo de Ação Local e do Órgão de Gestão. Podemos também salientar, no nosso entendimento, que existe distribuição do poder por todos os envolvidos, influenciando a decisão pelo menos ao nível da programação, mas o Grupo de Ação Local na fase da aprovação dos planos, mostra também algum passivismo, já que algumas políticas foram impostas por quem têm o poder de decisão final, que no caso da ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul é a direção.

Aspeto negativo, é sem dúvida, é alguma desmotivação por parte das entidades públicas, em quererem se afastar do processo, pelo fato de o seu peso de influenciar têm vindo a diminuir, como os seus representantes na sua maioria na nossa opinião ainda não se adaptaram aos novos ventos, que têm surgido dos movimentos de desenvolvimento territorial participado, em que o desenvolvimento das suas aldeias só será possível envolvendo todos, incluindo os privados.



Conclusão



O objetivo central deste trabalho foi expor uma abordagem alternativa na construção de políticas públicas, menos divulgado e conhecido, como não é o caso do orçamento participativo. Incorporando uma nova dimensão através da introdução da democracia participada, na tentativa de encontrar respostas aos problemas que os espaços rurais apresentam, pela via da dinamização destas áreas através da implementação de estratégias de desenvolvimento da autoria e da responsabilidade dos atores locais destes territórios.

Desde a implantação do “*anarquismo capitalista*” até aos nossos dias, temos assistido sistematicamente crises económicas e financeiras extrametes graves. Mas, hoje que atravessamos sem dúvida, a maior crise de sempre da nossa história mundial, nos tem levado a pensar qual é o melhor sistema de conceção de políticas pública, verticais ou horizontais!

A história veio demonstrar que os modelos verticais não são os mais desejáveis. Basta observar o modelo económico Socialista, com as experiências do Leste Europeu, que fracassaram redondamente e no caso da China teve de se render às evidências, em que observamos, que o seu sistema económico atual, é sem dúvida um modelo neoliberal, abrindo as portas, da sua economia ao capital estrangeiro e às multinacionais. Por outro lado, o Capitalismo é uma doutrina que provoca grandes desigualdades sociais, pelo fato, de concentrar todo o poder de influenciar as decisões políticas e os recursos financeiros existentes, numa só classe, gerando assim nas sociedades contemporâneas, classes socialmente marginalizadas.

E portanto, só nos resta a Democracia, mas dentro desta forma, têm-se verificado várias tendências, a Democracia Representativa, Parlamentaria ou Delegativa, na qual o eleitor através do voto delega nos seus representantes a capacidade de decisão, criando-se assim uma estrutura política profissional nas sociedades, não sendo este modelo o que mais interessa, para os setores desprovidos de poder. Já que, não existe a partilha de decisão por todos os elementos que constituem a comunidade, perdendo assim, a classe dominante o seu protagonismo. Em suma, só nos resta a forma de Democracia Participativa, ou seja, o envolvimento das populações na construção das políticas públicas para as suas cidades, aldeias, bairros ou ruas. Mesmo dentro desta, temos apurado várias orientações de Democracia Participada, nomeadamente, o Orçamento Participativo, no Planeamento Urbano e o caso LEADER, na planificação do espaço rural.

Observamos então, que as várias formas de governo anteriormente enunciadas, que estão associadas ao Socialismo, Capitalismo e a Democracia Representativa, os seus modelos e estratégias de desenvolvimento económico e social, estão assentes na criação de centros económicos, desenvolvendo uma política de terra queimada, ou seja, a economia e os serviços existentes concentram-se em pólos bem delimitados, e em redor passa a existir simplesmente um deserto. Enquanto a democracia participada, projeta o progresso económico pela via do desenvolvimento territorialmente integrado.

A presente investigação aborda um aspeto central, que se tentou dar resposta, e portanto, podemos afirmar que a problemática e as questões estudadas nesta investigação, circunscrevesse a um mero objeto, as mudanças e as transformações, em termos de administração e gestão da “*coisa pública*” ao nível local, mais concretamente no espaço público rural. Segundo os autores, Hannah Arendt (2001: 67) e Daniel Innerarity (2006: 107), a esfera pública, é o espaço partilhado por todos nós. Mais, referem Fitoussi (2005: 20) e Bonavides (2001: 278), o espaço público é a gestão dos assuntos de natureza pública. E portanto, o mais difícil é sustentar esta comunidade, mantendo um vínculo e elos de ligação entre todos os elementos que a constituem (Hannah, 2001: 67). Passando a ser este conceito, fundamental nas novas formas democráticas participadas, que entretanto foram surgindo nas últimas décadas, sobretudo, na Europa e na América Latina.

Desta forma, foi na *ágora* que se deu os primeiros passos na modificação do espaço público, através da democracia participativa e da retórica, em locais das cidades-estado da antiga Grécia, onde se debatia através do poder argumentativo, os assuntos da comunidade (Maturana, 1993: 55 e Innerarity 2006: 160). Mas nos dias de hoje, segundo Innerarity, confirmando a afirmação de Hannah, este processo desencadeou na cidade uma desagregação e pulverização da Sociedade Civil, rompendo os ligamentos que os unia, criando assim vários grupos sociais, tais como, ambientalistas, anticapitalistas, movimentos gays, e outros, surgindo assim, uma sociedade heterogénea.

Mas no Mundo Rural, o fenómeno que temos verificado é inverso, observando a homogeneização da Sociedade Civil, em torno da causa do desenvolvimento local, em que os cidadãos e as organizações que as representam se têm agregado, em torno de uma causa concreta e comum, na procura de encontrar e de desenvolver estratégias de desenvolvimento local em conjunto, gerando assim estruturas superiores, ou seja, o aparecimento de um novo significado e de novas formas de ação e de demonstração do coletivo. Estas estratégias visam assim, o desenvolvimento territorial através do trabalho em rede, mas este conceito, é recente. Segundo Piotr Kropotkin, denomina esta forma de trabalhar das comunidades de “*Ajuda Mútua*”, passando a ser o motor de evolução das sociedades, sendo a sua finalidade, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das gentes que constituem a comunidade (2009: 22). Nas comunidades locais de índole rural, esta forma têm adquirido vários feitios de organização, designadas de ADL - Associações de Desenvolvimento Local, OPF - Organizações de Produtores Florestais e sobretudo os GAL's - Grupos de Ação Local, nascendo na esteira dos Fundos Estruturais Europeus.

Tendo em vista os aspetos observados, historicamente o Mundo Rural foi sempre um espaço público democratizado. As aldeias rurais têm uma configuração muito própria, que permite essa situação, de forma cêntrica, sempre em torno de locais símbolo, tais como, os mercados, os largos, os chafarizes (Kropotkin, 2009) ou então associado à religião cristã, são por

exemplo: os adros das igrejas e as capelas. Conversando entre eles, os aldeões discutem sobre os assuntos das suas aldeias. Como referem Lefebvre (1978) e Kropotkin (2009), a comunidade rural tem conseguido sobreviver a várias formas de organização política do ponto de vista autoritária, nomeadamente, escravismo, papado, feudalismo, capitalismo e socialismo, mantendo sempre a matriz democrática de tomada de decisão.

A democracia local é um fenómeno recente, surgindo na década de noventa, e que se têm desenvolvido à luz das Políticas Regionais Europeias. E, estamos perante uma nova organização e modalidade de ordenamento política, que iremos então realizar um conjunto de considerações, sobre o seu potencial. Com a abordagem LEADER, surge um novo modelo de gestão e de fazer políticas públicas, introduzindo novos aspetos ao modelo de planeamento de políticas públicas, a partir de introdução de novas inovações: territorialidade, abordagem ascendente, trabalho em rede, multifuncionalidade e autonomia, como seus ideais, na conceção do planeamento de políticas públicas. Em suma, foram debatidos, os conceitos de “centralidade do poder”, “participação” e “autonomia”, subjacente à política de democracia local.

Esta nova configuração de fazer políticas públicas, associado em torno de um pacto de desenvolvimento territorial, os atores locais sejam públicos e privados, participam na coresponsabilidade, no progresso da sua região. Passando assim a ser o verdadeiro problema, económico e não o político (Proudhon, 2001: 128). Estes pactos de desenvolvimento, entre vários indivíduos, visam o desenvolvimento do ponto de visto económico, desencadeando assim, a revolução “agrícola-industrial” (Proudhon, 2001: 129). Tal processo obriga, a um procedimento de deslocação do centro de poder de decisão, do global para o local, ou seja, do poder administrativo público clássico, que perde o seu protagonismo para um novo centro decisório, entretanto criado através de um novo poder local, desenvolvendo-se assim, novos grupos de representação de interesses locais. Esta nova viragem de fazer política, assenta na lógica da concertação, pela via do diálogo e da meditação coletiva, entre todos os agentes envolvidos, sobre as prioridades para a sua comunidade, sendo a primeira particularidade específica e eventualmente a mais importante, da democracia local. Criando assim uma simbiose, entre a democracia e o sistema capitalista, em que a Sociedade Civil opta pelas melhores soluções em termos de organização económica e social (Fitoussi, 2005: 48). Mais concretamente entre a democracia local e a economia regional.

Em Portugal, a democracia local desenvolveu-se entretanto, aparecendo uma nova mentalidade nos envolvidos no processo, este novo centro de poder, obriga assim a uma profunda alteração da mentalidade política, por parte da Sociedade Local. Assistimos então, que anteriormente as estas experiências de trabalho em rede, a Sociedade Civil, estava formatada num sistema de democracia representativa ou “delegativa”, em que o eleitor através do voto, delega ao político essa responsabilidade de pensar o melhor para as

populações, mas não quer dizer que realmente venha ao encontro das reais necessidades das comunidades locais. Esta nova cultura de trabalhar em conjunto, é a segunda singularidade, introduzida pela democracia local, que veio incutir na Sociedade Civil, que o seu envolvimento é essencial na construção do seu espaço e do seu futuro, ou seja, o desenvolvimento promovido pelas próprias comunidades locais. Mas assistimos, ainda por parte de um grupo de resistentes, em participar neste tipo de abordagem, o que leva a concluir que passados vinte anos da experiência LEADER, existe gente com mentalidade pouco recetiva em trabalhar em entreatajuda. Dado o exposto, a terceira originalidade da democracia local, que se desenvolveu a partir da abordagem LEADER, é a elevada autonomia que possuem as entidades, são financiadas através de contratos de subvenção e de articulação com o Estado, permitindo assim, que as organizações reconhecidas como Grupo de Ação Local, tenham autonomia suficiente para em primeiro lugar, realizarem um diagnóstico do seu território, permitindo assim, construir os seus quadros estratégicos de desenvolvimento, a partir das suas necessidades, potencialidades e pontos fortes, tendo em atenção aos seus pontos fracos e ameaças do território em causa, nunca esquecendo de todos os pressupostos que podem influenciar as estratégias. Estas estratégias de desenvolvimento local são dotadas de fundos para a sua concretização, a abordagem LEADER, não é um processo de endogeneização, fato que se deve, que os planos não são alimentados exclusivamente por recursos financeiros próprios do território, sendo coparticipados por fundos nacionais, através do Orçamento Geral do Estado e pelo Fundo Europeu Agricultura e Desenvolvimento Rural. E portanto, este modelo só será viável num sistema, em que a democracia e o capitalismo vivem em harmonia. Com base num sistema de redistribuição de riqueza (Boaventura, 2002 e Fitoussi, 2005), captando pela via de impostos e taxas os recursos necessários. Nos tempos de hoje, em que a discussão da resolução da crise Europeia, passa pela introdução ou não de limites de deficits orçamentais nas constituições dos Estados-Membros, existe um aspeto positivo na abordagem LEADER que poderia servir como referencial a nível de gestão orçamental dos seus Estados-Membros e por toda a máquina do setor público, devido que, existe um planeamento orçamental plurianual, em que a despesa pública a ser afetada aos vários planos nacionais, têm como critério a definição de um período de execução e a despesa a ser gasta nesse ciclo temporal, obriga assim, a decisão de prioridades e a uma forte gestão orçamental, claro quando se transporta este modelo para um nível supra estatal, temos de introduzir uma limitação, que é a concretização das metas definidas em termos de receita, o que obrigaria, os políticos a deixarem de inflacionar as receitas provisórias dos orçamentos previsionais para dados próximos dos reais, pelo fato que atualmente os políticos são obrigados a demonstrar garantias de financiamento dos projetos comunitários, através da inscrição nos orçamentos para garantir a comparticipação nacional, levando a inflacionamento de receitas.

A análise também incidiu na organização de tomada de decisões, que se desenvolveu nas várias fases do programa, em termos, do envolvimento das várias entidades que constituem o

Grupo de Ação Local, na construção dos planos estratégicos e na implementação e gestão dos mesmos, tendo recolhido junto da entidade os documentos e elementos necessários, para a elaboração desta investigação. Esta pesquisa partiu então, da observação direta e do trabalho desenvolvido pelo GAL ADERES, durante a vigência do LEADER II e do LEADER+. Dos frutos alcançados, permitiram tirar algumas ilações, mesmo sendo consideradas ligeiras pelo fato da limitação do tempo disponível para a pesquisa e reflexão do mesmo, ser apertados. A análise dos dados restringiu-se, aos planos de planeamento, tais como, intenção de apresentação de candidatura, Plano de Ação Local - LEADER II e Plano de Desenvolvimento Local - LEADER+. E, nos relatórios de execução final dos programas LEADER II e LEADER+. A prática do LEADER, desenvolvido pelo GAL ADERES em termos de experiências de políticas participadas, já é de longa data, o que nos permitiu analisar os seus resultados.

A primeira conclusão que retiramos desta reflexão é de que, a orgânica institucional do GAL ADERES e do programa no seu geral, apresenta uma configuração que permite o envolvimento da Sociedade Civil, no planeamento de políticas públicas regionais. A Sociedade Civil tem vindo a tomar maior protagonismo na participação das várias fases de desenvolvimento das políticas públicas. O território de intervenção da ADERES, sendo um território rural e localizado no interior profundo da Beira Interior, e como vimos na caracterização da sua área social, apresenta baixas taxas de densidades populacionais, com elevados graus de envelhecimento e de analfabetismo. A entidade dá por satisfeito, o nível de participação da comunidade local, devido a existência de vários grupos de interesse que permitem essa situação, nomeadamente, autarcas que veem este programa como forma alternativa de financiamento dos seus projetos, um grupo de líderes de opinião saídos do tecido associativo com bastante dinâmica de trabalho e também pelo fato do surgimento de jovens que não tem qualquer ligação à região e que vem com ideia de investir e participar no processo de desenvolvimento económico e social do território. Pelo fato que existe, um elevado grau de inércia, por partes das populações, em geral.

O modelo de gestão e de execução da abordagem LEADER permitiu assim, em cada etapa a inclusão dos setores tradicionalmente desprovidos de poder, em participarem nas opções que estão incluídas nos planos estratégicos. Dando oportunidade, ao cidadão comum em influenciar diretamente nas ações prioritárias, para o território-alvo. Como podemos verificar através das intenções de candidaturas registadas e restantes mecanismos estabelecidos para elaborações dos planos. De acordo com as regras estabelecidas pelos regulamentos de aplicação, as entidades que constituem o GAL ADERES aprovam os planos, e mais tarde, são remetidos para aprovação final pela autoridade nacional, havendo assim afetação dos recursos financeiros necessários para à sua implementação e execução. O Grupo de Ação Local delega na Estrutura Técnica Local, os procedimentos necessários para organizarem os dispositivos de diagnóstico, mais adequados para a concretização dos objetivos definidos pela metodologia LEADER, nomeadamente, reuniões e formulários de intenção de candidatura,

tendo um papel extremamente importante na tomada de decisão por parte do Grupo de Ação Local, legitimando assim, as suas decisões, observando-se um procedimento deliberativo, influenciando aproximadamente 40% das ações dos planos. Este modelo de atuação é uma abordagem de rutura na tradicional metodologia de elaboração de políticas públicas, em termos, do Espaço Europeu e principalmente no contexto Português.

Verificamos então, a inversão de paradigma na elaboração de políticas públicas ao nível local. A democracia local permitiu assim, alterar as prioridades políticas estabelecidas pelo poder local tradicional. Já que as prioridades definidas deixaram de ser eleitoralistas e de compadrio, passando a existir critérios de análise e de avaliação das iniciativas a apoiar, com maior interesse para a região e integrado nos planos pré-estabelecidos. O próprio programa possui um sistema de controlo interno de verificação da qualidade do trabalho desenvolvido pelos Grupos de Ação Local, externas a estas entidades. Como também existe dispositivos de avaliação das linhas políticas gerais, que podem ser alteradas a qualquer momento, deste que sejam aprovadas pelo próprio Grupo de Ação Local.

A tomada da deliberação final dos investimentos a apoiar é feita por um grupo mais restrito, em que o Grupo de Ação Local delega essa capacidade. Essa estrutura denominado de Órgão de Gestão, em que a Sociedade Civil é detentora da maioria do peso de decisão. Observamos através das aprovações de investimentos, que o processo de redistribuição promovido por esta abordagem é bastante satisfatória e positiva, já que vem ao encontro das necessidades dos beneficiários do programa.

Outra observação que podemos tirar do presente estudo, é que o processo de democracia local, aqui apresentada, envolve uma pequena parte da população do território, portanto, não existindo uma plena inclusão política, devendo ser incentivada o seu alargamento. Através de alguns dos dispositivos previstos na fase de planeamento, devendo passar para o terreno, permitindo um maior envolvimento das comunidades e dos seus representantes, já que algumas destes estão abertas a entidades externas ao Grupo de Ação Local. A abordagem LEADER induz uma seleção prévia das entidades, pelo fato do processo em causa, além de ser político e social, como é o caso do Orçamento Participativo, em que a decisão por parte dos cidadãos reflete meramente resoluções políticas e é um órgão consultivo, tais como a construção de estradas, apoios ao associativismo e etc., enquanto o LEADER, é mais do que um processo político e social, integrando também as componentes económicas e culturais. Em suma, enquanto as problemáticas abrangidas pelos Orçamentos Participativos, na visão dos cidadãos toque-lhes diretamente e são investimentos com visibilidade, enquanto as definidas pelo LEADER, grande parte das intervenções abrangidas por este programa, são de iniciativa privada, ou seja, desenvolvida por associações e empresas, o que em termos de impactos, são menos recetivos e invisíveis para a grande maioria da população tornando então a

metodologia na sua generalidade menos atrativa por não tocar nas pessoas diretamente, sendo uma das principais críticas a este sistema.

Podemos afirmar que, o espaço público criado pela abordagem LEADER no território Estrela-Sul, dá oportunidade de ingresso na decisão por parte da comunidade local em geral, permitindo assim a inclusão política das mesmas, estimulada pelas metodologias de envolvimento das populações, nomeadamente, através de sessões, fóruns, workshops e levantamento das intenções de candidatura, desenvolvidos ao longo do processo. Possibilitando e dando condições favoráveis para a mobilização da Sociedade Civil, em torno de um projeto comum.

Outra ilação que podemos salientar, na observação e análise dos dados, verificamos que o território-alvo tem vindo a perder população ao longo dos anos, fundamentalmente provocada pela crise dos setores mineiro das Minas da Panasqueira e dos lanifícios em Unhais da Serra, com a sistemática redução de pessoal, por parte da Penteadora e mesmo o encerramento da Moura e Matos. O fecho de pequenas unidades de confeções nas freguesias do Paul e Ourondo, atiraram centenas de pessoas para o desemprego. No caso do Ourondo, gravemente desastroso, por ser a única empregadora na freguesia, com mais de 300 postos de trabalho e com o seu encerramento arrastou vários outros pequenos negócios para o seu fecho, provocando uma forte desestruturação do território. Sem alternativas de emprego e sem políticas municipais para atrair investimento para estas freguesias rurais, o processo de desenvolvimento do concelho da Covilhã, passa pela chamada Grande Covilhã, concentrando toda a indústria numa cintura industrial, criando para o devido efeito, dois grandes parques industriais e um parque tecnológico. Não mostrando qualquer interesse em instalar pequenos pólos industriais noutras freguesias, e portanto, assistiu-se a um forte processo de êxodo rural. O que poderia ser uma limitação à evolução da democracia local, podendo servir mesmo, como argumento por parte dos críticos à democracia participativa, em lançarem críticas ao presente modelo. Mas na nossa opinião, é que estas experiências e metodologias de trabalho, não desenvolvem nem progridem as macroeconomias nem as esferas económicas regionais, mas sim, proporcionam instrumentos de trabalho para o desenvolvimento das microeconomias locais, que registamos que no caso particular do território de estudo, os equipamentos sociais, tais como os lares e centros de dia, o turismo em espaço rural e pequenas explorações agropecuárias tem sido as grandes alavancas de desenvolvimento económico e social.

A hipótese que defendemos, ao longo deste trabalho, é que a abordagem LEADER possibilita a participação do cidadão no planeamento das políticas públicas regionais e que a participação influencia a definição das linhas estratégicas nas prioridades locais. O que pensamos que esta hipótese foi comprovada.

Em jeito de conclusão, este tipo de intervenções nos territórios rurais, como podemos verificar, através das conclusões anteriormente apresentadas permite assim, fortalecer o diálogo local, entre os vários protagonistas sejam eles públicos e/ou privados, aumentando assim a capacitação e o poder de reflexão, utilizando os recursos disponíveis na resolução dos problemas existentes na microesfera local, e portanto, estas abordagens permitem desenvolver a cidadania das pessoas.

Apesar da nossa investigação nesta primeira instância concentra-se em estudar, as abordagens participativas de políticas públicas locais, desenvolvidas por organizações não-governamentais, através da deslocalização do processo deliberativo do poder local tradicional para um novo poder local. E durante a elaboração da presente investigação, surgiram novas questões de pesquisa, nomeadamente, se este modelo poderia ou não ser transportado para a gestão autárquica? Ou seja, implementar uma gestão participada, refundando assim o poder local tradicional, valorizando os processos de planeamento, que atualmente são menosprezados pela maioria dos autarcas, como são por exemplo, os conselhos municipais e as cartas municipais de planeamento e de compromissos.

Bibliografia

- ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA-SUL - **Formalização da Intenção de Candidatura LEADER II.** [S. l.: s. n.], 1994.
- ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA-SUL - **Plano de Desenvolvimento Local: Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+.** [S. l.: s. n.], 2001.
- ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA-SUL - **Plano de Ação Local LEADER II.** [S. l.: s. n.], 1997.
- ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA-SUL - **Relatório de execução final LEADER II.** [S. l.: s. n.], 2001.
- ADERES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA-SUL - **Relatório de execução final LEADER +.** [S. l.: s. n.], 2009.
- ADRIANO, José - **Paúl e seus cantares. O dinamismo e as manifestações do colectivo.** Paúl: Casa do Povo do Paúl, 2002. ISBN 972-9027-48-X.
- AGUIAR, Neuma org. - **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ALBAGLI, Sarita - **Globalização e espacialidade: O Novo papel do local.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- ANDRADE, Reinaldo - **Políticas públicas regionais/territoriais e o atual federalismo brasileiro.** In. Congresso Virtual Brasileiro de Administração, VI. [S. l.: s. n.], 2009
- ANIMAR - **Guia das organizações e iniciativas de desenvolvimento local.** [S. l.: s. n.], 2003.
- ANTUNES, Maria - **Participação e desenvolvimento do mundo rural.** Lisboa: Ministério do Trabalho, 1981.
- ARENT, Hannah - **A Condição humana.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.
- ARENT, Hannah - **O que é política?** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002. ISBN 85-286-0640-6.
- ARRETXE, Iosu - **Poder local y democracia participativa en América Latina.** [S. l.: s. n.], [200-?].

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO - **Aldeias de montanha. A Serra, um olhar, uma paisagem, a natureza e o homem.** [S. l.: s. n.], 2008.

AZEVEDO, Francisco - **Cultura e desenvolvimento rural: as experiências LEADER e PRODER na Espanha.** In. Encontro de Grupos de Pesquisa, II, Ubarlândia. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. [S. l.]: Universidade Federal de Ubarlândia, 20 a 22 de Junho de 2006

BOBBIO, Norberto - **Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política.** 14ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. ISBN 978-85-7753-017-5.

BOBBIO, Norberto - **O Conceito de sociedade civil.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

BOBBIO, Norberto - **O Futuro da democracia.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari - **Investigação qualitativa em educação. Uma Introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994. ISBN 972-0-34112-2.

BOISIER, Sérgio - **Actores, asociatividad y desarrollo territorial en la sociedad del conocimiento. Acerca de la propuesta de “Clusterización” del Estado de Minas Gerais, Brasil.** In Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, coord. - **CRESCER Minas.** Um projeto brasileiro. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, 2000.

BONAVIDES, Paulo - **Teoria constitucional da democracia participativa.** São Paulo: Malheiros Editores, 2001. ISBN 85-7420-279-7.

BRODKIN, Evelyn Z. - **Accountability in street-level organizations,** *Journal of Public Administration.* [S. l.: s. n.]. ISSN 0190-0692. 31: (2008) 317-336

CABAGUEIRA, Artur - **DO desenvolvimento Regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional.** *Revista Gestão e Desenvolvimento,* [S. l.: s. n.]. 9 (2000) 103-136

CACCIA-BAVA, Sílvio; PAULICS, Veronika e SPINK, Peter (org.) - **Novos contornos da gestão local: Conceitos em construção.** São Paulo: Polis, 2001.

CAMPANHOLA, Clayton e SILVA, José Graziano - **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** *Cadernos de Ciência & Tecnologia.* Brasília: [s.n.]. 17: 1 (2000) 11-40

- CARMINDA, Cavaco - Desafios de desenvolvimento rural. Notas de leitura. **Revista Finisterra**. [S. l.: s. n.]. 39: 78 (2004) 99-112
- CARNEIRO, Inês - **O Desenvolvimento rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer...A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma política de desenvolvimento em Portugal**. In. Conferência Políticas Públicas, Lisboa. [S. l.]: Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, [200-?]
- CARNEIRO, Inês - **O Desenvolvimento rural em Portugal: dos discursos à prática**. In. Congresso de Estudos Rurais, II, Açores. Instituições e políticas: Da inércia à mudança. [S. l.: s. n.], (2004)
- CARVALHEIRA, José - **Ourodo de corpo inteiro**. Ourodo: [s. n.], 2000.
- CARVALHO, Maria; BARBOSA, Telma e SOARES; Jeferson - **Implementação de política pública: Uma abordagem teórica e crítica**. In. Colóquio internacional sobre gestión, X, Mar del Plata. Balance y prospectiva de la educación superior en el marco de los bicentenarios de América del Sur. Mar del Plata: Universitaria em América del Sur, 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010
- CIMA, Elizabeth e AMORIM, Luci - Desenvolvimento regional e organização do espaço: Uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**. Curitiba: [s. n.]. 10: 2 (2007) 73-87
- COELHO, Sandra - **Participação social e associativismo em Portugal: Breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do comércio justo**. In. Conferência O movimento associativo em Portugal e na Galiza, Santa Maria da feira. Fórum Associativismo. [S. l.: s. n.], 2008
- COMISSÃO DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO - **Descentralização, regionalização e reforma democrática do Estado**. 2ª Edição. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1998.
- COMISSÃO EUROPEIA - **A Abordagem LEADER - Um guia básico**. Luxemburgo: [s.n.], 2006. ISBN 92-79-02056-0.
- COMISSÃO EUROPEIA - **Reforma dos fundos estruturais 2000-2006. Análise comparativa**. [S. l.: s. n.], 1999.
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AOS ESTADOS MEMBROS (2000/C139/05) de 14 de Abril de 2000, http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/pdf/library/methodology/139_pt.pdf.

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AOS ESTADOS MEMBROS 94/C180/12 “JOUÉ” 180 (15/06/1994)
48-59

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:1994:180:0048:0059:PT:PDF>

.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Regulamento (CE) nº 1698/2005 de 20 de Setembro de 2005,

<http://eur->

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:277:0001:0040:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:277:0001:0040:PT:PDF).

CORDOVILL, Francisco - **Desenvolvimento rural e conservação do campo**. Dinâmica - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica.

CORREIA, João e FIGUEIREDO, Elisabete - **Repór o rural no mapa: A Comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural**. In. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, VII, Coimbra. Cultura, inovação e território. [S. l.: s. n.], 2008

COVAS, António - Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural. **Coleção Estudos e Análises**. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural. ISSN 0873-9145. 3 (1997)

CREMONESE, Dejalma - **Democracia participativa e controle social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009. ISBN 978-85-7697-117-7.

CRESWELL, John - **Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-0892-0.

DAHL, Robert - **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2001. ISBN 85-230-0621-4.

DEWEY, Jonh - **A Democracia criativa: A Tarefa diante de nós**. [S. l.: s. n.], 1939.

DEWEY, Jonh - **A Democracia é radical**. [S. L.: s. n.], 1937.

DINIZ, Francisco - **O Turismo em espaço rural no LEADER I uma oportunidade ganha ou uma aposta perdida**, 1999.

DINIZ, Francisco e GERRY, Chris - **A problemática do desenvolvimento rural**. [S. l.: s. n.], 2002.

DINIZ, Francisco e NOGUEIRA, Fernanda - **Inovações do investimento em regiões periféricas - do LEADER I ao LEADER II nos Açores e na Madeira**, 2000.

- DINIZ, Francisco e NOGUEIRA, Fernanda - **Promotores públicos e privados no LEADER II: O Caso da NUT Douro**, 2001.
- DIREÇÃO GERAL DE AGRICULTURA e DESENVOLVIMENTO RURAL - **Relatório final de execução LEADER+**. Lisboa: Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2010.
- DIREÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL - Seminário “O Desenvolvimento Rural no Contexto da Agenda 2000. **Coleção Estudos e Análises**. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural. ISSN 0873-9145. 4 (1998)
- DIREÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS - **Plano regional de ordenamento florestal da Beira Interior Norte**. [S. l.: s. n.]. [200-?].
- DISIEL, Vivien e outros - **Desenvolvimento territorial e metodologias participativas: encontros e desencontros**. [S. l.: s. n.], [200-?].
- DOWBOR, Ladislau - **Da globalização ao poder local: A nova hierarquia dos espaços**. [S. l.: s. n.], [199-?].
- DOWBOR, Ladislau - **Descentralização e participação. As novas tendências**. São Paulo: [s. n.], 2001.
- DOWBOR, Ladislau - **O que é poder local?** [S. l.: s. n.], [2008].
- ECO, Humberto - **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 16ª Edição. Barcarena: Editorial Presença, 2010.
- ESDIME - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ALENTEJO SUDOESTE - **Desenvolver desenvolvendo**. Messejana: ESDIME, 1997. ISBN 972-97403-0-5.
- FAVARETO, Arilson - A longa evolução da relação rural-urbano. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Revista Ruris**. [S. l.: s. n.]. 1:1 (2007) 157-190
- FEIO, Paulo e CHORINCAS, Joana - Governação territorial e inovação das políticas públicas. **Revista Prospectiva e Relações Internacionais**. [S. l.: s. n.]. 16 (2009) 137-157
- FERNANDES, José - **A Europa em crise**. Vila do Conde: Quidnovi, 2012. ISBN 978-989-554-908-5.
- FERRÃO, João - Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Revista Sociologia, problemas e práticas**. [S. l.: s. n.]. 33 (2000) 45-54

- FERREIRA, José - **Desenvolvimento territorial rural: Uma aplicação à Guatemala.** In. Congresso de Estudos Rurais, III, Faro. [S. l.]: Sociedade Portuguesa dos Estudos Rurais, 1 a 3 de Novembro de 2007
- FERRINHO, Homero - **Comunicação educativa e desenvolvimento rural.** Porto: Edições Afrontamento, 1993. ISBN 972-36-0297-0.
- FIGUEIREDO, Elisabete. **Sol na eira e chuva no nabal. Que rural propõem as políticas de desenvolvimento?** In. Colóquio Hispano-português de Estudos Rurais, V. Futuro dos territórios rurais numa Europa alargada. [S. l.: s. n.], [200-?]
- FILHO, Jair - A endogeneização no desenvolvimento económico regional e local. **Revista Planeamento e políticas públicas.** [S. l.]: IPEA. 23 (2001) 261-286
- FITOUSSI, Jean-Paul - **A Democracia e o mercado.** Lisboa: Terramar, 2005. ISBN 972-710-392-8.
- FLURY, Sónia - **Democracia, descentralização e desenvolvimento.** [S. l.: s. n.], [200-?].
- FONSECA, Madalena - **A política regional da União Europeia: uma utopia viável?** Porto: Universidade do Porto, 2004. [Acedido em 19 Agosto de 2011]. Disponível na Internet: <http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>. ISSN 1645-958X.
- FONTOURA, Maria - Política e ação pública. Entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. **Revista Portuguesa de Educação.** Braga: Universidade do Minho. ISSN 0871-9187. 21: 2 (2008) 5-31
- FRAGOSO, António - Desenvolvimento participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação.** Braga: Universidade do Minho. ISSN 0871-9187. 18: 1 (2005) 23-51
- FREY, Klaus - A Dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente & Sociedade.** [S. l.: s. n.]. 4: 9 (2001) 1-34
- FRIEDMANN, John - **Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo.** Oeiras: Celta Editora, 1996. ISBN 972-8027-50-8.
- FRIEDMANN, John e WEAVER, Clyde - **Território y funcion. La Evolucion de la planificacion regional.** Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981. ISBN 84-7088-279-1.
- FUNG, Archon - Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities. **Annual Reviews of Sociology.** [S. l.: s. n.]. 29 (2003) 515-539

- GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS - **Plano Estratégico: Desenvolvimento Rural 2007-2013**. Lisboa: Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 2009.
- GÓES, Thiago e GUERRA, Oswaldo - Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. **Revista Desenbahia**. Bahia: [s. n.]. 8 (2008) 111-130
- GOLDENBERG, Mirian - **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. ISBN 85-01-04965-4.
- GONÇALVES, Maria - **Emigração, regresso e desenvolvimento sustentável no Barroso (Concelho de Boticas)**. In. Congresso da Geografia Portuguesa, V. Portugal: Territórios e protagonistas. [S. l.: s. n.], [200-?]
- GUTMANN, Amy e THOMPSON, Dennis - O que significa democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**. Belo Horizonte: Editora Forem. 1 (2007) 17-78
- HABERMAS, Jurgen - **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997, ISBN 85-282-0095-7.
- HADDAD, Paulo - **A Organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno**. [S. l.: s. n.], [200-?].
- HAEHNER, Carlos - La descentralización y la planificación del desarrollo regional. Ejes de la modernización de la gestión pública? Algunos notas sobre su discusión. **Revista MAD**. [S. l.: s. n.]. 3 (2000) 1-22
- HENRIQUES, Maria Adosinda - **Uma alternativa associativa para o desenvolvimento rural?** In. Congresso de Estudos Rurais, I, [S. l.]. Sociedade, conhecimento e política. [S. l.: s. n.], [200-?]
- HOPPE, Hans-Hermann - **Uma teoria sobre socialismo e capitalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010. ISBN 978-85-62816-09-3.
- IDARC - **Ação integrada de base territorial do Pinhal Interior. Vertente de Desenvolvimento Rural**. [S. l.: s. n.], 2001.
- INNERARITY, Daniel - **O Novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010. ISBN 978-972-695-906-9.
- INTERCOOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - Agricultura e desenvolvimento local. Integrar a agricultura no desenvolvimento rural. In **Jornal Pessoas e Lugares**. Lisboa. 20 (2001) suplemento.

JACINTO, José - Participação pública e comunicação política no espaço democrático municipal. **Revista Educação e Comunicação**. [S. l.: s. n.]. 6 (200-?) 74-96

JORDÃO, Nuno – **Os Programas LEADER e o desenvolvimento rural em Portugal** [em linha]. Lisboa: Agroportal, 2002. [Acedido em 10 Maio de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.agroportal.pt/a/2002/njordao.htm>.

KROPOTKINE, Piotr - **A Conquista do pão**, Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1953.

KROPOTKINE, Piotr - **Ajuda Mútua: Um fator de evolução**, São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LEAL, Manuel - **As minas da Panasqueira. Vida e história**. Lisboa: Portugália Editora, 1945.

LEFEBVRE, Henri - **De lo rural a lo urbano**. 4ª Edição. Barcelona: Editiones Península, 1978. ISBN 84-297-0910-X.

LÉVY, Pierre - **Inteligência colectiva: Por una antropología del ciberespacio**. Washington: Organizacion Panamericana de la Salud, 2004. ISBN 2707126934.

LIPOVETSKY, Gilles - **A Felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN 978-972-44-1354-9.

LLORENS, Francisco - **Desenvolvimento económico local. Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. ISBN 85-87545-02-7.

LOPES, António - **Desenvolvimento Regional**. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. ISBN 972-31-0106-8.

MAFRA, Francisco e SILVA, J. Amado - **Planeamento e gestão do território**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004. ISBN 972-8589-46-8.

MARQUES, Francisco - **A Ideia de democracia em perspetiva - Crise, avanços e desafios**. **Revista Liberdade e Cidadania**. Brasília: [s. n.]. 2:5 (2009) 1-26

MASSCHELEIN, Jan; QUAGHEBEUR, Kerlijn - Participation making a difference? Critical analysis of the participatory claims of change, reversal and empowerment. **Interchange**. [S. l.: s. n.]. 37:4 (2006) 309-331

MATURANA, Humberto - **Conversações matrísticas & patriarcais**. São Paulo: Athena Editora, 2009).

- MELHINGER, Larissa e SILVA, Manuela - **Ruralidades, conservação da natureza e atores da sustentabilidade**. [S. l.: s. n.], [200-?].
- MELO, Ana - **Trabalho, autogestão e economia solidária: Uma revisão bibliográfica sobre empresas recuperadas no Brasil**. In. Congresso Luso Agro Brasileiro de Ciências Sociais, XI, Salvador. Diversidades e (des) igualdades. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 07 a 10 de Agosto de 2011
- MENDES, Jefferson - **Economia regional e urbana**. [S. l.: s. n.], 2008.
- MERINO, Maurício - **La Participacion ciudadana en la democracia**. 4ª Edição. México: Instituto Federal Electoral, 2001. ISBN 968-6581-69-3.
- MILANI, Carlos - O Princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: Uma Análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV. ISSN 0034-7612. 42: 3 (2008) 551-579
- MILANI, Carlos - Políticas públicas locais e participação na Bahia: O Dilema gestão versus política. **Revista Sociologias**. Porto Alegre: [s. n.]. 8: 16 (2006) 180-214
- MORENO, Luís - **O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos**. Lisboa: [s.n.], [200-?].
- MORENO, Luís e MORENO, Maria do Rosário - **Orientações recentes de uma geografia social: O desenvolvimento local em questão**. In. Congresso da geografia portuguesa, III. Lisboa: Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, 1999
- MOUFFE, Chantal - **El Retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona: Paidós, 1999. ISBN 84-493-0714-7.
- MULLER, Friedrich - **Quem é o povo? A questão fundamental da democracia**. 3ª Edição. São Paulo: Max Limonad, 2003. ISBN 85-86300-39-X.
- NAJAM, Adil - **Learning from the literature on policy implementation: A Synthesis perspective**. Laxenburg: International Institute for Applied Systems Analysis. 1995.
- NEZ, Heloise - **Democracia participativa e inclusão socio-política: As Experiências de Bobigny (França) e Barreiro (Belo Horizonte, Brasil)**. [S. l.: s. n.], [200-?].
- NOGUEIRA, Fernanda. **Investimento em PME's - O Caso do LEADER I em Portugal**, 1999.
- NUNES, Sérgio - **Abordagens de políticas de desenvolvimento regional**. [S. l.: s. n.], [200-?].

OBSERVATÓRIO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - **Diálogos com interlocutores a nível nacional - desenvolvimento local**, 2001.

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - A Competitividade ambiental. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 6, nº 3 (2000)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - A Competitividade dos territórios rurais à escala global. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 6, nº 5 (2001)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - A Competitividade economia. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 6, nº 4 (2000)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - A Competitividade social. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 6, nº 2 (2000)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - A Competitividade territorial. Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 6, nº 1 (1999)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - **Avaliar o valor acrescentado da Abordagem LEADER**, Bruxelas, [199-?].

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - Inovação e desenvolvimento rural. **Os cadernos do observatório**. Bruxelas. Vol. 2 (1997)

OBSERVATÓRIO EUROPEU LEADER - Organizar a parceria local. **Inovação em Meio Rural**. Bruxelas. Vol. 2 (1997)

OLIVEIRA, Gevaci - **Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: Redes de cooperação**. [S. l.: s. n.], [200-?]

OLIVEIRA, José - Desafios de planeamento em políticas públicas: Diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: [s. n.]. 40 (2006) 273-288

OLIVEIRA, José - **Repensando políticas públicas: Por que frequentemente falhamos no planeamento**. [S. l.: s. n.], [200-?].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - **Uma estratégia para o desenvolvimento rural: Desenvolvimento territorial participativo e negociado**. [S.l.]: FAO, 2005.

- PAGOTO, Claudete - **Cooperação e cooperativas: Instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra.** [S. l.: s. n.], [200-?].
- PARSONS, Talcott - **Sistema das sociedades modernas.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.
- PATEMAN, Carole - **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEDROSO, Paulo - **Formação e desenvolvimento rural.** Oeiras: Celta Editora, 1998. ISBN 972-8027-87-7.
- PÉREZ, M.M. - **A Iniciativa comunitária LEADER no marco teórico da política agrária. Revista galega de economia.** [S. l.: s. n.]. ISSN 1132-2799, 13: 1-2 (2004) 175-198
- PERICO, Rafael e RIBEIRO, Maria - **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável. Visão do território na América Latina e no Caribe.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2005. ISBN 85-98347-07-8.
- Pessoas e Lugares.** Minha Terra. 3ª Série, nº 1 (Julho 2011) (Lisboa: Minha Terra, 2011).
- PIRES, Amélia e RODRIGUES, Fernando - **Desenvolvimento regional e sustentabilidade: Uma análise crítica a partir do impacto das políticas públicas na evolução dos factores de coesão na região do Alto Trás-os-Montes.** In. Congresso de gestão e conservação da natureza, V, Bragança e Zamora. Gestão de bens e desenvolvimento regional sustentável. [S. l.]: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, 2011
- PODADERA, Pablo - **Política regional comunitária. Los fondos estruturales.** Málaga: Universidade de Málaga, [199-?]. ISBN 84-9215-5-1.
- POLANYI Karl - **A Grande transformação: as origens de nossa época.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, Lda., 2000.
- PORTELA, José - **O Meio rural em Portugal: Entre o ontem e o amanhã.** In. Seminário Internacional, Lisboa. A Revitalização do mundo rural e o ordenamento do território. Lisboa: Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, 1997
- PROUDHON, Pierre-Joseph - **Do princípio federativo.** São Paulo: Nu-Sol, 2001. ISBN 85-85362-59-6.
- QUIVY, Raymonde e CAMPENHOUDT, Luc Van - **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.
- REIS, Filipa - **Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha.** 2ª Edição Lisboa: Pactor, 2010. ISBN 978-989-693-000-4.



- REIS, José - **Governança regional e gestão das intervenções financiadas pelos fundos estruturais**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.
- REIS, José - **Observar a mudança: O Papel dos estudos rurais**. In. Congresso de Estudos Rurais, I, Vila Real. Território, sociedade e política: Continuidade e rupturas. [S. l.]: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2003
- REIS, José; TOLDA, João e COELHO Lima - A Diferenciação das economias: Visões dos últimos vinte anos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. 52/53 (1999) 119-139
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane - **A Cidade: Rumo a uma nova definição?** 2ª Edição. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994. ISBN 972-36-0331-4.
- RIBEIRO, Darcy - Descentralização e Políticas Sociais: um novo modelo das políticas públicas. **Revista para Desenvolvimento**, Curitiba: [s. n.]. 93 (1998) 61-71
- RICHARDSON, Harry - **Economia regional y urbana**. Madrid: Alianza, 1986. ISBN 206-8111-3.
- RODRIGUES, Marcelo e MALTA, Miguel - **Dinâmicas de desenvolvimento rural e pesquisa co-activa de soluções**. In. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, VII, Coimbra. Cultura, inovação e território. [S. l.: s. n.], 2008
- ROMERO, Ricardo - **Democracia participativa, una utopía en marcha**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2005. ISBN 987-1076-96-7.
- ROSENFELD, Denis - **O que é democracia**. 5ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2003. ISBN 85-11-01219-2.
- ROUSSEAU - **O Contrato social**. Maia: Círculo de Leitores, 2008. ISBN 978-989-644-178-4.
- ROVER, Oscar José e HENRIQUES, Maria Adosinda - A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. [S. l.: s. n.]. 75 (2006) 117-137
- SABATIER, Paul e MAZMANIAN, Daniel - The implementation of public policy: A Framework of analysis. In DAVIS, C., coord. - The implementation of regulatory policy: A Framework of analysis. [S. l.]: Institute of Governmental Affairs, 1979. P. 538-560
- SANTOS, Boaventura - **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ISBN 85-200-0594-2.
- SANTOS, Boaventura - **Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1998.

- SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUES, César. **Introdução: para ampliar o cânone da produção**, [S. l.: s. n.], 2004.
- SARAIVA, Sérgio - **Casegas. Minha Terra. Minha Gente**. Covilhã: Notícias da Covilhã, [199-?]
- SARTORI, Giovanni - **Qué es la democracia?** México: Editorial Pátria, 1993. ISBN 968-39-0884-5.
- SAYAGO, Doris - Os Conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: [s.n.]. 3: 4 (2007) 9-21.
- SCHUMPETER, Joseph - **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SEN, Amartya - **Desenvolvimento como liberdade**. Porto: Faculdade de Economia do Porto, [200-?].
- SERAFIM, Rosário - Outras mediações Estado/Sociedade. As Parcerias no Programa LEADER. **Coleção Estudos e Análises**. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural. ISSN 0873-9145. 6 (1999)
- SERAFINI, Maria - **Como escrever textos** - 7ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 1995, ISBN 85-250-0343-6.
- SERÔDIO, Licínia - **Inovar em espaço rural e inovar o espaço rural: a escolha e as escalas das políticas de desenvolvimento**. In. As políticas de desenvolvimento rural e os novos modelos de utilização do espaço. [S. l.: s. n.], 2003
- SIEYÈS, Emmanuel - **Que es el tercer Estado?** México: Universidade Nacional Autónoma del México, 1983.
- SILVA, Augusto e PINTO, José (org) - **Metodologia das Ciências Sociais**. 4ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 1986.
- SILVA, Francisco - **A União Europeia e atual crise internacional**. [S. l.: s. n.], [200-?].
- SMITH, Thomas - The Policy implementation process. **Policy sciences**. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing Company. 4 (1973) 197-209
- SUMPSI, José - **Experiências de desarrollo territorial rural en la EU y LAC**. [S. l.: s. n.], [200-?].

- TEIXEIRA, Elenaldo - **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** [S. l.: s. n.], 2002.
- TRINIÑOS, Augusto - **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Publicações Atlas, 1987. ISBN 85-224-0273-6.
- VALENTE, Sandra e FIGUEIREDO, Elisabete - **Habitantes e visitantes - Uma “Luta” inevitável,** In: Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais, V, Bragança. [S. l.: s. n.], 2003a.
- VALENTE, Sandra e FIGUEIREDO, Elisabete - **O Turismo que existe não é aquele que se quer...,** In: Encontro de turismo em espaços rurais, I, Coimbra. [S. l.: s. n.], 2003b.
- VERHULST, Jos e NIJEBOER, Arjen - **Democracia directa. Hechos y argumentos sobre la introducción de la iniciativa y el referêndum.** Brussels: Democracy Internacional, 2008. ISBN 9789078820079.
- VIANA, Ana - **Abordagens metodológicas em políticas públicas.** Campinas: Marcos de Souza Queiróz, 1988.
- WIDANINGRUM, Amaber - **Street-level bureaucracy: Dilemmas of providers in health centres.** [S. l.: s. n.]. [200-?].
- WONG, Wilson - **Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services by: Michael Lipsky.** [S. l.: s. n.]. 2007.
- YIN, Robert - **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos.** 2ª Edição Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 85-7307-852-9.
- ZEPEDA, Carlos - **Development alternatives or alternatives to development the creative whirlwinds of the alternatives.** [S. l.: s. n.]. [200-?] 127-139

Anexos



Anexo I - Composição do Grupo de Ação Local Estrela-Sul em 1994

Denominação	Natureza Jurídica
Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Autarquia
Junta de Freguesia da Erada	Autarquia
Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Autarquia
Junta de Freguesia da Coutada	Autarquia
Junta de Freguesia do Barco	Autarquia
Junta de Freguesia do Peso	Autarquia
Junta de Freguesia de Ourondo	Autarquia
Junta de Freguesia de Silvaes	Autarquia
Junta de Freguesia de Sobral de S. Miguel	Autarquia
Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira	Autarquia
CODICOR - Cooperativa de Desenvolvimento Integrado de Cortes	Associação

Fonte: ADERES

Anexo II - Composição do Grupo de Ação Local Estrela-Sul em 1997

Denominação	Natureza Jurídica
Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Autarquia
Junta de Freguesia da Erada	Autarquia
Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Autarquia
Junta de Freguesia da Coutada	Autarquia
Junta de Freguesia do Barco	Autarquia
Junta de Freguesia do Peso	Autarquia
Junta de Freguesia de Ourondo	Autarquia
Junta de Freguesia de Silvares	Autarquia
Junta de Freguesia de Sobral de S. Miguel	Autarquia
Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira	Autarquia
Junta de Freguesia de Cantar Galo	Autarquia
Junta de Freguesia de Lavacolhos	Autarquia
Centro de Estudos Gerais da Beira Interior	Associação
Dr. José Serra dos Reis	Particular
Dr. José Armando Serra dos Reis	Particular
Centro de Apoio à Crianças, Carenciados e Idosos de Cortes	Associação
Eng. Jorge Manuel Lopes da Cruz	Particular
Dr. António Bernardo Domingos	Particular
Enf. António Mendes Paulo	Particular
Junta de Freguesia de Casegas	Autarquia
Junta de Freguesia de Janeiro de Cima	Autarquia
Junta de Freguesia do Paul	Autarquia

Fonte: ADERES

Anexo III - Composição do Grupo de Ação Local Estrela-Sul em 2001

Nome	Sector de Atividade
Junta de Freguesia de Cortes do Meio	Administração Local
Junta de Freguesia da Erada	Administração Local
Junta de Freguesia da Unhais da Serra	Administração Local
Junta de Freguesia da Coutada	Administração Local
Junta de Freguesia do Barco	Administração Local
Junta de Freguesia do Peso	Administração Local
Junta de Freguesia de Ourondo	Administração Local
Junta de Freguesia da Silvares	Administração Local
Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel	Administração Local
Junta de Freguesia da São Jorge da Beira	Administração Local
Junta de Freguesia da Lavacolhos	Administração Local
Junta de Freguesia da Casegas	Administração Local
Junta de Freguesia da Barroca	Administração Local
Junta de Freguesia de Janeiro de Cima	Administração Local
Junta de Freguesia de Paúl	Administração Local
Junta de Freguesia da Aldeia São Francisco de Assis	Administração Local
Centro de Apoio a Crianças, Carenciados e Idosos de Cortes	Instituição de Solidariedade Social
Fábrica da Igreja Paroquial da Erada	Instituição Religiosa
C.I.F.I.P., Lda	Consultadoria, Informação e Formação
Vale do Pastor, Lda	Empresa Agrícola
Turistrela, S.A.	Turismo e Hotelaria
Gabinete de Gestão e Contabilidade	Gestão e Contabilidade
Café Estrela	Restauração
Soardósias, Lda	Exploração e comercialização de ardósias
Pinus Verde	Silvicultura e Produção Florestal
Associação de Produtores Florestais do Paúl	Silvicultura e Produção Florestal
Casa do Povo do Paúl	Instituição Cultural e Recreativa
Quinta da Caravela	Empresa Agrícola
Instituto de Apoio Social do Ourondo	Instituição de Solidariedade Social
Centro Cultural e Recreativo do Ourondo	Instituição Cultural e Recreativo
Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio	Silvicultura e Produção Florestal
Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Instituição de Solidariedade Social
Queiró - Associação para floresta, caça e pesca	Silvicultura e Produção Florestal
Clube de Campismo e Caravanismo	Turismo
Centro Social da Coutada	Instituição de Solidariedade Social
ARPAZ	Instituição de Solidariedade Social
Serração do Ourondinho	Madeiras serradas e aparelhadas
Conselho Directivo de Baldios da Erada	Silvicultura e Produção Florestal
Associação Sócio-Cultural Eradense	Instituição de Solidariedade Social
EstrelaGest	Gestão e Contabilidade
Filarmónica Cortense	Cultural
G.D.R.C. Estrela de Cortes	Desporto, Recreio e Cultura
E.F.S	Engenharia, fiscalização e serviços
Associados em Nome Individual	8

Fonte: ADERES

Anexo IV - Composição do Grupo de Ação Local Estrela-Sul em 2010

Nome	Sector de Atividade
Município de Castelo Branco	Administração Local
Município do Fundão	Administração Local
Freguesia de Bogas de Baixo	Administração Local
Freguesia de Alameda	Administração Local
Freguesia de Lourical do Campo	Administração Local
Freguesia de Santo André das Tojeiras	Administração Local
Freguesia de Sobral do Campo	Administração Local
Freguesia de Juncal do Campo	Administração Local
Freguesia de Sarzedas	Administração Local
Freguesia de Lourical do Campo	Administração Local
Freguesia de Bogas de Cima	Administração Local
Freguesia de Cortes do Meio	Administração Local
Freguesia da Erada	Administração Local
Freguesia da Unhais da Serra	Administração Local
Freguesia da Coutada	Administração Local
Freguesia do Barco	Administração Local
Freguesia do Peso	Administração Local
Freguesia de Ourondo	Administração Local
Freguesia da Silveiras	Administração Local
Freguesia de Sobral de São Miguel	Administração Local
Freguesia da São Jorge da Beira	Administração Local
Freguesia da Lavacolhos	Administração Local
Freguesia da Casegas	Administração Local
Freguesia da Barroca	Administração Local
Freguesia de Janeiro de Cima	Administração Local
Freguesia de Paul	Administração Local
Freguesia da Aldeia São Francisco de Assis	Administração Local
Centro de Apoio a Crianças, Carenciados e Idosos de Cortes	Instituição de Solidariedade Social
Fábrica da Igreja Paroquial da Erada	Instituição Religiosa
UBI - Universidade da Beira Interior	Consultadoria, Informação e Formação
Agrupamento de Escolas Terras do Xisto	Empresa Agrícola
Turistrela, S.A.	Turismo e Hotelaria
Gabinete de Gestão e Contabilidade	Gestão e Contabilidade
Café Estrela	Restauração
Soardósias, Lda	Exploração e comercialização de ardósias
Pinus Verde	Silvicultura e Produção Florestal
Associação de Produtores Florestais do Paul	Silvicultura e Produção Florestal
Casa do Povo do Paul	Instituição Cultural e Recreativa
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto	Turismo
Sociedade Termal Unhais da Serra, S.A.	Turismo
Fundação Minas da Panasqueira	Turismo
Quinta da Caravela	Empresa Agrícola
ADACB - Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco	Agricultura
Quimicrobial	Análises clínicas
SAPSA - Sociedade Agro-pecuária Souto Alto, Lda.	Empresa Agrícola
Saberes da Serra	Empresa Agrícola
Instituto de Apoio Social do Ourondo	Instituição de Solidariedade Social
Centro Cultural e Recreativo do Ourondo	Instituição Cultural e Recreativo
DOPINHAL	Silvicultura e Produção Florestal
Conselho Directivo dos Baldios da Freguesia de Cortes do Meio	Silvicultura e Produção Florestal
Centro de Solidariedade Social de São Jorge da Beira	Instituição de Solidariedade Social
Queiró - Associação para floresta, caça e pesca	Silvicultura e Produção Florestal
Clube de Campismo e Caravanismo	Turismo
Centro Social da Coutada	Instituição de Solidariedade Social



ARPAZ	Instituição de Solidariedade Social
Serração do Ourondinho	Madeiras serradas e aparelhadas
Conselho Directivo de Baldios da Erada	Silvicultura e Produção Florestal
Associação Sócio-Cultural Eradense	Instituição de Solidariedade Social
EstrelaGest	Gestão e Contabilidade
Filarmonia Cortense	Cultural
G.D.A.C. da Bouça	Desporto, Recreio e Cultura
G.D.R.C. Estrela de Cortes	Desporto, Recreio e Cultura
Rancho Folclórico de Silvares	Desporto, Recreio e Cultura
Associação de Solidariedade Social de Freguesia de Silvares	Instituição de Solidariedade Social
G.D.C. de Silvares	Desporto, Recreio e Cultura
Valestrela, Lda.	Comercio a Retalho
AECBP - Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor	Associação Empresarial
E.F.S	Engenharia, fiscalização e serviços
Estevão Pintura e Construção Civil, Lda.	Construção Civil
Alcriestor	Estores
Oficina das Pedras e Trabalhos Artísticos	Artesão
ADRACES	Desenvolvimento Local
Associados em Nome Individual	23

Anexo V - Intenções de candidaturas apresentadas ao LEADER II

Nº	Promotor	Localidade	Designação do Projeto	Inv. Global (em contos)	Cofi. pedido (em contos)	Cod. Ações
01	Junta de Freguesia	Unhais da Serra	Ampliação/Remodelação Estância Termal	195.000	117.000	3.1.1
02	Junta de Freguesia	Unhais da Serra – Covões	Zona de Lazer do terreno dos Covões	11.000	6.600	5.4
03	Junta de Freguesia	Unhais da Serra	Obras de Urbanização do terreno Moitas	70.000	42.000	5.5
04	Junta de Freguesia	Unhais da Serra	Proj. Pavilhão Gimnodesportivo com Centro Cívico	20.000	12.000	5.5
05	Junta de Freguesia	Unhais da Serra	Parque de Merendas da Murgeira	10.000	6.000	5.4
06	Junta de Freguesia	Unhais da Serra	Arranjo do Largo do Ribeiro	5.191	3.114	5.4
07	Sociedade Filarmónica Recreativa Estrela	Unhais da Serra	Sede da Coletividade	65.000	39.000	5.5
08	Fábrica Igreja Paroquial	Unhais da Serra	Obras de restauração e remodelação	7.000	4.200	5.4
09	Junta de Freguesia	Paul	Erva Bonita – Praia fluvial	4.350	2.610	5.4
10	Junta de Freguesia	Paul	Centro Abrigo e Cultura – Juventude	8.700	5.220	1.5
11	Casa do Povo do Paul	Paul	Centro Apoio Turístico	7.775	4.665	3.1.1
12	Casa do Povo do Paul	Paul	Oficina Dramatologia, Dança e Instrumentos Musicais	2.130	1.278	1.3
13	Joaquim Luís V. Silva	Paul – Quinta dos Penesinhos	Parque de Campismo Rural	2.650	1.590	3.1.1
14	Joaquim Luís V. Silva	Paul – Quinta dos Penesinhos	Agroturismo	15.600	9.360	3.1.1
15	Mário Rui S. Cruz	Paul	Reposição de fachada	3.000	1.500	3.1.1
16	António Q. Proença	Cortes do Meio	Casa Azenha – Casa de Campo	21.838	10.919	3.1.2
17	Diogo & Brás, Lda.	Sobral São Miguel	Lagar Ecomuseu, Bar	6.000	3.000	3.1.5
18	Fábrica Igreja Paroquial	Sobral São Miguel	Reconstrução da Casa Paroquial	3.700	2.220	5.4
19	Fábrica Igreja Paroquial	Sobral São Miguel	Arranjo urbanístico - Valorização Zona de Lazer	4.800	2.880	5.4
20	Junta de Freguesia	Janeiro de Cima	Açude e muros de suporte	12.264	7.358	5.5
21	Junta de Freguesia	Lavacolhos	Viver o Passado com Olhos no Presente	14.900	8.940	5.5
22	Junta de Freguesia	Lavacolhos	Um espaço para Pensar e Agir	19.900	11.940	1.1
23	Junta de Freguesia	Lavacolhos	Um espaço de Lazer	18.200	10.920	3.1.5
24	Junta de Freguesia	Lavacolhos	Informatização Autárquica	2.450	1.470	3.3.1
25	Junta de Freguesia	Lavacolhos	Todos P'lo Desporto	17.650	10.590	5.4
26	Manuel Gomes Roda	Lavacolhos	Valorizar o Mel	7.080	3.540	4.3.1
27	Carlos M. F. Mateus	Lavacolhos	Comércio em Espaço Rural	15.900	7.950	3.3.1

Democracia Participativa
Na Construção de Políticas Públicas Regionais: O Caso da Abordagem LEADER

28	Eustáquio Dinis Domingos	Sobral São Miguel	Apicultura – Melhoria de Atividade	1.900	950	4.3.1
29	David Silva Ferreira	Sobral São Miguel	Turismo em Meio Rural	5.000	2.500	3.3.1
30	Escola 1º Ciclo	Casegas	Trabalho Desenvolvimento Rural	2.000	1.200	1.4
31	Junta de Freguesia	Erada	Centro de Animação Turística	24.200	14.520	3.1.1
32	Junta de Freguesia	Erada	Complexo Turístico da Lameira	28.520	17.112	3.1.1
33	Fábrica Paroquial	Erada	Aproveitamento Turístico Santuário Nª Sª Milagres	21.100	12.660	3.1.3
34	Junta de Freguesia	Coutada	Estrutura Apoio Espaço Lazer – Parque Campismo	4.760	2.856	3.1.5
35	Junta de Freguesia	Coutada	Posto Apoio Praia Fluvial e Parque Campismo	17.750	10.650	3.1.3
36	Filarmonia Recreativa	Erada	Centro musical e cultural	5.420	3.252	1.3
37	Associação Cultural Desportiva e Folclórica	Coutada	Escola de música tradicional	3.880	2.328	1.3
38	Associação Cultural Desportiva e Folclórica	Coutada	Ringue Desportivo e Convívio	7.600	4.560	1.4
39	Jorge Martins Timóteo	Cortes do Meio - Penhas da Saúde	Casa de Montanha	8.000	3.200	3.1.2
40	Grupo Desportivo Cultural Sobranense	Sobral São Miguel	Turismo em Meio Rural	7.000	4.200	3.2.1
41	Junta de Freguesia	Sobral São Miguel - Lage	Criação Espelho de Água Ribeira	7.000	4.200	3.1.3
42	Junta de Freguesia	Sobral São Miguel - Ponte	Renovação do Património Construído	1.800	1.680	5.5
43	Associação Cultural Desportiva	Paul	Escola Aberta de Música (EAMP)	18.340	11.004	1.3
44	Grupo Desportivo Animação Cult. Bouça	Cortes do Meio	Prova de atletismo Bouça – Penhas da Saúde	3.000	1.800	1.4
45	Centro Apoio Crianças, Carenciados e Idosos	Cortes do Meio	O Prazer de Viver: Projeto Ocupacional para Idosos	10.000	6.000	1.4
46	Centro Apoio Crianças, Carenciados e Idosos	Cortes do Meio	Genciana – Quinta pedagógica e ocupacional para crianças, jovens e idosos	30.000	18.000	5.3
47	Centro Apoio Crianças, Carenciados e Idosos	Cortes do Meio	Casa abrigo do Alto da Cerca: turismo social	20.000	12.000	3.1.2
48	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Parque de lazer do Alto da Cerca	20.000	12.000	5.4
49	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Poço do Forno Velho – Estância Fluvial	4.000	2.400	5.4
50	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Pavilhão Polivalente Desporto, Animação, Cultural e Atividades Económicas	6.000	3.600	4.4.1
51	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Núcleo de Museologia Etnográfica e Biblioteca	14.000	8.400	5.3

Democracia Participativa
Na Construção de Políticas Públicas Regionais: O Caso da Abordagem LEADER

52	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Parque Desportivo e Lazer da Bouça	6.000	3.600	5.4
53	ADERES	Cortes do Meio – Penhas da Saúde	Casa da Fraga	14.000	8.400	3.1.1
54	ADERES	Cortes do Meio	Feira das Atividades Rurais – Estrela-Sul	5.000	3.000	6.1
55	ADERES	Cortes do Meio e Freg. Área Social	Rede Informática Estrela-Sul	7.200	4.320	1.2
56	ADERES	Cortes do Meio	Roteiro Estrela-Sul	6.800	4.080	7.2
57	Fábrica Igreja Paroquial	Cortes do Meio	Restauro da Capela da Bouça	15.000	9.000	5.5
58	Fábrica Igreja Paroquial	Cortes do Meio	Restauro da Tribuna – Altar-mor da Igreja Paroquial	3.000	1.800	5.5
59	Junta de Freguesia	S. Jorge da Beira	Restauro de Casa Típica	3.500	2.100	3.1.5
60	Junta de Freguesia	S. Jorge da Beira - Panasqueira	Museu do Couto Mineiro	15.000	9.000	3.1.5
61	Junta de Freguesia	S. Jorge da Beira - Panasqueira	Piscina – Restauro	4.000	2.400	5.4
62	Junta de Freguesia	S. Jorge da Beira - Panasqueira	Construção de Balneários de Apoio Ringue	2.500	1.500	5.4
63	Junta de Freguesia	S. Jorge da Beira	Casa de Xisto	2.500	1.500	5.5
64	Associação Ruris	Paul – Freg. Área de Intervenção	Melhorar o Ambiente – Aproveitamento de papel	5.000	3.000	5.2
65	Apisestrela	Paul – Freg. Área de Intervenção	Apicultura – Aproveitamento de Ceras	5.000	3.000	4.3.1
66	M ^a Virgínia Alves Antunes Martins Santos	Unhais da Serra	Remodelação do Ateliê de cerâmica	1.000	500	3.2.1
67	Conselho Diretivo dos Baldios Cortes Meio	Cortes do Meio	Abrigo do Pastor	25.000	7.500	4.1.1
68	Conselho Diretivo dos Baldios Cortes Meio	Cortes do Meio	Ordenar a Pastagem Serrana de Baldio	4.000	2.400	4.1.1
69	Conselho Diretivo dos Baldios Cortes Meio	Cortes do Meio	Educação Ambiental para a proteção da natureza	2.700	1.620	2.1
70	ADERES	Cortes do Meio	Formação para o desenvolvimento local	2.700	1.620	2.2
71	João Manuel Serra dos Reis	Cortes do Meio - Bouça	Casa do Circo	6.500	3.250	3.1.2
72	Junta de Freguesia	Peso	Recuperação da parte de mergulho do “chafarizito”	1.030	618	5.5
73	Junta de Freguesia	Peso	Zona de Lazer do “Cemitério Velho”	2.105	1.263	5.4
74	Junta de Freguesia	Peso	Zona de Lazer de “Nossa Senhora de la Salette”	1.525	915	5.4
75	Junta de Freguesia	Peso	Biblioteca e núcleo museológico com apoio informático	4.110	2.466	1.4
76	ADERES	Cortes do Meio	Projeto de instalação da Escola Superior de Património e Turismo Estrela-Raia	10.000	6.000	7.1
77	Associação Regional de Solidariedade e Progresso do Alto Zêzere – ARPAZ	Barco	Verão Mais – ARPAZ 98	1.400	840	1.4



Democracia Participativa
Na Construção de Políticas Públicas Regionais: O Caso da Abordagem LEADER

78	Ermelinda Mendes Serra	Barco	Recuperação de fachada de casas de habitação	1.900	950	5.5
79	José Pereira Ferreira	Barco	Recuperação de fachada de casas de habitação	800	400	5.5
80	Junta de Freguesia	Barco	Pavilhão Polivalente	36.000	21.600	5.4
81	Junta de Freguesia	Barco	Recuperação de salão/edifício da Freguesia	4.000	2.400	5.5
82	Junta de Freguesia	Barco	Zona de lazer e piscina das tapadas	4.200	2.520	5.4
83	Junta de Freguesia	Ourondo	Instalações da Junta de Freguesia	30.000	18.000	5.5
84	Junta de Freguesia	Ourondo	Conservação e ampliação de jardins	2.200	1.320	5.4
85	Junta de Freguesia	Ourondo	Conservação da rede de água potável	2.100	1.260	5.5
86	Grupo Desportivo e Cultural de Silvares	Silvares	Renovação do Polidesportivo das Eiras	1.350	810	1.4
87	Grupo Desportivo e Cultural de Silvares	Silvares	Lavrar novos horizontes	5.120	3.072	1.4
88	Junta de Freguesia	Barroca	Construção de um pontão rural	26.500	15.900	5.5
89	Clube de Caça e Pesca do Rio Zêzere	Coutada	Campo de tiro da Coutada	9.270	5.562	1.4
90	Junta de Freguesia	Cortes do Meio	Praia Fluvial do Poço da Monteiro	3.000	1.800	1.4
91	Junta de Freguesia	Casegas	Praia Fluvial da ponte	20.000	12.000	5.4
92	Casa do Povo de Casegas	Casegas	Casa de Teatro e Juventude	10.000	6.000	5.5
93	Junta de Freguesia	Casegas	Museu Rural de Casegas	10.000	6.000	5.3
94	Junta de Freguesia	Casegas	Centro cívico e social	10.000	6.000	5.5

Anexo VI - Intenções de candidaturas apresentadas ao LEADER+

Nº	Promotor	Localidade	Designação do Projeto	Inv. Global (Contos)	Inv. Comparticipado (Contos)	Cod. Ações
01	Ilídio Dias Gama	Janeiro de Cima	Recuperação de Fachadas	3.800	1.900	1.3.4.
02	António José Gonçalves Mendes dos Santos	Erada	Recuperação Telhado Típico em Lascas de Lousa	2.500	1.250	1.3.4.
03	Fábrica da Igreja de Minas da Panasqueira	São Jorge da Beira	Restauro da Igreja de Santa Bárbara	9.500	7.125	1.3.4.
04	Nuno José Pereira Batista	São Jorge da Beira	Recuperação de Moradia	4.122	2.061	1.3.4.
05	Ildefonso de Carvalho Almeida	Paúl	Fábrica de Móveis	20.000	10.000	1.1.2.
06	António Fernandes Marmelo/Adelino Fernandes Marmelo	Paúl	Reconstrução de Casa de Habitação	3.250	1.625	1.3.4.
07	Valentina de Jesus Gomes Reis	Casegas	Recuperação de Habitação	3.750	1.875	1.3.4.
08	Lucilia Neves Pereira Alves	Barco	Recuperação de Habitação	3.067	1.534	1.3.4.
09	Quinta da Caravela	Paúl	Valorização dos Produtos Agro-ecológicos	12.000	6.000	1.2.1.
10	Alfredo Duarte Barata	Paúl	Recuperação de Habitação	3.100	1.550	1.3.4.
11	Junta de Freguesia de Casegas	Casegas	Construção Parque Infantil	4.000	4.000	1.1.4.
12	Junta de Freguesia de Casegas	Casegas	Construção Sanitários/Balneários	5.000	5.000	1.1.4.
13	Junta de Freguesia do Paúl	Paúl	Iluminação de Avenida	15.000	15.000	1.1.4.
14	Junta de Freguesia do Paúl	Paúl	Arranjo Urbanístico do Largo do Mercado	14.000	14.000	1.1.4.
15	Junta de Freguesia do Paúl	Paúl	Praia Fluvial e Espaço Envolvente	30.000	30.000	1.3.1
16	Sociedade Filarmónica Recreativa Estrela	Unhais da Serra	Renovação do Instrumental da Banda Filarmónica	10.000	7.500	2.2.1.
17	Escola do Ensino Básico Mediatizada	São Jorge da Beira	Uma Terra Para Descobrir	350	263	2.2.1.
18	Junta de Freguesia da Barroca	Barroca	Parque de Merendas e Lazer Santuário de N ^a Senhora da Conceição da Rocha	15.000	15.000	1.3.1.
19	João Cortes Luzio	Paúl	Zona de Lazer - Campo de Ténis	42.000	21.000	1.3.1.
20	Instituto de Apoio Social do Ourondo	Ourondo	Construção do Instituto de Apoio Social do Ourondo	42.300	31.725	1.1.4.
21	Junta de Freguesia do Ourondo	Ourondo	Pontão Ribeira Relvas Pansso	15.000	15.000	1.1.1.
22	Junta de Freguesia do Ourondo	Ourondo	Polidesportivo do Ourondo	17.000	17.000	1.1.4.
23	Junta de Freguesia do Ourondo	Ourondo	Casa Típica do Ourondo	25.000	25.000	1.3.4.
24	Centro Cultural e Recreativo do Ourondo	Ourondo	Recuperação do Centro Cultural e Recreativo do Ourondo	16.000	12.000	1.1.4.
25	Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis	Aldeia de São Francisco de Assis	Casa Mortuária	12.000	12.000	1.1.4.
26	Junta de Freguesia do Barco	Barco	Pavilhão Polivalente do Barco	50.000	50.000	1.1.4.

Democracia Participativa
Na Construção de Políticas Públicas Regionais: O Caso da Abordagem LEADER

27	Carlos Sardinha EIRL	Paúl	Modernização	750	375	1.2.3.
28	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Melhoria do Parque Infantil do Bairro Terra da Senhora	2.000	2.000	1.1.4.
29	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Melhoria do Parque Infantil 25 de Abril	4.000	4.000	1.1.4.
30	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Parque de Merendas da Terra da Senhora	7.000	7.000	1.3.1.
31	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Praia Fluvial Covões; Parque de Merendas	15.000	15.000	1.3.1.
32	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Melhoramento da Sede da Junta de Freguesia	10.000	10.000	1.1.4.
33	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Campo de Jogos - Escola do 1º Ciclo da Terra da Senhora	3.500	3.500	1.1.4.
34	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Campo de Jogos - Escola do 1º Ciclo de Unhais da Serra	3.500	3.500	1.1.4.
35	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Polidesportivo das Moutas	66.000	66.000	1.1.4.
36	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Centro de Recolha e Seleção de Resíduos Sólidos Urbanos	10.000	10.000	1.3.7.
37	Junta de Freguesia de Unhais da Serra	Unhais da Serra	Transvaze de Ribeira	10.000	10.000	1.3.7.
38	Clube Desportivo das Minas da Panasqueira	Aldeia de São Francisco de Assis	Melhoramento das Condições da Sede	4.180	3.135	1.1.4.
39	António Mendes Paulo	Erada	Produção de Mel/Extracção, Moldagem de Cera	1.000	500	1.2.1.
40	José de Jesus Vicente	Paúl	Remodelação da Sapataria Vicente	2.680	1.340	1.2.1.
41	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Cobertura Amovível e Aquecimento da Piscina	20.000	20.000	1.1.4.
42	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Cobertura do Pavilhão Polidesportivo	12.000	12.000	1.1.4.
43	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Centro de Recolha e Seleção de Resíduos Sólidos	10.000	10.000	1.3.7.
44	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Restauração do Lagar de Azeite da Lameira	5.000	5.000	1.3.4.
45	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Anfiteatro do Centro Social da Erada	3.000	3.000	1.1.4.
46	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Parque de Campismo da Lameira	25.000	25.000	1.1.4.
47	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Recuperação e Construção da Velha Fonte do Terreiro	1.500	1.500	1.3.4.
48	Junta de Freguesia da Erada	Erada	Conclusão das Obras da Lagoa	4.500	4.500	1.1.4.
49	Pinus Verde	Bogas de Cima	Serra, Xisto e Rio	4.000	3.000	2.2.2.
50	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Centros de Bombos	34.000	34.000	1.3.5.
51	Associação Recreativa de Lavacolhos	Lavacolhos	Polidesportivo de Lavacolhos	11.000	11.000	1.1.4.
52	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Parque de Merendas - Senhora da Saúde	10.000	10.000	1.3.1.
53	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Área de Lazer das Costinhas	25.000	25.000	1.3.1.
54	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Recuperação de Património Rural	13.000	13.000	1.3.4.
55	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Remodelação da Fonte da Presa	2.000	2.000	1.3.4.
56	Junta de Freguesia de Lavacolhos	Lavacolhos	Centro Comunitário	37.000	37.000	1.1.4.
57	Casa do Povo do Paúl	Paúl	Centro Cultural	50.000	37.500	1.1.4.

58	Casa do Povo do Paúl	Paúl	Auditório	10.000	7.500	1.1.4.
59	Casa do Povo do Paúl	Paúl	Recuperação de Trajes Regionais	2.000	1.500	1.3.5.
60	Casa do Povo do Paúl	Paúl	Recuperação da Casa Museu	9.500	7.125	1.3.5.
61	Centro Social e Cultural Santo Aleixo	Unhais da Serra	Remodelação do Centro Social	23.500	17.625	1.1.4.
62	Piedade de Jesus Ramos Alves Gregório	São Jorge da Beira	Adaptação ao Euro	557	279	1.2.3.
63	Junta de Freguesia de São Jorge da Beira	São Jorge da Beira	Construção da Piscina de São Jorge da Beira	15.000	15.000	1.1.4.
64	Junta de Freguesia de São Jorge da Beira	São Jorge da Beira	Parque de Merendas e Zona de Lazer	4.500	4.500	1.3.1.
65	Carla Maria Fernandes Silva	Tortosendo	Remodelação e adaptação para salão	10.000	5.000	1.1.2.
66	Região Turismo da Serra da Estrela	Covilhã	Folheto Turístico	750	563	2.2.2.

Anexo VII - Investimento no âmbito do LEADER II

QUADRO IV

Programa de Iniciação Comunitária "LEADER II"

REGIÃO DO SUDESTE - Ano: 2004-2005

Entidade Local: APERES - Associação de Desenvolvimento

Local: 000000000000000000

Unidade Da

Nº	Código	Projeto	Descrição	Perí. de	Valor Inv.	% Conv.	% Mod. Valor Inv.	Mont. Total	%
I - Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural									
I.1 - Atividades de desenvolvimento rural									
1	1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	390.000	100,00	100,00	390.000	100,00
2	1.1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	46.500	100,00	100,00	46.500	100,00
3	1.1.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	343.500	100,00	100,00	343.500	100,00
Total do Grupo					390.000	100,00	100,00	390.000	100,00
I.2 - Centros de informação sub-comunitária, comunitária e municipal									
4	1.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	3.000,00	100,00	100,00	3.000,00	100,00
Total do Grupo					3.000,00	100,00	100,00	3.000,00	100,00
J.1 - Aprendizagem cultural									
5	1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	480.000	100,00	100,00	480.000	100,00
6	1.1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	480.000	100,00	100,00	480.000	100,00
7	1.1.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	1.1.3	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Grupo					480.000	100,00	100,00	480.000	100,00
J.2 - Atividades de desenvolvimento rural									
9	1.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	3.000,00	100,00	100,00	3.000,00	100,00
10	1.2.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	3.000,00	100,00	100,00	3.000,00	100,00
11	1.2.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Grupo					3.000,00	100,00	100,00	3.000,00	100,00
Total do Grupo									
Total do Grupo					873.000	100,00	100,00	873.000	100,00
II - Atividades de desenvolvimento rural									
12	1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	1.000,00	100,00	100,00	1.000,00	100,00
13	1.1.1	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	1.000,00	100,00	100,00	1.000,00	100,00
14	1.1.2	Atividade de desenvolvimento rural	COMUNIC	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Grupo					1.000,00	100,00	100,00	1.000,00	100,00
Total do Grupo									
Total do Grupo					1.000,00	100,00	100,00	1.000,00	100,00

Pág. 1

01/04/2018

Programa de Iniciativa Comunitária 'LEADER II'

PRORRATOS A242064003 Data: 30/06/2001 Baudete Leal: A207008 - Anulação de Desembolsos

Ativo 30/06/2001

Município:

Nº	Atividade	Projeto	Condição	Area	alt.	Endereço	Emp.COE	S	Cto.	Des. Real	S	Mont. Utilizável	Mont. Imp.	%
3.3. 01/00000														
3.3.1. Apoio às atividades de setores														
1	1.1	Compostagem de Fertilizantes	0000000	12-10-1988	C	521504	247000	30	1	500000	100	200000	200000	100
2	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	812406	400000	30	1	400000	100	200000	200000	100
3	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	1457104	200000	30	1	1100000	100	100000	100000	100
Total de Ativos 3.3.1														
Total de Sub-Ativ. 3.3														
Total de Sub-Ativ. 3.3														
3.3. Modificação do Setor: Equipamentos, Pavês														
3.3.1. Apoio às atividades de setores														
1	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	1032000	100000	30	1	300000	100	100000	100000	100
2	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	1032000	100000	30	1	300000	100	100000	100000	100
3	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	1032000	100000	30	1	300000	100	100000	100000	100
Total de Ativos 3.3.1														
Total de Sub-Ativ. 3.3														
Total de Sub-Ativ. 3.3														
3.4. Outros														
3.4.1. Promoção e apoio às atividades de desenvolvimento														
1	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	200000	100000	30	1	300000	100	100000	100000	100
2	1.1	Associação de Produtores	0000000	12-10-1988	C	200000	100000	30	1	300000	100	100000	100000	100
Total de Ativos 3.4.1														
Total de Ativos 3.4														
Total de Ativos 3														

QUADRO 28

Programa de Iniciativa Comunitária "LEADER II"

PROJETOS APROVADOS Data: 31-12-2003 Quantidade Total: 4620018 - Montagem do Resumido

Forma de O. 2003/2006

Cód.	Nome	Descrição	Munic.	SL	Montagem L	Temp. (MT)		Munic. (MT)	Munic. (MT)	Munic. (MT)	Munic. (MT)	Munic. (MT)
						S	N					
5 - Projeto de Valorização dos Recursos Naturais e do Ambiente do Vale												

Quant. (MT)

QUADRO 28

Programa de Iniciação Comunitária "LEADER II"

PERÍODO: 2006-2008

Data: 30-10-2011

Entidade: APURIS - Associação de Desenvolvimento

Período: 2006-2008

Unidade: €

Nº	Unidade	Troco	Constituição	Valor	Subj.	Total	Comp. COTA	Nº De-	Valor Real	% Valor COTA/Pl.	Valor Pl.	%
1.1.2. Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto LEADER												
1	1.1.2.1	Atividades de sensibilização	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
2	1.1.2.2	Atividades de formação	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
3	1.1.2.3	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
Total do Projeto												
			3000000	3000000	0	3000000	3000000	3	3000000	100	3000000	100
1.1.3. Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto LEADER												
1	1.1.3.1	Atividades de sensibilização	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
2	1.1.3.2	Atividades de formação	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
3	1.1.3.3	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
Total do Projeto												
			3000000	3000000	0	3000000	3000000	3	3000000	100	3000000	100
1.1.4. Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto LEADER												
1	1.1.4.1	Atividades de sensibilização	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
2	1.1.4.2	Atividades de formação	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
3	1.1.4.3	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
4	1.1.4.4	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
5	1.1.4.5	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
6	1.1.4.6	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
7	1.1.4.7	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
8	1.1.4.8	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
9	1.1.4.9	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
10	1.1.4.10	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
11	1.1.4.11	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
12	1.1.4.12	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
13	1.1.4.13	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
14	1.1.4.14	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
15	1.1.4.15	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
16	1.1.4.16	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
17	1.1.4.17	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
18	1.1.4.18	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
19	1.1.4.19	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
20	1.1.4.20	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
21	1.1.4.21	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
22	1.1.4.22	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
23	1.1.4.23	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
24	1.1.4.24	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
25	1.1.4.25	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
26	1.1.4.26	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
27	1.1.4.27	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
28	1.1.4.28	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
29	1.1.4.29	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
30	1.1.4.30	Atividades de intervenção	1000000	1000000	0	1000000	1000000	1	1000000	100	1000000	100
Total do Projeto												
			3000000	3000000	0	3000000	3000000	30	3000000	100	3000000	100

Unidade: €

QUADRO 28

Programa de Iniciativa Comunitária "LEADER III"

PROJETOS APROVADOS Data: 30-06-2001

Entidade Local: ADEBES - Associação de Desenvolvimento

Moeda: Esc. 1000=1€

Unidade: Esc.

N.º	Projeto	Previsão	Comunidade	Data	População	Comunidade	N.º	Obj.	Indicador	N.º	Mont. CEE/Apui.	Mont. Apoi.	%
5.1.2. Recursos despendidos em obras de infra-estruturas rurais													
10	5.1.2.1. Despesa de abertura de linhas	6000000	6000000	01-01-98	1330000	100000	10	F	2000000	10	800000	800000	100
11	5.1.2.2. Despesa de obras de infra-estruturas	6000000	6000000	01-01-98	1330000	600000	11	F	1000000	11	500000	500000	100
12	5.1.2.3. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	12	F	500000	12	250000	250000	100
13	5.1.2.4. Trabalho de apoio às obras	2700000	2700000	01-01-98	1330000	100000	13	F	1000000	13	500000	500000	100
14	5.1.2.5. Recursos despendidos em obras	1500000	1500000	01-01-98	1330000	100000	14	F	500000	14	250000	250000	100
TOTAL do Anexo 5.1.2													
		15000000	15000000		1330000	1000000			5000000		2500000	2500000	100
		TOTAL do Anexo 5.1				15000000			5000000		2500000	2500000	100
6. Apoio ao Comércio													
6.1. Indústria													
6.1.1. Valorização e promoção de produtos tradicionais regionais													
15	6.1.1.1. Despesa de abertura de linhas	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	15	F	500000	15	250000	250000	100
16	6.1.1.2. Despesa de obras de infra-estruturas	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	16	F	500000	16	250000	250000	100
17	6.1.1.3. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	17	F	500000	17	250000	250000	100
18	6.1.1.4. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	18	F	500000	18	250000	250000	100
19	6.1.1.5. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	19	F	500000	19	250000	250000	100
TOTAL do Anexo 6.1.1													
		5000000	5000000		1330000	1000000			2500000		1250000	1250000	100
		TOTAL do Anexo 6.1				5000000			2500000		1250000	1250000	100
6.2. Turismo rural													
6.2.1. Construção de infra-estruturas													
20	6.2.1.1. Despesa de abertura de linhas	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	20	F	500000	20	250000	250000	100
21	6.2.1.2. Despesa de obras de infra-estruturas	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	21	F	500000	21	250000	250000	100
22	6.2.1.3. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	22	F	500000	22	250000	250000	100
23	6.2.1.4. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	23	F	500000	23	250000	250000	100
24	6.2.1.5. Trabalho de apoio às obras	1000000	1000000	01-01-98	1330000	100000	24	F	500000	24	250000	250000	100
TOTAL do Anexo 6.2.1													
		5000000	5000000		1330000	1000000			2500000		1250000	1250000	100
		TOTAL do Anexo 6.2				5000000			2500000		1250000	1250000	100

Anexo VIII - Investimento no âmbito do LEADER +

Programa de Investimento Regional LEADER + **Volume 1** **Quantidade** **Página 1 de 1**
Processo Operativo **Subsistema** **Subprojetos** **Subprojetos** **Subprojetos** **Subprojetos**

N.º	Código	Descrição	Sit.	T.º	Municípios			Total Escal. (€)	M.º	M.º	M.º	Subtotal		
					Alcobaça	Alentejo	Beja					Alcobaça	Alentejo	Beja
1 - Investimentos em Infraestruturas														
1	11110001	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	11110002	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	11110003	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	11110004	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	11110005	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6	11110006	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	11110007	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	11110008	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	11110009	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	11110010	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Subtotal														
11 - Operações de Infraestruturas														
1	11110011	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2	11110012	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
3	11110013	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
4	11110014	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	11110015	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6	11110016	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7	11110017	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8	11110018	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
9	11110019	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	11110020	Requalificação	F	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Subtotal														

Programa de Assistência Comunitária LEADER - Anexo 1
Projeto aprovado: 2014.107.000.012348 - QUINTO P2 - Associação Desenvolvimento Rural 2014. 01

ID	Atividade	Zona Projectada	SU	Total	SITUAÇÃO			Total	Estado			Total
					Execu	%	Valor		Realizado	%	Valor	
1	1.00000	1.00000	1	100000	87264	87,3	7.949,38	90407,1	90,4	8.000,00	100000	
2	1.01000	1.01000	1	100000	20000	20,0	1.800,00	100000	100,0	2.000,00	100000	
3	1.02000	1.02000	1	100000	52500	52,5	4.875,00	100000	100,0	5.000,00	100000	
4	1.03000	1.03000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
5	1.04000	1.04000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
6	1.05000	1.05000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
7	1.06000	1.06000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
8	1.07000	1.07000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
9	1.08000	1.08000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
10	1.09000	1.09000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
11	1.10000	1.10000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
12	1.11000	1.11000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
13	1.12000	1.12000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
14	1.13000	1.13000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
15	1.14000	1.14000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
16	1.15000	1.15000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
17	1.16000	1.16000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
18	1.17000	1.17000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
19	1.18000	1.18000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
20	1.19000	1.19000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
21	1.20000	1.20000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
22	1.21000	1.21000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
23	1.22000	1.22000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
24	1.23000	1.23000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
25	1.24000	1.24000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
26	1.25000	1.25000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
27	1.26000	1.26000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
28	1.27000	1.27000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
29	1.28000	1.28000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
30	1.29000	1.29000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
31	1.30000	1.30000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
32	1.31000	1.31000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
33	1.32000	1.32000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
34	1.33000	1.33000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
35	1.34000	1.34000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
36	1.35000	1.35000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
37	1.36000	1.36000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
38	1.37000	1.37000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
39	1.38000	1.38000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
40	1.39000	1.39000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
41	1.40000	1.40000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
42	1.41000	1.41000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
43	1.42000	1.42000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
44	1.43000	1.43000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
45	1.44000	1.44000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
46	1.45000	1.45000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
47	1.46000	1.46000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
48	1.47000	1.47000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
49	1.48000	1.48000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
50	1.49000	1.49000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
51	1.50000	1.50000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
52	1.51000	1.51000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
53	1.52000	1.52000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
54	1.53000	1.53000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
55	1.54000	1.54000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
56	1.55000	1.55000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
57	1.56000	1.56000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
58	1.57000	1.57000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
59	1.58000	1.58000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
60	1.59000	1.59000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
61	1.60000	1.60000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
62	1.61000	1.61000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
63	1.62000	1.62000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
64	1.63000	1.63000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
65	1.64000	1.64000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
66	1.65000	1.65000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
67	1.66000	1.66000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
68	1.67000	1.67000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
69	1.68000	1.68000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
70	1.69000	1.69000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
71	1.70000	1.70000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
72	1.71000	1.71000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
73	1.72000	1.72000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
74	1.73000	1.73000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
75	1.74000	1.74000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
76	1.75000	1.75000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
77	1.76000	1.76000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
78	1.77000	1.77000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
79	1.78000	1.78000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
80	1.79000	1.79000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
81	1.80000	1.80000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
82	1.81000	1.81000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
83	1.82000	1.82000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
84	1.83000	1.83000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000	100,0	1.000,00	100000	
85	1.84000	1.84000	1	100000	10000	10,0	900,00	100000				

